



GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA

Formação de Professoras/es em Gênero,
Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais

Luiz Inácio Lula da Silva
PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nilcéa Freire
MINISTRA DA SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – SPM/PR

Edson Santos
MINISTRO DA SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – SEPP/PR

Fernando Haddad
MINISTRO DA EDUCAÇÃO - MEC

André Luiz Figueiredo Lázaro
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE – SECAD/MEC

Tereza Porto
SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ricardo Vieiralves de Castro
REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ

Sérgio Carrara
Maria Luiza Heilborn
COORDENADORES DO CENTRO LATINO-AMERICANO EM SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS – CLAM
INSTITUTO DE MEDICINA SOCIAL – IMS
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UERJ

PROMOÇÃO DO PROJETO GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM/PR)
Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial (SEPP/PR)
Ministério da Educação (MEC)

PROMOÇÃO DOS CONTEÚDOS DOS MÓDULOS GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E PARTICIPAÇÃO JUVENIL
Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC)

REALIZAÇÃO
Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ)

GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA

**Formação de Professoras/es em Gênero,
Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**

CENTRO LATINO-AMERICANO EM SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS – CLAM
INSTITUTO DE MEDICINA SOCIAL – IMS
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UERJ

COORDENAÇÃO GERAL DO PROJETO GDE

Leila Araújo
Andreia Barreto

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Claudia Regina Ribeiro
Islei Salloker Belsoff Santos

COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Laura Coutinho
Letícia Lopes
Teresa Gouvêa
Vania Seidel

SUPERVISÃO ACADÊMICA

Fabíola Rohden

PROFESSORES ESPECIALISTAS

Cristiane Cabral
Eliane Ribeiro
Maria Luiza Heilborn
Miguel Farah

NOTA PADRÃO | GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA | GDE

Gênero e Diversidade na Escola é um projeto destinado à formação de profissionais da área de educação, buscando a transversalidade nas temáticas de gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. A concepção do projeto é da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM/PR) e do British Council, em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD-MEC), Secretaria de Ensino a Distância (SEED-MEC), Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR/PR) e o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ).

Os módulos Gravidez na Adolescência e Participação Juvenil foram desenvolvidos em parceria com a Secretaria de Estado de do Rio de Janeiro.

Equipe Responsável pela Elaboração do Projeto GDE

Coordenação Governamental: Maria Elisabete Pereira (idealizadora do projeto), Dirce Margareth Grösz e Márcia dos Santos Leporace (SPM/PR), Rosiléa Roldi Wille, Elisa Brandt, Jeane Silva, Eliane Cavalleiro e Rogério Junqueira (SECAD-MEC), Alexandre Pedro e Leila Medeiros (SEED-MEC), Graça Ohana (SEPPIR/PR) e Roberta Kacowicz (British Council).

Coordenação Acadêmica CLAM/IMS/UERJ: Fabíola Rohden, Luiza Heilborn, Sérgio Carrara, Leila Araújo, Andreia Barreto (Coordenação Geral) e Elizabeth Rondelli, Karla Vaz Cavalcanti, Laura Coutinho e Lucia Cardoso (Coordenação em EAD).

COPYRIGHT © CENTRO LATINO-AMERICANO
EM SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS – IMS/UERJ

ORGANIZAÇÃO

Maria Luiza Heilborn

Leila Araújo

Andreia Barreto

PROJETO GRÁFICO

Nitadesign | Anna Amendola

REVISÃO

Claudia Regina Ribeiro

G326

GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA: FORMAÇÃO DE PROFESSORAS/ES EM
GÊNERO, ORIENTAÇÃO SEXUAL E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS. LIVRO
DE CONTEÚDO. VERSÃO 2009. – RIO DE JANEIRO : CEPESC;
BRASÍLIA : SPM, 2009.

___98 p.

ISBN 978-85-89737-11-1

1. GÊNERO. 2. RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS. 3. ORIENTAÇÃO SEXUAL 4.
EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA. 5. FORMAÇÃO PROFISSIONAL. I – TÍTULO.

CATALOGAÇÃO – SANDRA INFURNA CRB-7 - 4607

SUMÁRIO

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E PARTICIPAÇÃO JUVENIL - O GDE AMPLIA O DEBATE	9
MÓDULO V: GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA	11
MÓDULO VI: PARTICIPAÇÃO JUVENIL	61

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

E PARTICIPAÇÃO JUVENIL - O GDE AMPLIA O DEBATE

Maria Luiza Heilborn

Sergio Carrara

Cristiane Cabral

O “Curso Gênero e Diversidade na Escola”, realizado no Rio de Janeiro pelo Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ), apresenta o conteúdo referente a dois temas muito presentes na realidade escolar: gravidez na adolescência e participação juvenil. Estes assuntos nem sempre são tratados com a devida atenção e seriedade que merecem, além da possibilidade de existência de valores previamente formulados, que tendem a funcionar como explicações imediatas da realidade, por vezes de maneira infundada e preconceituosa.

Observa-se, com frequência, opiniões sobre a gravidez juvenil em rodas de conversa, por exemplo, a partir de elementos do senso comum, que influenciam as percepções das pessoas. Assim, é um desafio abordar, de forma analítica, a partir de dados de pesquisas científicas, determinados temas sobre os quais todos têm algo a dizer ou uma “verdade” a ser enunciada. É preciso desconstruir certas concepções hegemônicas (muitas vezes míticas e carregadas de preconceitos), problematizar outras e complexificar o debate em torno de determinados assuntos, para a criação de espaços plurais e democráticos de diálogo e convivência, com maior tolerância às diferenças.

Há cerca de meio século teve início o processo de separação entre sexo e procriação, com o aparecimento das pílulas anticoncepcionais, o que deu origem a importantes transformações nos costumes comportamentos de homens e mulheres. A sexualidade feminina pôde ser exercida com menores constrangimentos, pela possibilidade de maior controle da fecundidade. Nesse contexto de mudanças sociais e de condutas sexuais, emerge, em alguns países, o fenômeno da “gravidez na adolescência”, geralmente percebida como evento novo e perturbador do “bom” desenvolvimento juvenil.

As transformações na concepção social das idades e do gênero redefinem as aspirações sociais depositadas nos jovens dos dias atuais. Espera-se que eles se dediquem ao processo de escolarização e, assim, que alcancem uma inserção profissional – principais marcos no processo de passagem à vida adulta. A transição estaria concluída com a saída da casa dos pais e o início da vida conjugal. Esta maneira ideal de conceber a passagem para a vida adulta desconsidera que o leque de oportunidades não é igual para adolescentes e jovens de diferentes classes. A experiência de adolescência e juventude não ocorre do mesmo modo para todos/todas. Indo além, pouco se discute em torno do processo de autonomização dos jovens em relação às suas famílias de origem, quando o grupo de pares consiste em importante referência.

A constituição da juventude enquanto categoria social, plural e diversa é recente, assim como a formulação de que esse grupo é sujeito de direitos, demandando políticas públicas específicas. A promoção da participação juvenil no espaço escolar pode contribuir para o estabelecimento de um diálogo horizontal com os jovens, em torno de suas demandas, tensões e expectativas. Mais do que “dar” espaço para participação, é necessário viabilizar a “construção coletiva” de campos que estimulem o envolvimento e engajamento desse grupo, de forma a fazer com que a escola se torne um ambiente mais atraente. Dessa maneira, ali podem ser viabilizadas (in)formação, convivência, atuação, autonomização, possibilitando desde a divisão de responsabilidades e a definição das funções de cada um, até as decisões sobre encaminhamentos e ações concretas.

Valorizar atividades que abordem temas emergentes entre os jovens constitui um caminho importante para sua participação. Assim, assuntos como gravidez na adolescência, tratados sem preconceito, hipocrisia ou a partir de antigos paradigmas que cercam a abordagem da sexualidade em nossa sociedade, podem ser pensados e debatidos na escola com os jovens, de forma dialógica, responsável e construtiva.

A demanda de inclusão destes temas no Curso Gênero e Diversidade na Escola, da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, foi imediatamente acolhida pela Coordenação do Projeto, tendo em vista tratar-se de uma de nossas áreas de estudo, que tem como referência a pesquisa GRAVAD – Estudo Multicêntrico sobre Jovens e Reprodução no Brasil.

Este Volume II do Conteúdo do Curso Gênero e Diversidade na Escola publica conteúdos sobre estes dois temas, que também estão disponíveis na plataforma www.e-clam.org, para os cursistas do GDE.

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA:

DO QUE ESTAMOS FALANDO?

O QUE É A “GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA”? COMO DEFINI-LA? QUANDO UMA MOÇA DE 17 ANOS ENGRAVIDA DE UM RAPAZ DE 25, E SE CASA COM ELE, É UM CASO DE “GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA”? E, O CONTRÁRIO, QUANDO UM RAPAZ DE 17 TEM UM/A FILHO/A COM UMA MOÇA DE 25 ANOS? É “GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA”?

De modo geral, entende-se por gravidez na adolescência aquela ocorrida até os 20 anos incompletos. Esta terminologia obedece a uma classificação oficial da Organização Mundial da Saúde (OMS), em que a adolescência estaria compreendida dos 10 aos 19 anos. Pode-se afirmar que não há uma padronização muito rígida no uso de categorias como adolescentes e jovens: para a OMS, por exemplo, a faixa entre os 10 e 24 anos abarca a população jovem, que pode ser subdividida, para fins de análise, em dois subgrupos -- 10 a 19 anos, os adolescentes e, 20 a 24 anos, os jovens (WHO, 2001). No Estatuto da Criança e do Adolescente, a adolescência é definida como o período de vida que se estende dos 12 aos 18 anos de idade (Brasil, 1990). Já na Política Nacional de Juventude, define-se jovem como qualquer cidadão com idade entre 15 e 29 anos (Novaes et al., 2006). O Ministério da Saúde, por sua vez, toma como público alvo de suas ações específicas para adolescentes e jovens, aqueles/as compreendidos entre os 10 e 24 anos de idade (Brasil/MS, 2006).

Como você pode notar não é tarefa fácil delimitar, com exatidão, quando começa e quando termina cada fase da vida. Infância, adolescência, fase adulta ou velhice – são categorias culturais, e não condições circunscritas a idades específicas, com início e fim, marcadas por referenciais ou dados biológicos. Como “indicadores oficiais”, são recursos estratégicos para formular políticas públicas, desenvolver pesquisas, estabelecer leis.

A divisão das idades e sua caracterização em ciclos de vida específicos (infância, juventude, vida adulta, velhice) auxiliam na classificação e ordenação do mundo social (Ariès, 1981). Dependendo do país e do critério de classificação, a definição das idades que compreendem a juventude pode mudar muito. Nesta perspectiva, podemos considerar a interferência das mudanças sociais na compreensão desta fase da vida e argumentar que os/as adolescentes e jovens não são um grupo homogêneo. Isto significa afirmar que há diversas juventudes, múltiplas formas de ser jovem e de experimentar esta etapa da vida, delimitada arbitrariamente por um critério etário (Bourdieu, 1983). Assim, nesta Unidade não nos deteremos às faixas etárias que delimitam quem são adolescentes e jovens; nossa referência será a juventude como processo. Por este motivo, utilizaremos de forma indistinta, termos como jovens, adolescentes, moças e rapazes.

Há, também, um esforço de caracterizar adolescentes e jovens a partir das mudanças corporais. Contudo, é preciso atenção para as outras variáveis que influenciam esta etapa da vida. As transformações corporais sinalizam as mudanças mais visíveis da entrada na adolescência, mas o modo como meninas e meninos vão vivenciar esta experiência está diretamente ligado ao mundo social em que vivem. Portanto, trata-se mais de um desenvolvimento pessoal e social, no qual diversos fatores culturais, históricos, econômicos, entre outros, determinam as experiências de vida. Ser jovem é uma experiência de vida que vem mudando ao longo da história, em todas as sociedades, em diferentes contextos urbanos ou rurais e, inclusive, numa mesma cidade.

Percepção social das idades. Este tipo de reflexão com vistas a desconstruir pressupostos naturalizados acerca das “etapas da vida” é, em grande medida, devedora dos trabalhos de Philippe Ariès (1981). Este autor constrói um panorama revelador da produção do “sentimento de infância”: as crianças, percebidas enquanto “adultos em miniatura”, ingressavam imediatamente (após um desmame tardio) no mundo dos homens, trabalhando ou participando de jogos com seus companheiros, mais novos ou mais velhos. A criança era diferente do homem apenas em tamanho e em força, sendo mais oportuno compará-la como um “anão provisório” do que uma pessoa numa fase especial de desenvolvimento como nos dias de hoje. Evidentemente, a criança existia; o que não havia, conforme Ariès, era um “sentimento de infância” que mobilizasse o afeto e a atenção especial dos mais velhos.

O fenômeno da gravidez na adolescência abarca diversos eventos, e não apenas a maternidade, mas também o aborto e a paternidade na adolescência.

Veremos neste Módulo que a adoção da faixa etária de 10 a 19 anos para a delimitação do fenômeno da “gravidez na adolescência” é apenas uma estratégia analítica inicial, necessária para que determinados fenômenos sejam comparáveis, pois a “gravidez na adolescência” contém uma grande diversidade de significados e contextos, cujo colorido é dado pelos diferenciais sociais, como gênero, classe, raça-etnia, localidade, região etc.

A diferenciação dos termos gravidez na adolescência e maternidade ou paternidade na adolescência é fundamental. Não é raro encontrarmos em textos acadêmicos, matérias de jornais ou revistas, o uso de gravidez e maternidade como sinônimas. Devemos nos perguntar, diante de cada matéria de jornal, documentos oficiais, textos em revistas ou livros, por exemplo, se houve ou não uma superposição de significados. É muito comum encontrar dados sobre o

número de partos de jovens em hospitais públicos, em reportagens sobre gravidez na adolescência. O fenômeno da gravidez na adolescência abarca diversos eventos, e não apenas a maternidade, mas também o aborto e a paternidade na adolescência. Esta junção indevida de sentidos faz com que o aborto e a paternidade sejam frequentemente ocultados ou excluídos do debate sobre reprodução na juventude. Em outras palavras, o desfecho de uma gravidez pode ser ou não o nascimento de uma criança.

Em um curso que aborda gênero e diversidade na escola devemos nos defrontar com a gravidez na adolescência, tema recorrente no espaço da escola. Lançamos mão dos resultados do banco de dados da pesquisa Gravad - Gravidez na adolescência: estudo multicêntrico sobre jovens, sexualidade e reprodução no Brasil (Heilborn *et al.*, 2006) - para apresentar exemplos da multiplicidade de trajetórias juvenis que comportam a dita experiência da reprodução precoce.

Este trabalho de pesquisa ocorreu de 1999 a 2006, e foi concebido e executado por três centros de pós-graduação em saúde e ciências sociais do país. Por ser uma pesquisa extensa, ela permite analisar diversos aspectos imbricados neste fenômeno complexo, que demanda uma análise distanciada do imediatismo das soluções fáceis.¹

A primeira fase da pesquisa (1999-2000) consistiu na realização de 123 entrevistas qualitativas, de uma a três horas de duração, com jovens de ambos os sexos, com e sem experiência de gravidez. As entrevistas individuais permitiram o delineamento do quadro de perguntas que integram o questionário para a segunda fase da investigação. Esta ocorreu de outubro de 2001 a janeiro de 2002, com a aplicação do questionário em diferentes segmentos socioeconômicos do Rio de Janeiro, Salvador e Porto Alegre, cidades localizadas em distintas regiões geográficas do país. Esta fase de pesquisa domiciliar, por amostragem, abrangeu 4.634 indivíduos de ambos os sexos, cujas idades variavam entre 18 e 24 anos. Tal recorte etário permitiu que fossem avaliadas pelos/as entrevistados/as, *retrospectivamente*, as conseqüências de eventuais episódios de gravidez e **parentalidade**, ocorridas na adolescência. Os/As entrevistados/as responderam diferentemente ao questionário – de 369 perguntas – dependendo de suas histórias de vida. A terceira fase da pesquisa foi dedicada à análise dos dados coletados, processo que resultou na publicação, em 2006, do livro *O aprendizado da sexualidade. Reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*, organizado por Heilborn, M.L., Aquino, E.M.L., Bozon, M. e D.R. Knauth (Garamond/ Fiocruz). Outros trabalhos derivaram desta pesquisa, e foram produzidos durante e após o processo de análise dos dados.

Numa perspectiva diferente dos trabalhos de cunho médico, demográfico, epidemiológico e, até, das ciências sociais, que diagnosticam a gravidez de adolescentes como problema social e de saúde pública, a pesquisa Gravad buscou dar voz aos/às jovens.

1. A pesquisa foi realizada por uma equipe composta de profissionais do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, IMS/ UERJ; do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia, MUSA/ISC/UFBA; e do Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, NUPACS/UFRS e do Institut d'Etudes Démographiques, INED, França. Seu desenvolvimento contou com apoio da Fundação Ford, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

A pesquisa GRAVAD versou sobre os seguintes tópicos: história familiar e socialização para a sexualidade, escolarização, trabalho, primeiro namoro, as experiências de *ficar*, iniciação sexual, relacionamentos afetivos e suas rupturas, moralidade sexual, práticas e repertório sexuais com parceiro do sexo oposto ou do mesmo sexo, ocorrência ou não de gravidez e/ou aborto, e vivência da maternidade e paternidade.

Objetivou-se analisar o desenrolar de eventos e processos vividos pelos/as jovens referentes à sexualidade e aos vínculos afetivos. A ocorrência ou não de gravidez foi contextualizada dentro do quadro dessas experiências. Assim, compreender como a gravidez na adolescência se inscreve no âmbito dos processos individuais e sociais era a principal meta dessa investigação. Entendemos que a ocorrência da gravidez na adolescência se sujeita a um quadro teórico mais amplo, que compreende as mudanças na sexualidade juvenil, nas relações de gênero e nas relações inter-geracionais. Além disso, acata-se a visão de que a sexualidade constitui um domínio cujos conteúdos e regulação transformam-se historicamente, e no qual os sujeitos são paulatinamente socializados.

Numa perspectiva diferente dos trabalhos de cunho médico, demográfico, epidemiológico e, até, das ciências sociais, que diagnosticam a gravidez de adolescentes como problema social e de saúde pública, a pesquisa Gravad buscou dar voz aos/às jovens. Por meio da conjugação entre o material advindo desta escuta e a bibliografia de orientação antropológica e histórica, a análise empreendida afastou-se do enfoque reducionista, normativo e moralista adotado por grande número de trabalhos sobre a sexualidade e a gravidez juvenis. Nos próximos textos, compartilharemos com você, educador/a, resultados da pesquisa que revelaram a complexidade implicada nesse fenômeno social e a desconstrução de alguns mitos erigidos pelo senso comum, pelo discurso de especialistas e pela mídia, acerca do tema “gravidez na adolescência”.

GLOSSÁRIO:

Parentalidade: O termo “parentalidade” engloba a idéia de maternidade e paternidade. O neologismo visa suprir a ausência de uma palavra em português correspondente a *parenthood* (na língua inglesa) ou *parentalité* (na língua francesa).

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA:

É UM FENÔMENO NOVO?

POR QUE, EM GERAÇÕES PASSADAS, O FATO DE UMA MOÇA SE CASAR E DAR À LUZ A UM BEBÊ, AOS 15 ANOS DE IDADE, NÃO ERA UM PROBLEMA? O QUE MUDOU? POR QUE A GRAVIDEZ TEM SIDO CONSIDERADA UM EVENTO QUE DESVIA O CURSO DA VIDA DE UM JOVEM, PRINCIPALMENTE DAS JOVENS?

Muitas vezes já ouvimos falar em histórias de mães, tias ou avós que tiveram seu primeiro filho ou filha quando ainda “muito novas”. Há frases como “minha avó teve 10 filhos”, ou “ela se casou com 13 anos”, ou ainda “meu avô era muito mais velho do que ela”. Não muito distante temporalmente, talvez em nosso próprio círculo familiar, teremos casos de pessoas que se casaram e tiveram seus primeiros filhos em idades que hoje são consideradas impróprias para começar uma vida reprodutiva. É possível que não achemos de se estranhar que nossa avó tenha tido seu primeiro filho aos 14 anos, mas rechaçamos a idéia de que, hoje em dia, jovens engravidem e/ou tenham filhos/as. Invariavelmente, tais gestações são rotuladas como *precoces* ou *indesejadas*.

A experiência da juventude não é uniforme para todos os indivíduos; ela é modulada pelas referências e ideais de cada contexto social.

O que mudou? Por que a gravidez e/ou a experiência de **parentalidade** de adolescentes e jovens passou a ter conotação de problema? O que levou a gravidez na adolescência a ser considerada um acontecimento perturbador, que atrapalha o desenvolvimento ideal? Por que é vista como evento a ser evitado?

A fecundidade entre adolescentes é uma realidade antiga na América Latina, e o Brasil não é exceção. A atual expressão “gravidez na adolescência” abriga uma faixa etária que foi, durante muito tempo, considerada ideal para a mulher ter filhos. No entanto, novos elementos alteraram o contexto deste tipo de gravidez, que passou a ser qualificado como “precoce”, tornando-se mais visível.

Entre as mudanças sociais que alteraram o olhar sobre a gravidez na adolescência, está o conjunto de novas expectativas sociais depositadas sobre a juventude, entendida como fase da vida na qual os indivíduos devem se preparar para a vida adulta, para deixar as famílias de origem com autonomia e independência financeira. A despeito da diversidade social, étnico-racial, de gênero e regional que caracteriza as sociedades ocidentais, espera-se que o/a jovem de hoje dedique seu tempo aos estudos. Assim, numa trajetória modelar ideal, considera-se que primeiro deva estudar, profissionalizar-se, preparar-se para a entrada no mercado de trabalho, conquistar autonomia financeira e, somente então, assumir compromisso de casamento e/ou ter filhos. Este processo pode durar mais ou menos tempo, ou ainda, não acontecer em uma seqüência tão linear. Quando há episódio reprodutivo, freqüentemente é tido como uma situação imprópria ou perturbadora do bom desenvolvimento em direção à condição de adulto.

A experiência da juventude não é uniforme para todos os indivíduos; ela é modulada pelas referências e ideais de cada contexto social. O pertencimento a uma classe, a uma raça-etnia e o gênero (ou seja, os modos como homens e mulheres são representados socialmente) são marcantes nas biografias dos jovens. Nem todos têm condição de passar tanto tempo dedicando-se aos estudos. Muitas vezes, o tempo é dedicado ao trabalho doméstico ou fora de casa, ao cuidado com irmãos menores, à realização de bicates, além das atividades escolares. Os jovens encontram-se em situações desiguais, de acordo com sua classe social.

(...)a reprodução juvenil torna-se visível em um contexto de mudanças culturais que configuram novas expectativas sociais aos/às jovens, bem como de retração da fecundidade em grupos de mulheres de idades mais elevadas.

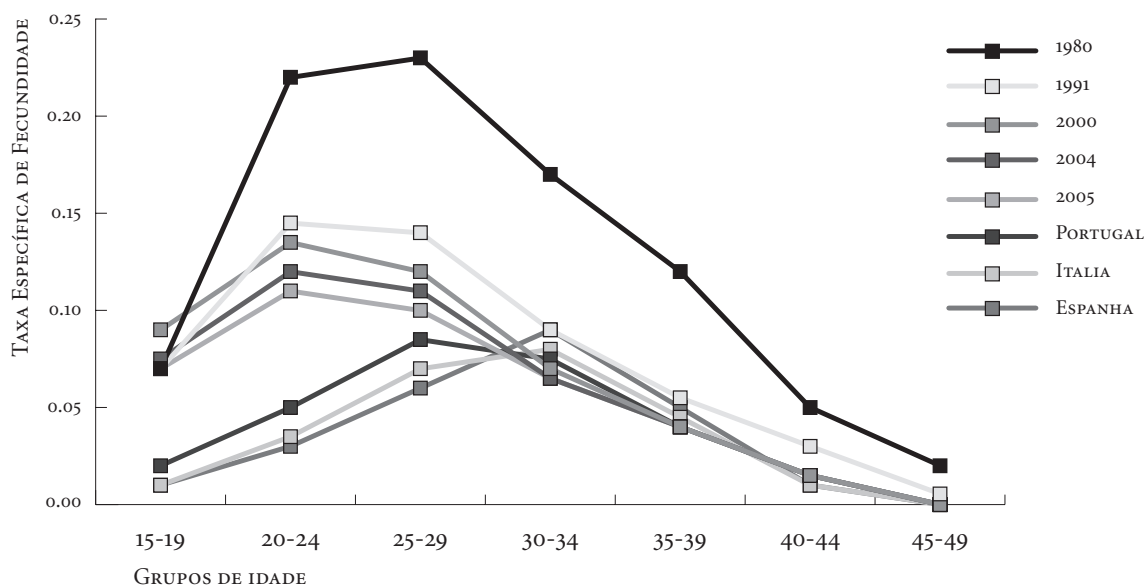
Dois modelos principais de passagem à vida adulta têm sido apontados pelas pesquisas e ajudam a situar a percepção de gravidez na adolescência como um problema social a ser enfrentado: 1) o prolongamento desta etapa da vida, marcado por uma permanência mais longa na casa dos pais ou parentes, com a conquista de algumas liberdades, como a possibilidade de relações sexuais com namorados/as ou amigos/as (Galland, 1997; Brandão, 2004). Argumenta-se que tem sido mais difícil, na atualidade, a conquista da independência financeira, que os jovens necessitam, por mais tempo, do apoio dos familiares, além de morarem com eles, inclusive quando já conquistaram relativa autonomia no exercício da vida íntima; 2) o encurtamento desta etapa, em que a passagem para a vida adulta se dá de forma condensada. Esta forma de transição seria mais característica de grupos menos favorecidos socialmente. O evento reprodutivo, sobretudo com o nascimento de um/a filho/a, representaria um dos elementos centrais de passagem para a (ou consecução da) identidade ou *status* de adulto, tanto para moças quanto para rapazes (Heilborn & Cabral, 2006).

Outro fator que contribui para a percepção de que a gravidez na adolescência é um fenômeno contemporâneo, concerne à especificidade da transição demográfica brasileira. Nas quatro últimas décadas, a população tem passado por rápidas transformações, em relação à estrutura etária, com queda da fecundidade e aumento da esperança de vida ao nascer. Assiste-se a uma forte transformação demográfica na área da reprodução feminina: decaem, de forma acentu-

ada, os níveis de fecundidade da mulher brasileira, inicialmente nos estados do Centro-Sul do Brasil e, vinte anos depois, nas áreas menos desenvolvidas social e economicamente, como os estados do Norte e Nordeste (Simões, 2006). **A taxa de fecundidade total (TFT)** para o Brasil, segundo o censo demográfico de 1970, era de 5,76 filhos por mulher, chegando a 2,38 no ano 2000. Dados recentes da PNDS 2006 (Pesquisa Nacional Sobre Demografia e Saúde) revelam uma TFT abaixo do **nível de reposição populacional**, correspondendo a 1,8 filhos por mulher.

Tradicionalmente, as mais altas taxas de fecundidade (taxa de fecundidade específica por idade) apresentavam-se em mulheres de 25 a 29 anos, ou 30 a 34 anos, constituindo-se assim no que comumente se considera como um padrão tardio de fecundidade. A partir dos anos 80, se observa um crescimento relativo nas taxas de fecundidade do grupo composto por mulheres de 15 a 19 anos, cujos índices ganham peso, quando comparados ao concomitante decréscimo que ocorre nas taxas dos demais grupos etários (Camarano, 1998; Berquó, Cavenaghi, 2005). Este deslocamento seria responsável pelo delineamento de um padrão tipicamente jovem na estrutura da fecundidade por grupos de idade no Brasil, diferentemente do perfil de fecundidade encontrado em países desenvolvidos. Observe o gráfico abaixo:

| EVOLUÇÃO DAS TAXAS ESPECÍFICAS DE FECUNDIDADE POR IDADE | BRASIL 1980 A 2005¹



| BRASIL: PADRÃO JOVEM DE FECUNDIDADE

| CONCENTRAÇÃO DA FECUNDIDADE NO GRUPO DE 20-24 ANOS: TFT 1,81

| OUTRAS TFT: FRANÇA 1.9, SUÉCIA 1.7 PORTUGAL 1.5, ITÁLIA 1.3, ESPANHA 1.3

Fonte: Censos Demográficos, 1980 a 2000 e PNAD 2004 e 2005.

1. Agradecimentos sinceros são devidos à Dra. Suzana Cavenagui, Professora da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE), que realizou esta análise sobre taxa de fecundidade específica por idade e gentilmente cedeu esta ilustração para ser publicada no material do GDE. Análise completa consta do documento "As desigualdades nos padrões reprodutivos no Brasil", apresentado pela autora no Seminário População, Pobreza e Desigualdade, realizado nos dias 05 e 06 de novembro de 2007, em Belo Horizonte - MG (organizado pela ABEP – Associação Brasileira de Estudos Populacionais).

Ainda que o ligeiro aumento na taxa de fecundidade de mulheres de 15 a 19 anos não seja estatisticamente significativo, além de não ser “nada mais do que o efeito das profundas reduções da participação da fecundidade das mulheres mais velhas na fecundidade total” (Simões, 2006: 93), esta tendência é freqüentemente utilizada para compor a imagem de uma “epidemia” de gravidez na adolescência, que estaria assolando, sobretudo, os setores mais pobres da população. Esse é o tom predominante do debate público em torno do fenômeno, associado de modo recorrente com as questões da pobreza e da violência urbana no país (Oliveira, 2005; Vieira, 2005; Bomba Relógio, 2005).

Numa capacitação sobre gravidez na adolescência, uma professora pediu a palavra: “Isso que você está falando pode até ser... Tem os números aí, mas tenho a impressão de que na comunidade em que trabalho os espermatozoides voam, tem muita menina grávida lá”. E você? O que tem observado em sua comunidade? Por que será que temos a impressão de que a gravidez na adolescência aumentou? Seria efeito de maior concentração da população nas grandes cidades? Será que mudanças culturais, como o fato de hoje em dia as moças não esconderem mais a barriga, interferem na percepção? Há outros fatores?

Não há elementos suficientes, portanto, para afirmar aumento ou “epidemia” de gravidez na adolescência, em termos demográficos. Assim, pode-se dizer que a reprodução juvenil torna-se visível em um contexto de mudanças culturais que configuram novas expectativas sociais aos/às jovens, bem como de retração da fecundidade em grupos de mulheres de idades mais elevadas.

GLOSSÁRIO:

Parentalidade: O termo “parentalidade” engloba a idéia de maternidade e paternidade. O neologismo visa suprir a ausência de uma palavra em português correspondente a *parenthood* (na língua inglesa) ou *parentalité* (na língua francesa).

Taxa de fecundidade: é uma estimativa do número médio de filhos que uma mulher teria até o final de seu período reprodutivo, mantidas constantes as taxas observadas na referida data. Em fins da década de 60, a taxa de fecundidade no Brasil era de 6 filhos por mulher; em 2008 é de 1,8 filhos por mulher.

Nível de reposição populacional: refere-se à condição em que a taxa de fecundidade atinge um patamar no qual a população se mantém constante a longo prazo, correspondendo a 2,1 filhos por mulher. Afirmar que a taxa de fecundidade está abaixo do nível reposição populacional significa dizer que há uma tendência de haver menos nascimentos e, portanto, que a população tende a diminuir, a médio e longo prazo.

O APRENDIZADO

DA SEXUALIDADE E DO GÊNERO

EXPERIMENTAÇÃO SEXUAL JUVENIL: AINDA É UM TABU? MOÇAS E RAPAZES VIVENCIAM A PASSAGEM À SEXUALIDADE COM PARCEIRO DA MESMA FORMA? OU SERÁ QUE AS EXPECTATIVAS DE GÊNERO DIFERENCIAM OS COMPORTAMENTOS DOS/AS JOVENS?

É uma constatação: os/as jovens conquistaram muitas liberdades, em relação às decisões que envolvem a sexualidade. Mesmo podendo viver com suas famílias por mais tempo, sabemos que as relações entre pais, mães e filhos/as, ou entre adultos e jovens na família, mudaram muito. Pode-se afirmar que hoje existe mais espaço para o/a jovem administrar sua vida íntima, de forma mais autônoma em relação à sua família de origem, em comparação com o que ocorria no passado. Isto inclui a possibilidade de experimentar a sexualidade antes do casamento, em relacionamentos como namoros ou encontros ocasionais, do tipo “ficar”.

A sexualidade juvenil é marcada pelo processo de socialização e pelo acesso (ou falta de acesso) à educação, ao diálogo e aos cuidados que a sociedade oferece aos/às jovens.

Já foi visto, nos Módulos sobre gênero e sexualidade, como a aprendizagem e socialização das condutas modelam a vivência dos afetos. A sexualidade juvenil é marcada pelo processo de socialização e pelo acesso (ou falta de acesso) à educação, ao diálogo e aos cuidados que a sociedade oferece aos/às jovens. Em termos gerais, isso significa admitir que os indivíduos são socializados para a entrada na vida sexual por meio da cultura, que orienta roteiros e comportamentos considerados aceitáveis para cada grupo social.

Os indivíduos são socializados para o exercício da sexualidade, de acordo com as relações de gênero presentes em um determinado contexto (Heilborn, 1999). Homens e mulheres são modelados socialmente de maneiras muito distintas, que são expressas nos roteiros sexuais que os indivíduos seguem. Os roteiros sexuais – guias de interpretação internalizados pelas pessoas, que

orientam suas ações e lhes atribuem sentidos, na esfera da sexualidade - espelham as múltiplas e diferentes socializações que uma pessoa experimenta em sua vida: família, tipos de escolas, acesso a distintos meios de comunicações, redes de amizade e vizinhança (Gagnon e Simon, 1973). Esses roteiros são especialmente relevantes na adolescência e juventude, quando se inicia a vida sexual com parceiro/a ou, pelo menos, se cogita começá-la.

Queremos enfatizar que o exercício da sexualidade está submetido aos fatores culturais e sociais aprendidos desde a infância, a partir de contatos com o corpo e com diferentes instâncias sociais. A sociedade, como um todo, transmite informações por meio de livros, revistas, televisão, filmes, conversas com familiares e amigos/as, de tradições das quais herdamos valores, costumes, hábitos. Todos estes meios suscitam sentimentos, desejos e percepções que formam a sexualidade e vão sendo registrados no decorrer de nossa vida.

É a partir das experiências que aprendemos sobre nossos corpos e identidades sexuais. Com as mudanças corporais, a entrada na adolescência e a iniciação sexual com parceiro/a, abre-se um período de experimentação e exploração de novas sensações eróticas. Assim, vamos perceber que este é um desenvolvimento amplo, no qual também se “aprende” a ser homem ou mulher. Como sabemos, os corpos de homens e mulheres possuem uma diferença anatômica, que será decodificada a partir das informações culturais que condicionam as identidades de gênero. Duas informações são importantes e devem ser enfatizadas: primeiro, que hoje em dia a iniciação sexual com parceiro/a ocorre mais cedo, em comparação com o passado (Bozon, 2003; 2005) e, em segundo, que a iniciação sexual é muito diferente, de acordo com a experiência de gênero, ou seja, o processo de aproximação com o sexo oposto e a primeira relação sexual são vividos de formas muito diferentes entre moças e rapazes.

No Brasil, há uma série de mudanças de costumes sexuais que precisam ser levadas em conta, nas discussões sobre gravidez na adolescência. Em muitos contextos a sexualidade pré-conjugal das mulheres passou a ser mais aceita socialmente e a virgindade feminina, até o casamento, vem deixando de ser uma exigência. A experimentação sexual, amplamente permitida (e até mesmo incentivada) aos rapazes, poucas décadas atrás, passou a ser exercida em contextos de namoro, como veremos adiante, ao abordar a iniciação sexual.

No entanto, se por um lado há um movimento de maior abertura à vivência da sexualidade, por outro, nem sempre há um diálogo aberto com os familiares. Muitas vezes há constrangimentos que dificultam falar sobre o tema.

Um aluno de nível médio de uma escola estadual declarou: “Sexo é um assunto que tem que ser levado para dentro da escola”. Veremos que a escola é um lugar fundamental na socialização dos jovens; é lá onde os jovens conversam entre si sobre sexualidade, freqüentemente encontram seus parceiros amorosos e sexuais. Que tal desmistificar este tipo de conversa e levá-la para dentro da sala de aula, abordando temas como relação sexual, contracepção, violência sexual, aborto, etc. de forma consistente, lúdica e sem preconceitos?

O ideal seria que os/as jovens tivessem a primeira experiência sexual com parceiro/a, quando já possuíssem informações adequadas e suficientes para esta tomada de decisão, tendo condições de evitar riscos, como uma gravidez não prevista. Por isso, consideramos que a escola pode exercer um papel muito importante, ao abrir espaço para a conversa sobre estas experiências e suas dificuldades, favorecendo que os/as alunos/as se sintam mais seguros, frente ao conhecimento e manejo necessários, acerca de métodos contraceptivos e de proteção às DSTs, bem como em relação às normas sociais que regulam as relações entre gêneros.

Como está este assunto em sua escola? Há oportunidades de aprendizado e debate de temas como gravidez na adolescência, aborto, métodos contraceptivos, prevenção às DSTs, diversidade sexual? Como você, professor/a, pode criar espaços de diálogo com estudantes, familiares, dirigentes e outros docentes sobre tais temas? Como a escola pode ser parceira dos jovens neste processo de preparação para entrada na sexualidade? Os jovens têm muitas dúvidas sobre sexo, contracepção, gravidez, aborto, etc., e na falta de diálogo com os pais, eles recorrem aos colegas. O tempo dedicado nas aulas é importante, mas pode ser insuficiente para uma abordagem mais ampla. Que tal montar uma biblioteca ou um banco de material educativo sobre sexualidade, aborto, gravidez, violência sexual etc? Os/as estudantes podem ser organizados em grupos, por temas, para levantar dúvidas; no momento seguinte, podem pesquisar as respostas para as dúvidas de outros grupos. Envolve-os/as na identificação de sites de instituições que trabalham com estes assuntos. Este pode ser um bom começo de conversa...

BIBLIOGRAFIA

- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro, Zahar. 1981.
- BERQUÓ, E.; CAVENAGHI, S. “Increasing Adolescent and Youth Fertility in Brazil: A New Trend or a One-Time Event?”. (Mimeo). **Annual Meeting of the Population Association of America**, Philadelphia, Pennsylvania, March 30 to April 2, Session #151, Adolescent Fertility in Developing Countries. 2005.
- BOMBA RELÓGIO. **O Globo**. Rio de Janeiro, 11 maio. Primeiro Caderno, Opinião, p.6. 2005.
- BOURDIEU, P. “A “juventude” é apenas uma palavra”. In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro, Marco Zero. 1983.
- BOZON, M. “A quel âge les femmes et les hommes commencent-ils leur vie sexuelle? – comparaisons et évolutions récentes”. **Populations et Sociétés**, no 391, jun. 2003.
- BOZON, M. “As novas formas de entrada na vida sexual no Brasil e na América Latina”. In: HEILBORN, M.L. et al. **Relações familiares, sexualidade e ethos religioso**. Rio de Janeiro, Garamond. 2005.
- BOZON, M.; HEILBORN, M.L. “As carícias e as palavras. Iniciação sexual no Rio de Janeiro e em Paris”. **Novos Estudos CEPRAB**, n.59. São Paulo, CEBRAP, mar, pp.111-35. 2001.
- BRANDÃO, E.R. “Iniciação sexual e afetiva: exercício da autonomia juvenil”. In: HEILBORN, M.L. (Org.). **Família e sexualidade**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, pp.63-86. 2004.
- BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 jul. 1990. P. 13563.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Marco teórico e referencial: saúde sexual e saúde reprodutiva de adolescentes e jovens**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde. 2006.
- CAMARANO, A.A. “Fecundidade e anticoncepção da população jovem”. In: **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**, vol.1. Brasília, CNPD, pp.109-33. 1998.
- CAVENAGUI, S. “As desigualdades nos padrões reprodutivos no Brasil”. **Seminário População, Pobreza e Desigualdade**. ABEP – Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 05 e 06 de novembro de 2007, Belo Horizonte – MG. (Mimeo).
- GAGNON, J.; SIMON, W. **Sexual Conduct: The Social Sources of Human Sexuality**. Chicago, Aldine. 1973.
- GALLAND, O. **Sociologie de la jeunesse**. Paris, Armand Colin. 1997.
- HEILBORN, M.L. “Construção de si, gênero e sexualidade”. In: HEILBORN, M. L. (org.). **Sexualidade: o olhar das ciências sociais**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. 1999.
- HEILBORN, M.L.; CABRAL, C.S. “Parentalidade juvenil: transição condensada para a vida adulta”. In: CAMARANO, A.A. (org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro, IPEA. 2006.
- HEILBORN, Maria Luiza; AQUINO, Estela M.L; BOZON, Michel; KNAUTH, Daniela Riva. **O Aprendizado da sexualidade. Reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Garamond e Fiocruz. 2006.
- NOVAES, R.C.; CARA, D.T.; SILVA, D.M.; PAPA, F.C (orgs.). **Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas**. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude; Fundação Friedrich Ebert. 2006.
- OLIVEIRA, J. C. **Perfil socioeconômico da maternidade nos extremos do período reprodutivo**. IBGE, Diretoria de Pesquisas (DPE), Coordenação de População e Indicadores Sociais (COPIS). 2005. Mimeo.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **PNDS 2006. Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher**. Brasília: MS/ São Paulo: CEBRAP. 2008.
- SIMÕES, C.C.S. **A transição da fecundidade no Brasil: análise de seus determinantes e novas questões demográficas**. São Paulo: Albeit Factory. 2006.
- VIEIRA, A.G. “A assustadora multiplicação dos carentes”. **O Globo**. Rio de Janeiro, 3 abr., Primeiro Caderno, Opinião, p.7. 2005.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Sexual relations among young people in developing countries: evidence from WHO case studies**. Genebra, 2001.

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA:

FRUTO DA INICIAÇÃO SEXUAL PRECOCE?

POR QUE A SEXUALIDADE JUVENIL É TÃO TEMIDA? EXISTE UMA CORRELAÇÃO ENTRE INÍCIO DA VIDA SEXUAL E A “GRAVIDEZ PRECOCE”? DISCUTIR SOBRE SEXUALIDADE AUMENTA A CURIOSIDADE DOS JOVENS E INDUZ À PRECOCIDADE SEXUAL?

A juventude é considerada a melhor fase da vida e, simultaneamente, um período com grande risco. No primeiro caso, o que se enaltece é a disposição e o “estado de espírito”, enquanto que, no segundo, se acentuam, em especial, os possíveis danos para a saúde. Duas esferas aparecem como palcos desses riscos: a da sociabilidade, em que se teme a exposição à violência e às drogas; e a da sexualidade, em que se problematiza a iniciação sexual precoce, a Aids e a “gravidez na adolescência”. Esse conjunto de concepções, bastante difundido pelo senso comum e pela mídia, apresenta os/as jovens como incoseqüentes e irresponsáveis em seus comportamentos e, freqüentemente, como incapazes de administrar a própria vida afetiva e sexual (Abramo, 1997).

A imagem dominante mostra os/as jovens “de hoje” levando uma vida sexual e afetiva desregrada, na qual predominam os relacionamentos efêmeros, sem qualquer tipo de vínculo e comprometimento. Mais que isso, a literatura sobre juventude freqüentemente classifica eventos de gravidez nesta fase da vida como indesejada, não planejada e associada ao início da vida sexual ativa. Entretanto, é preciso compreender os eventos reprodutivos a partir da perspectiva que argumenta a favor de um processo de aprendizagem afetivo e sexual, subjacente à passagem à sexualidade com parceiro/a. Neste contexto, é possível ocorrer uma gravidez, tanto na trajetória de moças, quanto na de rapazes (Heilborn et al., 2006).

Um ponto destacado na pesquisa são os números encontrados para a ocorrência de gravidez antes dos 20 anos, lembrando que gravidez e maternidade/paternidade são eventos distintos. Uma pergunta que orienta esta análise é se o evento ocorre na mesma magnitude em cidades tão diferentes. Vejamos!

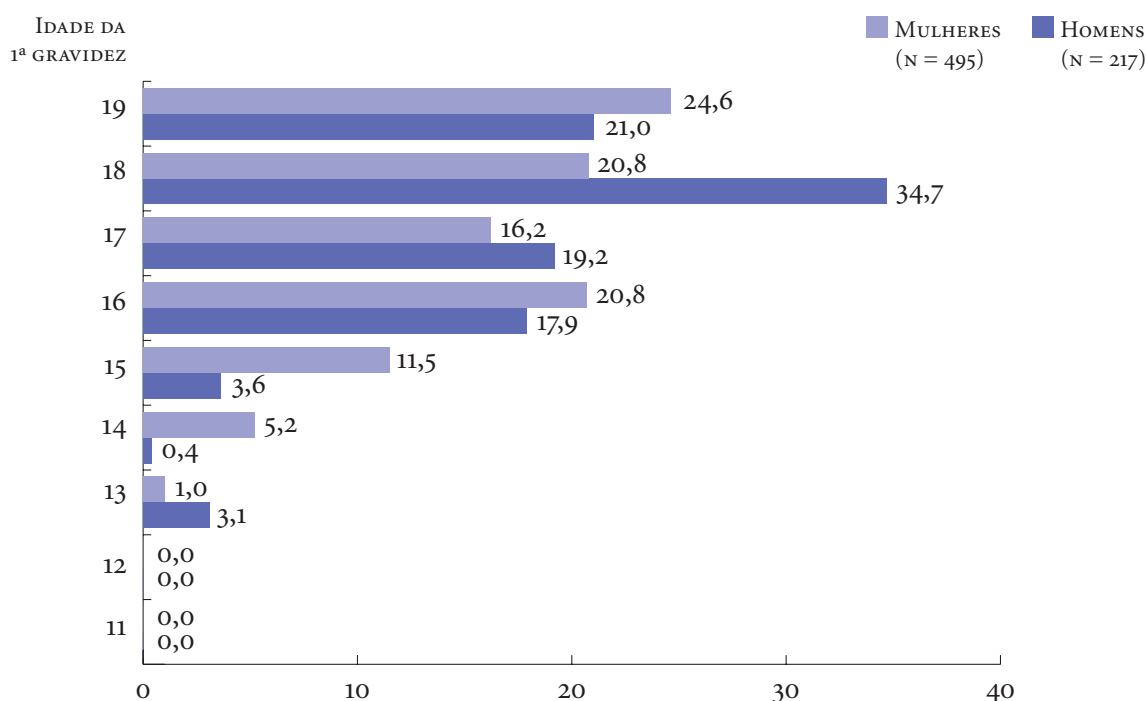
A investigação constatou que a prevalência de gravidez na adolescência compreende muitas e diferentes variáveis, não constituindo, portanto, um quadro homogêneo (Aquino et al, 2003). No caso dos dados coletados em Salvador, Porto Alegre e no Rio de Janeiro, pelo menos um episódio reprodutivo foi relatado por 29,6% das mulheres e 21,4% dos homens. A menor proporção encontra-se em Porto Alegre e a maior em Salvador, tanto na declaração das moças quanto dos rapazes. Segmentando-se tal distribuição segundo idade, cabe mencionar que a ocorrência de gravidez antes dos 15 anos foi bem pouco freqüente nas três cidades (1,6% e 0,7% respectivamente). Geralmente, as pesquisas trazem dados gerais de gravidez ou maternidade que aludem à faixa etária de 10 a 19 anos, sem esclarecerem, contudo, que a maior concentração de gestações se dá nas idades de 18 e 19 anos, o que pode ser observado no gráfico a seguir. Este é um importante diferencial para se compreender contextos e desdobramentos de uma gestação que ocorre aos 15 ou aos 19 anos de idade.

| PERCENTUAL DE GRAVIDEZ ANTES DOS 20 ANOS, SEGUNDO CIDADE E SEXO

CIDADE	MULHERES	HOMENS
PORTO ALEGRE (RS)	27,7	18,4
RIO DE JANEIRO (RJ)	29	20,6
SALVADOR (BA)	31,3	24,4
TOTAL	29,5	21,4

FONTE: Pesquisa GRAVAD, 2002.
POPULAÇÃO: Jovens de 18 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA).

| DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS/DAS JOVENS DE 20 A 24 ANOS COM PELO MENOS UMA GRAVIDEZ ANTES DOS 20 ANOS, SEGUNDO A IDADE NO PRIMEIRO EPISÓDIO REPRODUTIVO, POR SEXO



POPULAÇÃO: Jovens de 18 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA).
 FONTE: Pesquisa GRAVAD, 2002.

(...) alguns padrões de gênero permanecem: apesar da aproximação do calendário de entrada na vida sexual, as moças ainda se iniciam mais tardiamente que os rapazes, que continuam entrando na vida sexual mais cedo.

Você, professor/a, deve estar se perguntando: então, seria a iniciação sexual precoce o que explicaria a diferença encontrada no percentual de gravidez entre as três cidades estudadas?

Como já abordado na primeira Unidade deste texto, um dos argumentos mais veiculados na mídia e em outros canais de comunicação é a associação entre iniciação sexual e gravidez. O aumento no número de jovens sexualmente ativos/as estaria acompanhado do suposto aumento do número de gravidez. De fato, há uma diminuição da idade de entrada na vida sexual, para as moças. Mas, ao contrário do que muitas vezes se pensa e se difunde na mídia, a iniciação sexual não é tão precoce assim, apesar de ocorrer mais cedo, comparativamente às gerações passadas. Os dados sobre iniciação sexual dos jovens no Rio de Janeiro, Porto Alegre e Salvador revelam que metade dos rapazes entrevistados tinha iniciado a vida sexual aos 16,2 anos, enquanto para as moças, a idade é de 17,9 (Bozon & Heilborn, 2006).

A novidade constatada não está entre os rapazes, mas entre elas: a experimentação sexual para as mulheres tem sido cada vez mais aceita, pois hoje em dia já se admite que as moças tenham

relações sexuais antes do casamento. Contudo, alguns padrões de gênero permanecem: apesar da aproximação do calendário de entrada na vida sexual, as moças ainda se iniciam mais tardiamente que os rapazes, que continuam entrando na vida sexual mais cedo. Veremos mais adiante, que a manutenção deste padrão pode ser compreendido pela expectativa que tanto homens e mulheres possuem, de que *ele* seja sempre mais experiente do que *ela*, tanto na iniciação sexual quanto no começo de qualquer relacionamento afetivo-sexual.

Este padrão pode ser observado, na análise comparativa das cidades. Observe a idade de iniciação sexual dos rapazes. Como explicar tamanha semelhança para contextos tão distintos? Se pensarmos um pouco nas prescrições e expectativas de gênero sobre o sexo masculino, é possível formular algumas hipóteses. Como vimos nos Módulos anteriores, há uma exigência cultural extremamente forte de confirmação da masculinidade por meio da precocidade sexual, e esta indiferença do ritmo masculino, dos primórdios sexuais ao contexto social, é uma característica da preeminência social do valor da masculinidade/virilidade no Brasil. Há maior diversidade de comportamentos entre as mulheres: em Porto Alegre elas vivenciam mais cedo as primeiras experiências e, inversamente – contrariando as representações culturais mais difundidas sobre cor/raça e sexualidade –, em Salvador há uma iniciação mais tardia. Assim, 30% das mulheres de Salvador nunca tiveram uma experiência sexual aos 19 anos (contra 23% no Rio de Janeiro e 15% em Porto Alegre). O Rio de Janeiro situa-se entre estes dois pólos.

| IDADE MEDIANA¹ DA PRIMEIRA RELAÇÃO SEXUAL E PROPORÇÃO DE JOVENS QUE TIVERAM SUA PRIMEIRA RELAÇÃO AOS 18 ANOS OU MAIS E AOS 20 ANOS OU MAIS, POR SEXO E CIDADE

CIDADE	IDADE MEDIANA NA PRIMEIRA RELAÇÃO		INICIAÇÃO A PARTIR DE 18 ANOS (%)		INICIAÇÃO A PARTIR DE 20 ANOS (%)	
	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
PORTO ALEGRE (RS)	17,2	16,2	37	20	15	8
RIO DE JANEIRO (RJ)	17,8	16,1	47	18	23	8
SALVADOR (BA)	18,4	16,4	55	22	30	9
TOTAL	17,9	16,2	48	20	24	8

FONTE: Pesquisa GRAVAD, 2002.
POPULAÇÃO: Jovens de 18 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA).

Mais ainda, os dados apresentados pela pesquisa vão de encontro a representações do senso comum de que os jovens pretos teriam iniciação sexual precoce em relação aos demais – representação esta certamente calcada em um certo imaginário social fortemente difundido de

1. A média de idade refere-se à idade na qual metade das pessoas entrevistadas conheceram o evento em questão.

que na miscigenação do branco com indígenas e negros, aos últimos é atribuído o aporte dos atributos de espontaneidade, sensualidade e da habilidade corporal, seja para o “samba” ou o futebol, que caracterizariam a identidade nacional. Contudo, a concepção/representação de uma maior precocidade sexual entre os pretos não encontra lastro nos dados quantitativos obtidos com este conjunto de jovens. Embora haja pequenos diferenciais percentuais a favor de uma maior precocidade dos que se declararam pretos, a medida utilizada para acatar uma possível associação estatística entre idade da iniciação sexual e cor/raça foi limítrofe para os rapazes (p-valor: 0,0801 – acima dos 5% comumente aceitos), e sem nenhuma significância entre as moças. Este é um importante elemento que nos faz problematizar a concepção de uma sexualização intensa da população negra.

| PROPORÇÃO DE JOVENS SEGUNDO IDADE DA INICIAÇÃO SEXUAL, POR COR/RAÇA E SEXO

SEXO	INICIAÇÃO SEXUAL*	COR / RAÇA				P-VALOR
		BRANCA	PRETA	PARDA	TOTAL	
MULHERES	PRECOCE	25,4	31,4	27,4	27,5	0,3430
	MEDIANA	39,5	33,0	36,4	36,9	
	TARDIA	35,1	35,7	36,2	35,5	
	n	980	452	401	1833	
HOMENS	PRECOCE	24,9	37,1	29,2	29,2	0,0801
	MEDIANA	43,9	34,8	40,2	40,6	
	TARDIA	31,2	28,1	30,6	30,3	
	n	1031	432	407	1871	

FONTES: Pesquisa GRAVAD, 2002.

POPULAÇÃO: Jovens de 18 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA).

NOTA: (*) O intervalo etário na categorização para a idade da primeira relação sexual é distinto para mulheres e homens: precoce, até 15 anos para mulheres e até 14 anos para homens; mediano, de 16 a 17 anos para mulheres e 15 a 16 anos para homens; tardio, 18 anos e mais para mulheres e 17 anos e mais para homens.

Bem, se por um lado alguns mais apressados consideram que a gravidez na adolescência decorre do incremento do início da vida sexualmente ativa mais precoce (sobretudo das moças), não podemos nos esquecer de que, nos últimos anos, há um significativo aumento do uso de métodos contraceptivos, seja por parte de jovens, seja pelos adultos.² Claro que há diversas nuances no que concerne à sexualidade e contracepção, mas vale à pena examinar o grau de proteção adotado, por exemplo, na iniciação sexual. O exame da proteção/contracepção é um indicador extremamente importante, pois ele remete para a dimensão de preparo prévio e planejamento subjacente à iniciação sexual. Ao considerar o aprendizado da sexualidade,

2. Pesquisa feita nos Estados Unidos aponta que em 1982, quase 50% dos adolescentes usaram algum método em sua 1ª relação sexual; este número cresceu para quase 70% em 1988 (Luker, 1996). Dados recentes da PNDS 2006 mostram percentuais elevados de uso de método anticoncepcional na iniciação sexual, destacando-se o preservativo masculino com declaração de 83,7% das entrevistadas de 15 a 19 anos. Em segundo lugar aparece a pílula anticoncepcional em 19,8% das declarações (MS, 2008).

podemos deduzir que este também é acompanhado de uma socialização e de um aprendizado contraceptivo, com significados, dificuldades, êxitos, fracassos e matizes próprios.

| DECLARAÇÃO PERCENTUAL SOBRE USO DE CONTRACEPÇÃO NA INICIAÇÃO SEXUAL,
SEGUNDO CIDADE E SEXO

CIDADE	MULHERES	HOMENS
PORTO ALEGRE (RS)	79,6	73,4
RIO DE JANEIRO (RJ)	70,7	67,9
SALVADOR (BA)	62,9	66,2

FONTE: Pesquisa GRAVAD, 2002.
POPULAÇÃO: Jovens de 18 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA).

A comparação entre as três cidades permite constatar que Porto Alegre figura como o centro urbano onde as moças começam suas carreiras reprodutivas mais tarde e que, apesar de se iniciarem sexualmente mais cedo, adotam maior proteção contraceptiva. Conforme veremos adiante, elas também recorrem menos ao aborto. Este resultado expressa a maneira como o contexto social mais abrangente influencia o modo como se vive a sexualidade. Entre as três cidades estudadas, a capital gaúcha figura com os melhores indicadores de educação básica e atendimento em postos de saúde. Em Salvador, as entrevistadas aludem à experiência sexual mais tarde, mas se protegem menos, engravidam mais cedo e recorrem mais ao aborto que, como sabido, freqüentemente ocorre em condições inseguras. O Rio de Janeiro aparece em posição intermediária, ora se aproximando de Porto Alegre, ora de Salvador.

O tema da contracepção ou da proteção durante a primeira relação sexual foi abordado de diversas formas na pesquisa: indagamos, por exemplo, se os parceiros haviam conversado sobre as maneiras de evitar uma gravidez, se tinham usado alguma forma de proteção e qual havia sido. Como era de se esperar, o preservativo foi o método mais utilizado: 70% dos/as jovens afirmaram ter feito uso da camisinha na primeira relação. Contudo, o problema é que muitos param de utilizar o preservativo, conforme o avanço do namoro e a conquista da “confiança” no/a parceiro/a. Assim, não só a proporção de uso de proteção/contracepção nas relações sexuais subseqüentes decai, como também muda o comportamento relativo à proteção/contracepção no decorrer do relacionamento. Além de ficarem expostos à AIDS e outras DSTs, os jovens nem sempre adotam outro método contraceptivo, de forma permanente e consistente. Quando abandonam a camisinha, tornam-se vulneráveis também à gravidez.

Certamente, você, professor/a já ouviu algum/a estudante ou conhecido falar que não é mais preciso usar o preservativo porque tem um/a parceira/o fixo.

A partir destes dados, é possível afirmar que o panorama oferecido (...) desmonta a suposição equivocada do senso comum, de que a gravidez na adolescência esteja simples e diretamente associada à iniciação sexual mais precoce.

A partir destes dados, é possível afirmar que o panorama oferecido pela comparação entre Porto Alegre, Salvador e Rio de Janeiro desmonta a suposição equivocada do senso comum de que a gravidez na adolescência esteja simples e diretamente associada à iniciação sexual mais precoce. Esta hipótese pode servir para justificar um discurso moralizante e políticas de controle da sexualidade juvenil, sem levar em consideração os aspectos culturais envolvidos na questão. A Unidade seguinte é um convite a refletir sobre os meandros da iniciação sexual juvenil.

DESIGUALDADES DE GÊNERO

NA INICIAÇÃO SEXUAL

OS HOMENS DESEJAM SEXO E AS MULHERES QUEREM AMOR? NAMORAR JÁ É COISA DO PASSADO? NA HORA “H” EXISTEM CONDUITAS MAIS ADEQUADAS PARA MOÇAS E RAPAZES?

(...) desde cedo os meninos são incentivados a se iniciar sexualmente, para provar sua masculinidade, enquanto as meninas são estimuladas a se conter, a atender às regras sociais que determinam que o recato é o comportamento feminino adequado (...)

Pode-se dizer que os/as jovens costumam “ficar” com seus parceiro/as antes de iniciar um relacionamento um pouco mais sério, como o namoro. O “ficar” é uma experiência muito comum entre os/as jovens de hoje, e há algumas diferenças, de acordo com as regiões do país. Este comportamento pode incluir carícias e beijos, sem necessariamente implicar relacionamento sexual com penetração. Os/As jovens “ficam” em festas, boates, encontros ocasionais. Já o namoro se caracteriza pelo comprometimento entre os parceiros. A pesquisa Gravad mostrou que, no Brasil, o namoro ainda é simbolicamente relevante para os/as jovens. Neste tipo de relação, o casal se encontra com mais frequência e, em geral, o/a parceiro/a é apresentado/a aos familiares e amigos/as. Com o namoro instalado, pode acontecer uma relação sexual com penetração, ainda que a possibilidade de casamento não esteja presente no horizonte de interesses do casal (Bozon & Heilborn, 2006).

Como visto antes, há diferença de pelo menos dois anos, entre homens e mulheres, na entrada na vida sexual. Apesar de parecer pouca coisa, as idades sinalizam a distância de experiências entre moças e rapazes nesta etapa da vida. Isto acontece porque desde cedo os meninos são incentivados a se iniciar sexualmente, para provar sua masculinidade, enquanto as meninas são estimuladas a se conter, a atender às regras sociais que determinam que o recato é o comportamento feminino adequado, embora nas últimas décadas as atitudes sociais das mulheres tenham mudado mais do que as deles. Além disso, há outras características, que fazem com que a iniciação sexual seja uma experiência bastante desigual para moças e rapazes. Observe a tabela a seguir:

| CARACTERÍSTICAS DO/A PARCEIRO/A DA PRIMEIRA RELAÇÃO SEXUAL, SEGUNDO SEXO

CARACTERÍSTICAS DO/A PARCEIRO/A DA PRIMEIRA RELAÇÃO SEXUAL	SEXO (%)	
	MULHERES	HOMENS
TIPO DA RELAÇÃO COM PARCEIRO/A		
NAMORADO (A)	86	45
MARIDO / ESPOSA, COMPANHEIRO/A	4	1
RELAÇÃO EVENTUAL (FICAR)	9	48
PROSTITUIÇÃO	-	5
PRIMEIRA VEZ DO PARCEIRO/A		
SIM	14	37
NÃO	83	57
NÃO SABE	3	6
DIFERENÇA DE IDADE ENTRE ENTREVISTADO/A E PARCEIRO/A		
PARCEIRO/A MAIS NOVO/A	2	10
MESMA IDADE (+ / - 1 ANO)	24	52
PARCEIRO/A MAIS VELHO (2-4 ANOS)	36	24
PARCEIRO/A MUITO MAIS VELHO (5 ANOS E +)	38	15
O/A ENTREVISTADO/A ESTUDAVA		
SIM	83	93
NÃO	17	7
O/A PARCEIRO/A ESTUDAVA		
SIM	50	76
NÃO	50	24
LUGAR EM QUE CONHECEU O/A PARCEIRO/A		
VIZINHANÇA	33	27
SUA CASA OU DE ALGUÉM DA FAMÍLIA	9	6
CASA DE AMIGOS / COLEGAS	6	3
ESCOLA	14	28
LOCAL DE SOCIABILIDADE OU LAZER	23	18
VIAGEM OU FÉRIAS	2	4
LOCAL PÚBLICO (RUA, ÔNIBUS...)	5	3
IGREJA, TRABALHO, OUTRO	8	6
PROSTITUIÇÃO	-	5
n	2000	2039

POPULAÇÃO: Jovens de 18 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA).
 FONTE: Pesquisa GRAVAD, 2002.

Vimos argumentando que a sexualidade feminina é um importante elemento neste cenário de mudança dos costumes sexuais. Até algumas décadas atrás a primeira relação ocorria tardiamente, no decorrer do relacionamento, num momento em que o namoro já estava consolidado, com promessa de união. Em comparação com as gerações precedentes, a iniciação sexual feminina pode, hoje em dia, ocorrer mais cedo, no transcurso do *namoro*. No entanto, as jovens continuam a interpretar a iniciação sexual, acima de tudo, como um passo na instauração de um relacionamento. Esta visão não é compartilhada pelo universo masculino, pois para metade dos rapazes a definição do vínculo da iniciação sexual é de um episódio eventual. Assim, majoritariamente para elas, a primeira vez ocorreu com quem elas identificaram como “namorado”; para eles, esta situação pode ser tanto com “namoradas”, quanto com “ficantes”.¹ Nota-se que a primeira vez dos rapazes com profissionais do sexo, tão comum até pouco tempo atrás, decaiu muito. Portanto, o início da experiência sexual está se dando cada vez mais em meio a namoros, principalmente para as jovens. Além disso, os parceiros também são desiguais, do ponto de vista da experiência sexual prévia: 83% dos parceiros das mulheres entrevistadas já haviam se iniciado sexualmente, o que também é o caso de 57% das parceiras dos homens investigados. As diferenças de idade entre os parceiros na primeira relação são reveladoras de regras de gênero: os rapazes raramente têm parceiras mais novas, enquanto as moças (que se iniciam mais tardiamente que eles) têm parceiros mais velhos ou muito mais velhos que elas, na maior parte das vezes. Estes são alguns elementos que nos permitem afirmar que a primeira vez de moças e rapazes é uma experiência bastante desigual, o que certamente acarreta em diferenças no modo como negociam e/ou se comportam na proteção contraceptiva.

A primeira vez de moças e rapazes é uma experiência bastante desigual, o que certamente acarreta em diferenças no modo como negociam e/ou se comportam na proteção contraceptiva.

Há distintas expectativas e posturas de moças e rapazes quanto à primeira relação sexual. Mais uma vez, os padrões de gênero que prescrevem condutas mais “adequadas” ou “toleradas” para mulheres e homens se refletem nas respostas obtidas. Os rapazes declaram que “queriam que a relação sexual acontecesse logo”, enquanto as moças dizem que “não pensavam muito no assunto”.

Mas o que estas respostas têm a ver com os padrões de gênero? Basta olharmos um pouquinho à nossa volta e perceberemos que, desde cedo, os meninos são educados para serem mais “ativos”, “machões”, “experientes” e espera-se que saibam como agir em relação à performance sexual. Já das meninas espera-se um comportamento “passivo”, de obediência, sobretudo no momento da relação. Isso ainda acontece porque elas acreditam que, ao agirem assim, demonstram que são moças “certas”, “direitas”. Por não entenderem dos detalhes da relação sexual (e da sexualidade) evitarão a imagem de “vulgares”, “fáceis” ou “vagabundas”.

Será que as moças não “pensavam muito no assunto” ou “não podiam” declarar que pensa-

1. Note-se que a diferença entre uma namorada e uma parceira eventual não é apenas de linguagem, já que há outros traços que as diferenciam: elas tendem a ser virgens (59%), estudam (90%), têm a mesma idade que seu parceiro ou são mais jovens que ele (77%). As parceiras eventuais são sexualmente experimentadas (75%), estão menos na escola (70%), e freqüentemente são pelo menos dois anos mais velhas que seu parceiro (47%) (dados não apresentados).

vam, mantendo uma postura de “inexperiência” e/ou “passividade”? E os rapazes? É natural e confortável que ajam, sempre, de acordo com a ideologia da masculinidade, de supervalorização do sexo para eles? O que você, professor/a, pensa sobre isto?

Este contexto abriga muitas ambivalências. Como os próprios jovens afirmam, há uma confusão na cabeça deles entre o “vai” e o “não pode”. O início da vida sexual para o rapaz é sinal de virilidade. Para as moças, as mensagens são contraditórias: se não se iniciam, elas são taxadas de “bobas”, as “ET’s do grupo” de pares; mas se carregam um preservativo na bolsa, elas são consideradas muito “dadas” e “experientes”.

De forma semelhante, há uma estrita visão de gênero, subjacente aos motivos que os levaram a ter a primeira relação sexual: o *amor* é a motivação dominante para as mulheres e o *tesão*, para os homens. A *vontade de perder a virgindade* também é motivação importante para os homens, e ambos também declaram *curiosidade*. Qual o tempo decorrido entre o momento em que se conhece o/a parceiro/a e o ato sexual? Será que homens e mulheres se comportam de forma diferente, neste aspecto? Se sim, considerando o que vimos argumentando até aqui, como você interpretaria as diferenças encontradas?

| CARACTERÍSTICAS DA EXPERIÊNCIA DA PRIMEIRA RELAÇÃO SEXUAL, POR SEXO

EXPERIÊNCIA DA PRIMEIRA RELAÇÃO SEXUAL	SEXO (%)	
	MULHERES	HOMENS
QUANDO ACONTECEU A RELAÇÃO SEXUAL, O/A ENTREVISTADO/A QUERIA...		
QUE ACONTECESSE LOGO	20	57
QUE ACONTECESSE MAIS TARDE	26	11
NÃO PENSAVA MUITO NO ASSUNTO	52	30
PRINCIPAL MOTIVO PARA TER A RELAÇÃO SEXUAL		
CURIOSIDADE	18	22
TESÃO	12	39
AMOR	52	14
MEDO DE PERDER O/A PARCEIRO/A	7	2
VONTADE DE PERDER A VIRGINDADE	6	21
TEMPO DECORRIDO ENTRE O ENCONTRO E A 1ª RELAÇÃO		
O MESMO DIA	2	17
ATÉ UMA SEMANA	3	15
ATÉ UM MÊS	9	23
ATÉ 4 MESES	18	21
ATÉ UM ANO	39	19
MAIS DE UM ANO	28	5
n	2000	2039

FONTE: Pesquisa GRAVAD, 2002.
POPULAÇÃO: Jovens de 18 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA).

Em resumo, as diferenças de idades e de posturas na iniciação sexual são significativas. Em virtude destas experiências distintas, verificamos que as moças tomam menos decisões na hora do relacionamento sexual. Apesar de 70% de nossos/as entrevistados/as declararem ter usado proteção na primeira relação sexual, existem muitas meninas que não andam com preservativos nas bolsas e mochilas, ou que não exigem ou insistem para que seus namorados os utilizem. Elas temem um julgamento depreciativo, caso eles descubram que elas são informadas e se preocupam com a sexualidade. Evitando ter preservativos à mão ou preferindo não falar sobre o assunto, ficam mais expostas ao risco de doenças, além da própria gravidez.

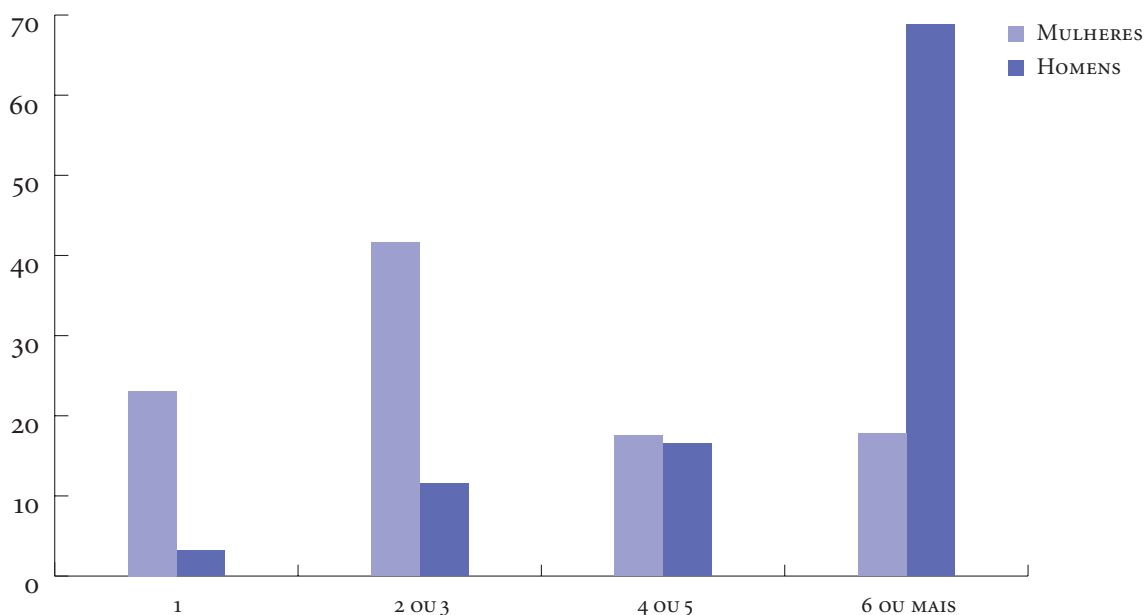
Muitas vezes, ainda que as moças tenham conhecimento sobre o ciclo menstrual, os métodos contraceptivos e a proteção às DSTs, elas enfrentam dificuldades na relação com os parceiros para negociar os cuidados necessários. Acabam se deixando levar pelo calor da hora, pelo clima de romance, pela vergonha, timidez, medo de perder o parceiro, e apostam na sorte. Ao mesmo tempo, entre os/as jovens também é cultivada a visão predominante na sociedade de que a sexualidade deva ocorrer de maneira espontânea, o que, além de endossar os estereótipos de gênero, aumenta a possibilidade de eventos de gravidez não previstos. Uma forma de preparar os jovens para estes desafios é propiciar espaços para dialogar acerca da sexualidade e abordar os preconceitos existentes em torno deste tema.

A vivência distinta da entrada na vida sexual, por moças e rapazes, é reflexo de padrões culturais que dividem os comportamentos de homens e mulheres segundo normas pré-estabelecidas. Acentuar e estimular estas diferenças não é produtivo pois em todas as relações sociais, inclusive as sexuais, homens e mulheres têm os mesmos direitos. Tanto as moças quanto os rapazes devem exercer sua sexualidade de forma prazerosa, saudável e segura, com proteção adequada.

Já afirmamos que as expressões e manifestações referentes à sexualidade têm significados distintos, com marcas dos valores de determinado lugar e época. Homens e mulheres experimentam de forma bastante diferente os roteiros sexuais, pois estes são modelados segundo as formas de socialização que uma pessoa experimenta em sua vida: família, escola, acesso aos meios de comunicação, redes de amizade e vizinhança (Gagnon e Simon, 1973). Além das especificidades de gênero que marcam a iniciação sexual dos jovens, podemos exemplificar, nas trajetórias de moças e rapazes, as diferenças nas formas como compreendem a sexualidade, questão composta por outra variável: o número de parceiros sexuais que ambos já tiveram até então. Considerando o denominador comum de quatro anos ou mais de tempo de vida sexual com parceiro/a, quatro em seis mulheres tiveram até três parceiros, sendo que o mesmo só ocorre com um em cada seis rapazes.

Existem muitas meninas que não andam com preservativos nas bolsas e mochilas, ou que não exigem ou insistem para que seus namorados os utilizem. Elas temem um julgamento depreciativo, caso eles descubram que elas são informadas e se preocupam com a sexualidade.

| PROPORÇÃO DE JOVENS COM QUATRO ANOS OU MAIS DE VIDA SEXUAL,
SEGUNDO O NÚMERO DE PARCEIROS SEXUAIS E SEXO



FONTE: Pesquisa GRAVAD, 2002.
POPULAÇÃO: Jovens de 18 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA).

Sabemos que a idéia de que os homens podem ter muitas parceiras, pois isso é signo de virilidade, é muito disseminada, enquanto se espera das mulheres uma atitude de modéstia na esfera sexual. Este tipo de comportamento é reforçado, por exemplo, a cada vez que ouvimos a frase: “prendam suas cabras que meu bode está solto”. Além disso, podemos interpretar esta diferença, encontrada nas respostas dos entrevistados, por uma lógica mnemônica. Para as moças ela opera no sentido da construção social do gênero feminino, em que o sexo está subordinado à afetividade (perspectiva relacional da sexualidade). Assim, as mulheres rememoram seus parceiros de forma seletiva, tendendo a reter aqueles com os quais tiveram vínculos mais significativos e a “esquecer”, ou não computar, os parceiros de menor importância afetiva. No caso dos homens a contabilidade é efetuada de maneira inversa, uma vez que a sexualidade masculina é modelada no sentido da disposição para a atividade sexual e valorização de um número elevado de parceiras, ambos atributos da masculinidade hegemônica.

Esperamos que estes dados ajudem a desfazer alguns mitos presentes em torno da sexualidade juvenil, como a associação entre as idéias de permissividade sexual e gravidez na adolescência. Estas concepções moralizantes e simplificadoras dificultam o entendimento da complexidade do fenômeno, que passa a um terreno discriminatório ou alimenta uma espécie de pânico social.

O CONTEXTO RELACIONAL E

SOCIAL DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

QUAIS CONDIÇÕES FAVORECEM QUE A GRAVIDEZ OCORRA DURANTE A ADOLESCÊNCIA? QUAL O CONTEXTO? GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA É SEMPRE INDESEJADA? IMPREVISTA? ACONTECE COM A MAIORIA DOS/AS JOVENS? EM TODOS OS GRUPOS SOCIAIS? QUANDO UMA ADOLESCENTE ENGRAVIDA, ABANDONA A ESCOLA? A ESCOLARIZAÇÃO ADIA A MATERNIDADE/PATERNIDADE?

Já vimos dados que comprovam que não é a maioria dos jovens que têm um episódio reprodutivo em suas biografias. Mostramos que, dentre os 4634 jovens entrevistados, 29,6% das mulheres e 21,4% dos homens declararam pelo menos uma gravidez na adolescência, sendo a maioria dos episódios reprodutivos em torno dos 18 e 19 anos (Aquino et al., 2003; 2006). Jovens com gravidez ou com filhos não constituem as trajetórias prevalentes. Entretanto, é importante examinar tais percursos, pois o debate contemporâneo em torno da “reprodução precoce” continua bastante acalorado.

Jovens com gravidez ou com filhos não constituem as trajetórias prevalentes.

Relembrando, considera-se gravidez na adolescência aquela antes dos vinte anos completos. Podem ocorrer entre casais de adolescentes, ou entre casais em que apenas um/a integrante do par é adolescente, aspectos que contribuem para forjar dinâmicas peculiares às distintas situações encontradas. Há a tendência de considerar este acontecimento como necessariamente negativo na vida dos/as jovens pais e mães. Até o final deste Módulo esperamos demonstrar que a história não é bem assim... Há uma heterogeneidade de significados, contextos e situações subjacentes à ocorrência de um episódio reprodutivo na juventude. Ele pode representar um encurtamento da transição para a vida adulta, aquisição do estatuto de adulto, negociação dos papéis geracionais no grupo familiar, realização de projeto pessoal de autonomização e individualização, autonomização do/a jovem em relação à família de origem, desvio de

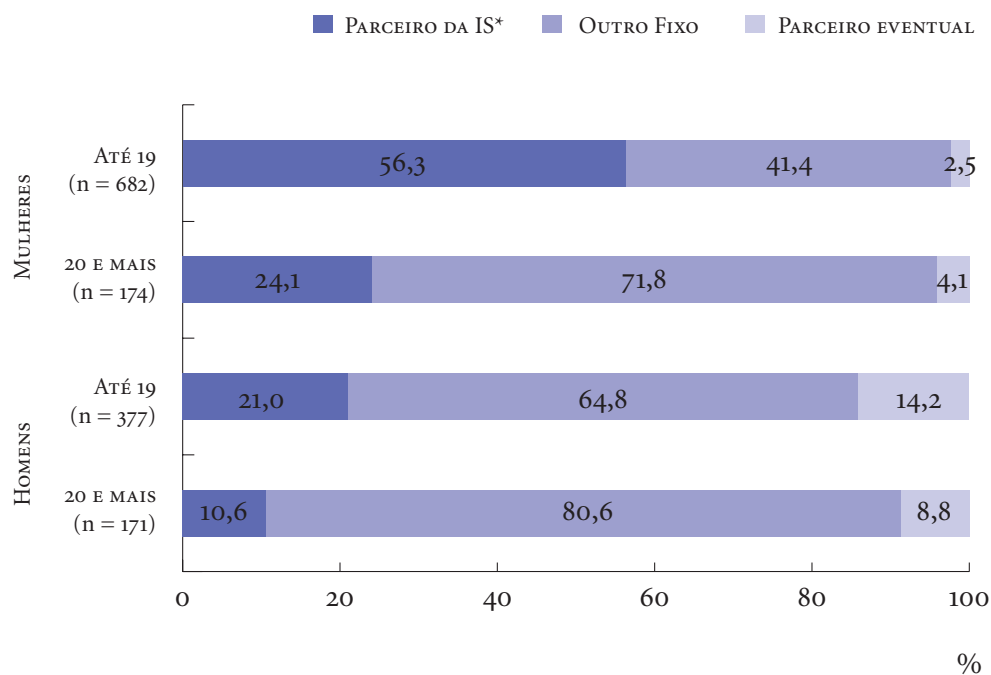
No momento da entrevista somente um terço seguia utilizando algum método, apesar de não quererem engravidar. Isso sugere um afrouxamento nas práticas contraceptivas com o estabelecimento de relações estáveis, (...) Há, também, mudanças no tipo de método, com aumento do uso da pílula e queda do preservativo masculino, o que indica não apenas o decréscimo da proteção para gravidez, como também das doenças sexualmente transmissíveis.

uma trajetória regular/linear, acidente de percurso no início da experimentação e aprendizado afetivo-sexual, constituição de novo núcleo conjugal, reprodução da história familiar etc. Assim, é impossível pensar apenas em uma causa para explicar a questão.

Em primeiro lugar, pode-se observar que há uma manutenção do padrão relacional apresentado na iniciação sexual, principalmente para as trajetórias das moças. Por exemplo, há repetição de certos elementos do início da vida sexual delas. As mulheres engravidam de parceiros mais velhos que elas (35% de 2 a 4 anos e 39% 5 anos e mais) e em relacionamento de namoro, seja com o primeiro parceiro sexual, ou outro considerado estável. Já os homens têm menos histórias de gravidez; suas parceiras têm a mesma idade e a gravidez também ocorre em relacionamentos considerados estáveis. Portanto, como abordamos no Módulo de gênero, há uma lógica em torno do masculino e do feminino que organiza o encontro de parceiros, imprimindo características hegemônicas na formação do par conjugal: a mulher tende a se relacionar com homens mais velhos, enquanto os rapazes o fazem com mulheres mais novas ou com a mesma idade. Por exemplo, ainda hoje há estranheza diante de casais em que a mulher tem idade superior à do homem. Este padrão também está presente no fenômeno da gravidez na adolescência, pois as adolescentes tenderam a experimentar a gravidez com homens mais velhos, em contraste com os rapazes entrevistados, cujas parceiras na primeira gravidez antes dos 20 anos eram da mesma idade ou mais novas.

Ainda que em menor quantidade, a proporção de gestações com parcerias eventuais é frequentemente alardeada e utilizada como exemplo de promiscuidade ou inconseqüência juvenil. Talvez este dado seja indevidamente confundido com o fato de que os/as jovens engravidam quando ainda moram com suas famílias de origem, o que se observou com 74,2% das mulheres e 86,6% dos homens, que engravidaram antes dos 20 anos. Isto significa que a maior parte das gestações se dá fora de uma união conjugal, o que não implica que esta situação se mantenha necessariamente ao longo das negociações entre parceiros e/ou com suas famílias de origem em torno da gestação. Conforme apontado pela literatura, nas últimas décadas tem havido um aumento da proporção de gravidez e de nascimentos na juventude, fora dos marcos de uma união conjugal estável. Esta “ilegitimidade” também contribui para transformar a gravidez na adolescência em um problema social.

| DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS/DAS JOVENS DE 18 A 24 ANOS COM PELO MENOS UMA GRAVIDEZ, SEGUNDO TIPO DE PARCERIA NO PRIMEIRO EPISÓDIO REPRODUTIVO E GRUPO ETÁRIO À ÉPOCA, POR SEXO



FONTE: Pesquisa GRAVAD, 2002.

POPULAÇÃO: Jovens de 18 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA)

NOTA: (*) Iniciação sexual.

A mudança no comportamento preventivo/contraceptivo desde o início da vida sexual ativa é um fato: apesar de 70% dos/as jovens entrevistados/as declararem usar algum tipo de proteção na primeira relação sexual, no momento da entrevista somente um terço seguia utilizando algum método, apesar de não quererem engravidar. Isso sugere um afrouxamento nas práticas contraceptivas com o estabelecimento de relações estáveis, como já descrito na literatura sobre o tema (BEMFAM/DHS, 1997; Almeida *et al.*, 2006; Cabral, 2003; Leal e Rieth, 1998). Há, também, mudanças no tipo de método, com aumento do uso da pílula e queda do preservativo masculino, o que indica não apenas o decréscimo da proteção para gravidez, como também das doenças sexualmente transmissíveis (Paiva, 1996). Já argumentamos acerca do aprendizado da sexualidade e, como não podia deixar de ser,

Você certamente já ouviu alguém dizer: “É muito mais fácil se prevenir” ou ainda “Tem muita informação, os métodos estão aí, só não se previne quem não quer”. Mas será que é tão simples assim? Será que a contraceção se resume a questões de informação e/ou prevenção? Os depoimentos de jovens estudantes do ensino médio do Rio de Janeiro dão pistas para complexificar esta questão: “A informação existe, mas às vezes você não consegue absorver toda a informação que vem até você”; “A informação tá na mídia mas não está na prática”; “Muitas vezes a menina tem medo da mãe descobrir que ela já transa e não carrega a camisinha ou não toma a pílula por isso”.

supomos haver uma aprendizagem das regras contraceptivas. Consideramos que ambos os processos contêm as marcas da lógica de gênero, que prescreve condutas “mais adequadas” a homens e mulheres. Assim, uma gravidez pode ocorrer nesse percurso, tendo em vista que a interiorização das lógicas de contracepção e seu subsequente controle estão em processo de assimilação. Contudo, relembramos a visão predominante na sociedade – de que a sexualidade deve se dar de forma espontânea – o que também traz constrangimentos para o modo como moças e rapazes se acercam da contracepção e sexualidade.

| PROPORÇÃO DE JOVENS DE 18 A 24 ANOS QUE ENGRAVIDARAM ANTES DOS 20 ANOS, SEGUNDO TIPO DE MÉTODO CONTRACEPTIVO UTILIZADO NA INICIAÇÃO SEXUAL E NA PRIMEIRA GRAVIDEZ, POR SEXO

MÉTODO ANTICONCEPCIONAL USADO	SEXO (%)	
	MULHERES	HOMENS
NA INICIAÇÃO SEXUAL		
NENHUM	47,7	45,6
PRESERVATIVO MASCULINO	40,5	45,5
PÍLULA	8,6	6,3
OUTROS	3,2	2,6
NA PRIMEIRA GRAVIDEZ		
NENHUM	68,6	63,7
PRESERVATIVO MASCULINO	12,2	19,1
PÍLULA	14,3	12,1
OUTROS	4,9	5

POPULAÇÃO: Jovens de 18 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA)
 FONTE: Pesquisa GRAVAD, 2002.

Sabe-se que a gravidez na adolescência não se distribui do mesmo modo entre diferentes grupos sociais; possui magnitude, contextos e significados distintos. De fato, ela está mais presente entre grupos mais pobres da população, mas também ocorre entre jovens com maior nível de escolarização e renda, ainda que em menor proporção. Veremos como os condicionamentos de gênero e classe social se manifestam nas diferenças encontradas na reprodução juvenil.

A pesquisa traz dados de gravidez segundo renda familiar *per capita*, grau de escolarização do/a jovem ou de sua mãe.¹ A ocorrência de gravidez antes dos vinte anos variou inversamente, tanto em relação à renda quanto à escolaridade, ou seja, quanto menor a renda ou a escola-

1. O nível de escolaridade da mãe tem sido usado nas pesquisas como uma variável proxy de classe social, que melhor situa os jovens em termos de seu meio social. Além de ser de simples utilização, ela costuma ser melhor declarada do que, por exemplo, a profissão ou escolaridade do pai, ou até a renda familiar.

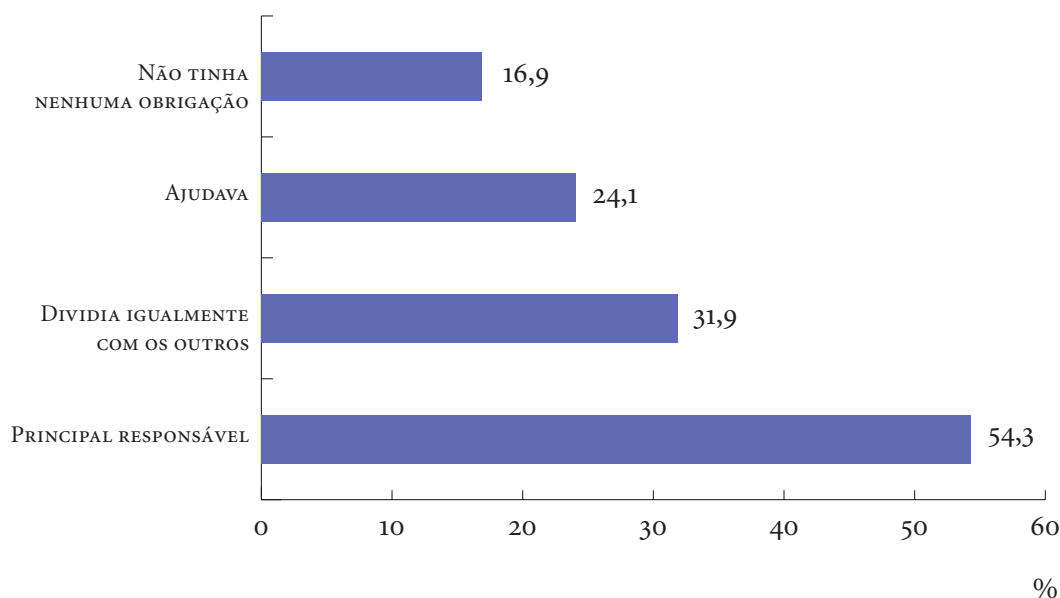
ridade, maior a proporção de gestações declaradas. Os contrastes são maiores nas declarações femininas em que, por exemplo, a proporção de gravidez entre aquelas com renda familiar mensal per capita muito baixa (53,8%) é quase seis vezes mais do que o valor observado entre as que possuíam renda alta (9,7%). Entretanto, ao compararmos jovens de mesma origem social, destaca-se o fato de que os/as que permanecem estudando ou alcançam escolaridade maior que a de suas mães declaram proporção menor de gravidez. Aliás, o percentual encontrado se aproxima do observado entre moças mais ricas e escolarizadas. Assim, as interpretações deterministas quanto à classe social que, muitas vezes, afirmam que a maternidade/paternidade é o único destino ou alternativa para os jovens mais pobres, precisam ser relativizadas. Voltamos à importância da escola neste processo. Veja professor/a, como um projeto de escolarização individual e a consecutiva manutenção do/a jovem na escola, são capazes de ampliar os horizontes pessoais e profissionais, favorecendo que o momento de início das carreiras reprodutivas seja repensado e posicionado.

Ao compararmos jovens de mesma origem social, destaca-se o fato de que os/as que permanecem estudando ou alcançam escolaridade maior que a de suas mães declaram proporção menor de gravidez.

Outro aspecto presente nos debates acerca da gravidez na adolescência diz respeito à sua distribuição desigual segundo grupos étnicos-raciais. Há diferenças somente quando considera-se o conjunto de moças entrevistadas: a gravidez antes dos 20 anos é mais relatada pelas mulheres que se declararam pretas (35,5%) ou pardas (34,8%) em contraposição às brancas (23,4%) – não foram encontradas diferenças significantes segundo as cidades estudadas. Vale mencionar que elas são também as que têm menor renda e escolaridade. Já entre os homens são bastante distintos os percentuais de declaração de gravidez na adolescência entre pretos (36,8%), relativamente aos brancos (15,8%) e pardos (16,4%).

É importante reconhecer que a socialização primária dos jovens contém elementos preciosos para a compreensão de suas trajetórias reprodutivas. Acrescente-se que os atributos de gênero desempenham importante papel nesta questão. Podemos citar a distribuição das tarefas domésticas, freqüentemente muito desigual para meninos e meninas. Outros estudos já mostraram os tipos de atividades que tradicionalmente cada um desempenha no âmbito doméstico: eles lavam carro, limpam quintal, jogam lixo fora; elas cozinham, arrumam a casa, cuidam de irmãos/ãs menores. As diferenças em termos de tempo livre para brincar e os tipos de atividades lúdicas, acabam, muitas vezes, por reforçar os papéis de gênero (Heilborn, 1997; Madeira, 1997). A pesquisa perguntou aos jovens acerca de seu grau de envolvimento nas tarefas domésticas, quando tinham entre 15 e 18 anos: as moças que se declararam como “principais responsáveis pelas tarefas domésticas” engravidaram quase quatro vezes mais do que aquelas que disseram que “não tinham nenhuma obrigação”.

| MOÇAS COM GRAVIDEZ ANTES DOS 20 ANOS E GRAU DE PARTICIPAÇÃO EM TAREFAS DOMÉSTICAS
(ENTRE 15 E 18 ANOS)



FORTE: Pesquisa GRAVAD, 2002.
POPULAÇÃO: Jovens de 18 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA)

Este resultado demonstra que a socialização familiar e de gênero é significativa para o desenlace das trajetórias biográficas. O intenso envolvimento com o trabalho doméstico configura a modelação de uma visão de mundo, em que ser mãe/dona-de-casa é central para a identidade feminina. Neste ponto, uma dupla determinação de classe social e de gênero se faz presente, tendo em vista que as declarações variam segundo o meio social: as moças cujas mães têm menores níveis de escolaridade declaram mais ter significativas atribuições no âmbito doméstico. É evidente que não defendemos a idéia de determinação ou de causalidade, mas indicamos que este é mais um importante elemento, presente nos contextos de vida de jovens que engravidam. Em um dos estudos derivados da pesquisa Gravad (COSTA, 2002, p. 47), realizado com moças que foram mães antes dos 15 anos, é marcante o fato de que as moças, desde pequenas, já desempenhavam papéis alocados a mulheres adultas, muito antes de serem, de fato, mães: “Desde pequenininha, eu tava com cinco anos, minha irmã devia estar com quatro, três, eu já tomava conta dela, pra minha mãe trabalhar [...] eu não tive infância, como eu falo também, eu não tenho adolescência, né? [...] muitas vezes eu tive que parar de estudar pra tomar conta dos menino, lavar, passar, cozinhar, arrumar [...]” (Depoimento de uma moça de 16 anos, com filho, responsável pelo cuidado de crianças desde os sete anos de idade).

E A ESCOLA? QUAL A IMPORTÂNCIA DA ESCOLARIZAÇÃO NESTE PROCESSO?

A escola é o lugar por excelência do aprendizado do convívio social, e o/a professor/a é uma referência na vida das crianças, adolescentes e jovens. Sabemos do carinho que sentimos na relação com os/as alunos/as no dia-a-dia e a importância que os/as professores/as têm na formação pessoal, apesar das adversidades enfrentadas no processo de educação em nosso país. A passagem pela escola é uma etapa primordial em nosso desenvolvimento, em todos os aspectos da vida.

É inegável a importância da escola, na disseminação de informações científicas sobre sexualidade e reprodução. Entretanto, também são notórias as dificuldades dos/as professores/as para lidar com esses temas, que incluem emoções e outras subjetividades. Além da necessidade de acesso a informação adequada que qualifique sua intervenção, muitos/as professores/as temem abordar os temas relativos à sexualidade por considerá-los de foro íntimo, por desconhecimento, por temor da reação dos familiares dos/as alunos/as, por timidez ou vergonha etc. Com tantos receios, deixam de assumir plenamente sua parcela de responsabilidade como educadores/as.

Vimos que a escola é um lugar de encontro de amigos/as e de possíveis parceiros/as sexuais. A escola é citada como uma das principais fontes de informação pelos/as jovens sobre gravidez, relação sexual e prevenção de DST/Aids, mas, sobretudo deste último tema. Verificamos que jovens com menor escolaridade declaram pelo menos um episódio de gravidez, em maior proporção. O que educadores/as podem fazer a partir destes dados? Como utilizar estas informações em suas propostas pedagógicas?

A trajetória escolar dos jovens no Brasil, na maioria das vezes, apresenta dificuldades, muitas das quais antecedem a gravidez. A pesquisa Gravada registrou grande proporção de defasagem entre idade e série, além de interrupções dos estudos (Almeida, 2008). A proporção de trajetórias irregulares (ou seja, com defasagem idade-série, repetências ou interrupção) é muito alta, próxima a 70% entre as mulheres e 76% entre os homens. Os dados são mais desfavoráveis para os jovens moradores de Salvador, comparativamente aos do Rio de Janeiro ou Porto Alegre. Almeida (2008) constata que jovens de ambos os sexos, com menor renda mensal familiar, negros/as e cujas mães possuem baixa escolaridade são os que possuem em menor proporção trajetórias regulares de estudo (ou seja, linear, sem interrupções). No que concerne às moças, aquelas com maior responsabilidade doméstica entre os 15 e 18 anos também são as que apresentam maior irregularidade em seu percurso escolar. Do mesmo modo, moças e rapazes com trajetória irregular, iniciaram mais cedo a vida sexual, com menor uso de contracepção/proteção na primeira vez.

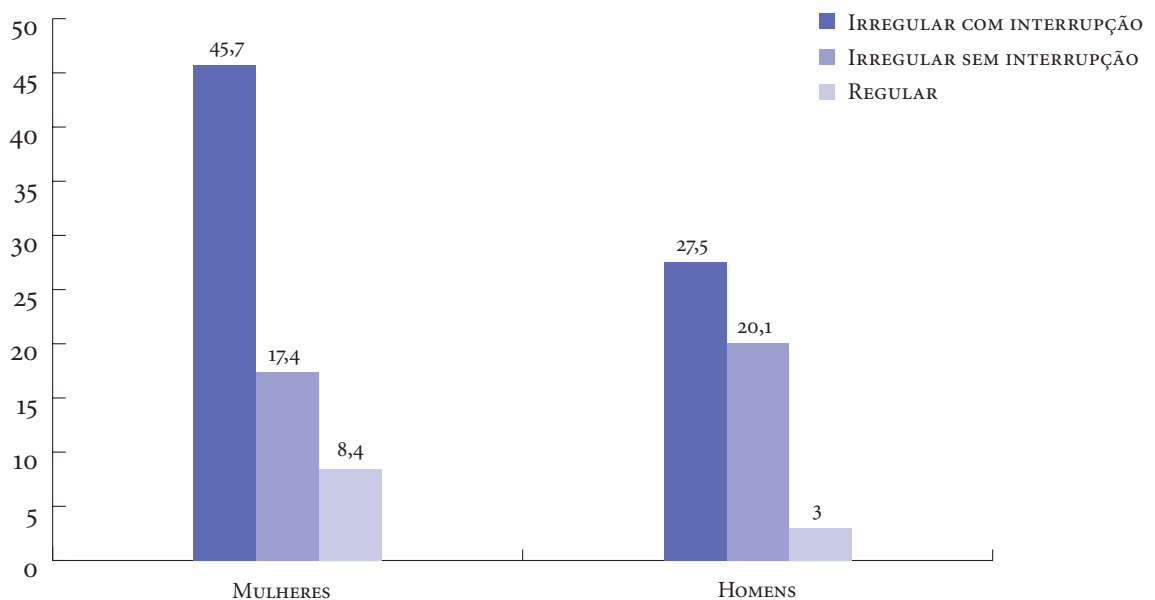
Estes dados compõem uma parte do contexto em que a gravidez se dá: jovens com escolaridade irregular apresentam em maior proporção (comparativamente àqueles com percurso

A escola é citada como uma das principais fontes de informação pelos/as jovens sobre gravidez, relação sexual e prevenção de DST/Aids.

(...) a pesquisa mostrou que o episódio reprodutivo ocorre, muitas vezes, depois que os/as jovens já tinham abandonado completamente os estudos, sobretudo entre os homens.

regular) pelo menos um episódio reprodutivo na adolescência. Assim, o argumento, bastante comum, de que a gravidez é um evento negativo na vida dos jovens porque os tira da escola, precisa ser visto com cautela, na medida em que pode ser apenas mais um elemento, em uma trajetória com tantos obstáculos. Mais ainda, a pesquisa mostrou que o episódio reprodutivo ocorre, muitas vezes, depois que os/as jovens já tinham abandonado completamente os estudos, sobretudo entre os homens.

| PROPORÇÃO DE JOVENS QUE DECLARARAM PELO MENOS UMA GRAVIDEZ ANTES DOS 20 ANOS, SEGUNDO TIPO DE TRAJETÓRIA ESCOLAR, POR SEXO²



FONTE: Pesquisa GRAVAD, 2002.
POPULAÇÃO: Jovens de 18 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA)

Face a um fenômeno de múltiplas dimensões, no que concerne ao processo de transição juvenil, um dos grandes desafios é conseguir manter o/a jovem na escola e favorecer a construção de um projeto de vida que englobe outras possibilidades, além da reprodução. A pesquisa revelou que jovens com melhor percurso escolar estão mais expostos às informações sobre gravidez e contracepção, começam a namorar e iniciam a vida sexual mais tarde, referem mais uso de métodos contraceptivos na iniciação sexual. Ainda que uma gravidez não prevista também possa acontecer com estes/as jovens, ela se apresenta em menor proporção, e o nascimento de um filho não é seu principal desfecho, o que pode indicar uma sobreposição do projeto escolar ao reprodutivo.

2. Estudo completo em Almeida, 2008.

Em outras palavras, a gravidez na adolescência é um evento que acontece no Brasil, tanto com jovens em situações desfavorecidas como com aqueles de classes médias e altas, apesar destes casos serem menos freqüentes. No caso dos/as jovens pobres, muitas vezes a maternidade e a paternidade tornam-se alternativas para obter reconhecimento social. Alguns jovens têm tão poucas oportunidades que, ao se tornarem pais e mães – apesar das adversidades – se sentem valorizados socialmente, aspiram ter a própria família, sentem-se “adultos”, donos de suas vidas, a despeito da tenra idade.

ABORTO: UM DOS POSSÍVEIS DESDOBRAMENTOS

DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

APESAR DE SER UMA PRÁTICA ILEGAL, O ABORTO É UMA REALIDADE ENTRE OS JOVENS. DIANTE DE UMA GRAVIDEZ NÃO PREVISTA, ALGUNS COGITAM, OUTROS TENTAM E OUTROS CONSEGUEM FAZER UM ABORTO. HÁ DIFERENÇAS DE GÊNERO NA TOMADA DE DECISÃO APÓS A CONFIRMAÇÃO DE UMA GRAVIDEZ? MOÇAS E RAPAZES TÊM MOTIVAÇÕES SEMELHANTES? O PERTENCIMENTO A UMA OU OUTRA CLASSE ECONÔMICA INTERFERE NA DECISÃO? DE QUE FORMA?

Toda gravidez que não foi prevista pelo casal impõe a tomada de decisão, por parte dos/as jovens e/ou de suas famílias, na direção de ter o/a filho/a ou de optarem pelo aborto, embora se trate de uma prática ilegal no Brasil. A opção pelo abortamento tende a ser levada menos em consideração devido aos entraves de uma ação ilícita, repleta de constrangimentos e riscos, assim como pela resistência à sua realização, por vezes ancorada em pressupostos religiosos.

A situação de ilegalidade do aborto, apesar de dificultar sua realização, não chega a impedi-lo, muito pelo contrário. São numerosos os casos de jovens que o fazem com êxito, amparadas pelo acesso a clínicas privadas de excelente qualidade, além das que o fazem ou tentam fazê-lo, em situações extremamente arriscadas (...)

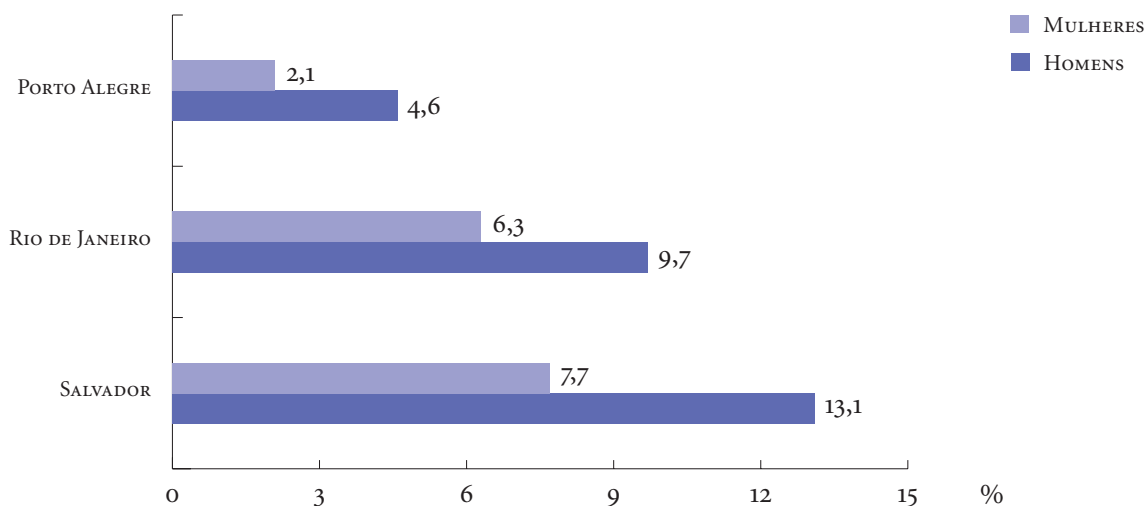
A situação de ilegalidade do aborto, apesar de dificultar sua realização, não chega a impedi-lo, muito pelo contrário. São numerosos os casos de jovens que o fazem com êxito, amparadas pelo acesso a clínicas privadas de excelente qualidade, além das que o fazem ou tentam fazê-lo, em situações extremamente arriscadas: usando receitas caseiras (chás, duchas etc.), injeções diversas aplicadas em farmácias, medicamentos contrabandeados sem eficácia e vários outros métodos precários que colocam sua vida em risco, acarretando grande sofrimento físico e moral. A tentativa ou a realização do aborto em situações inadequadas representa um sério risco à saúde das mulheres. Por isso, os movimentos sociais que apóiam a descriminalização do aborto no Brasil aspiram garantir, para todas as mulheres que decidam interromper a gravidez, condições seguras para sua realização, independentemente de seu poder aquisitivo.

No Brasil, o aborto só é permitido em duas situações: quando a gravidez é resultante de estupro ou quando põe em risco a vida da mãe. Existem projetos de lei que também propõem a legalização do aborto em casos de anencefalia e de fetos mal-formados (propostas ainda não sancionadas). Há um movimento social e político que luta a favor da legalização da interrupção da gravidez, sobretudo diante do quadro das péssimas condições em que o aborto clandestino é realizado no Brasil.

Como o aborto é clandestino, seus números não são registrados oficialmente, o que torna difícil saber quantas mulheres e jovens recorrem a este recurso e em que condições o fazem. Algumas pesquisas estimam casos de adolescentes que recorrem a abortamentos em condições precárias e insalubres, que causam danos físicos e até a morte.

Apesar da situação de ilegalidade, a pesquisa Gravad estima que 6,2% das moças e 10,0% dos rapazes envolvidos em pelo menos um episódio de gravidez antes dos 20 anos, optaram pelo aborto (Menezes et al. 2006; Menezes, 2006). O gráfico a seguir mostra o percentual de declaração sobre interrupção voluntária da gravidez para moças e rapazes nas cidades pesquisadas. Os resultados revelam percentuais de 7,7%, 6,3% e 2,1% de declarações de aborto, entre moças com episódio de gravidez antes dos 20 anos completos nas cidades de Salvador, Rio de Janeiro e Porto Alegre, respectivamente. Entre os homens, tais valores correspondem a 13,1%, 9,7% e 4,6%. Não é difícil imaginar que as proporções de aborto sejam superiores à apresentada. O fato é que em função da ilegalidade e da reprovação social e moral por parte da sociedade, temos uma subdeclaração de abortos provocados.

| PERCENTUAL DE JOVENS DE 20 A 24 ANOS COM RELATO DE ABORTO PROVOCADO ANTES DOS 20 ANOS, SEGUNDO CIDADE E SEXO



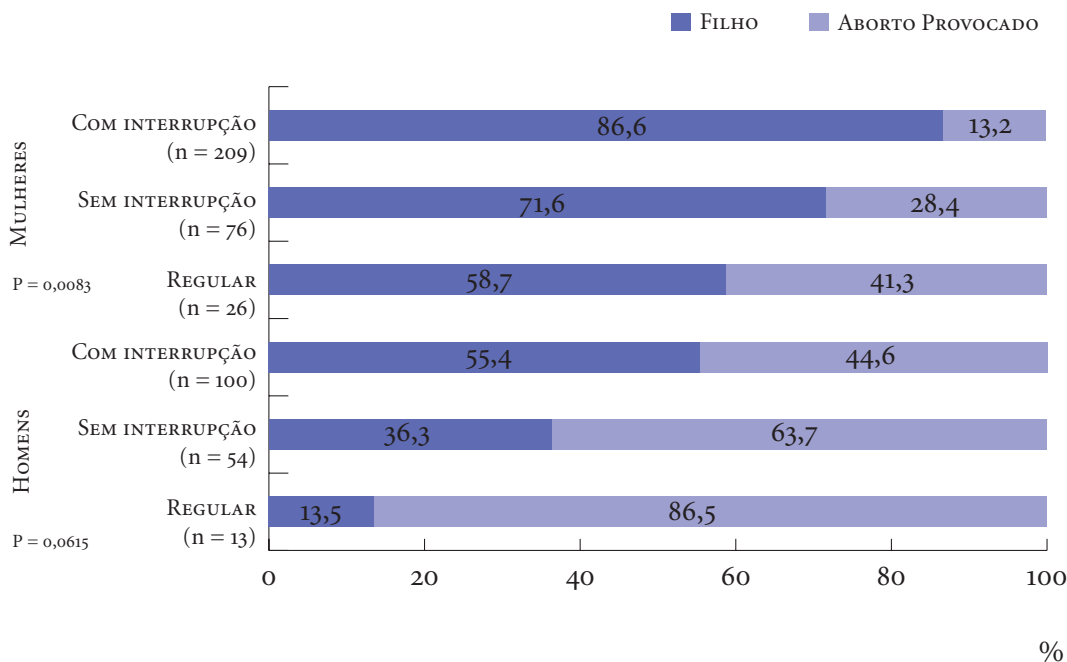
FONTE: Pesquisa GRAVAD, 2002.
POPULAÇÃO: Jovens de 18 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA)

Porto Alegre figura como a localidade onde as moças recorrem menos ao aborto. Já mostramos anteriormente que, apesar de se iniciarem sexualmente mais cedo, elas começam suas carreiras reprodutivas mais tarde e adotam maior proteção contraceptiva. Em Salvador a situação é oposta e o número de declarações é maior; o Rio de Janeiro aparece em posição intermediária.

A pesquisa mostrou que o aborto tende a ser mais freqüente entre jovens com renda familiar mensal per capita acima de um salário mínimo (180,00 reais, o que à época da pesquisa representavam 78 dólares); nível médio ou superior de escolaridade ou em mobilidade escolar ascendente¹; que se iniciaram sexualmente com um parceiro “eventual”; engravidaram de forma imprevista; no contexto de uma relação não estável ou em crise (Menezes et al., 2006).

Cabe também enfatizar a maior declaração de aborto na juventude, entre moças e rapazes com desempenho escolar regular, sem repetências ou interrupções ao longo da carreira escolar (Almeida, 2008).

| TRAJETÓRIA ESCOLAR (COM INTERRUPTÃO; COM REPETÊNCIA, MAS SEM INTERRUPTÃO; REGULAR) E RESULTADO DA 1ª GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA, POR SEXO²



POPULAÇÃO: Jovens de 18 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA)
 FONTE: Pesquisa GRAVAD, 2002.

1. Mobilidade social ascendente: maior escolarização dos jovens, comparativamente ao nível escolar atingido por suas mães.
 2. Estudo completo em Almeida, 2008.

Pesquisadores/as, profissionais de saúde, militantes e parlamentares evidenciam que a situação ilegal do aborto e a questão moral que o envolve, efetivamente, não têm impedido sua realização. De forma oposta, aumentam as chances de que ele aconteça sem assistência médica adequada, pondo em risco a saúde das jovens, já fragilizadas por uma gravidez imprevista. As decisões quanto a fazer ou não um aborto passam por avaliações pessoais, pelas condições financeiras dos/as jovens ou de suas famílias, pelo acesso a informações sobre esta questão, pelo apoio familiar, por convicções religiosas, entre outros aspectos que condicionam o percurso dos/as jovens, desde a notícia da gravidez até seu desfecho.

Além disso, na sociedade brasileira, há que se considerar que a maternidade ainda é um componente muito valorizado na constituição da feminilidade, o que é expresso pelo ideal de ter o/a primeiro/a filho/a bastante jovem, em comparação a países desenvolvidos. Da mesma forma, ter um filho também desempenha importante papel para a identidade masculina, principalmente para jovens de determinados grupos sociais, nos quais a paternidade pode significar ser “adulto” e viril (Cabral, 2002).

MATERNIDADE E

PATERNIDADE NA JUVENTUDE

MATERNIDADE: UM DESTINO INEVITÁVEL PARA AS JOVENS MAIS POBRES? REALIZAÇÃO PESSOAL OU INCONSEQÜÊNCIA? QUAL A RELAÇÃO ENTRE REPRODUÇÃO NA JUVENTUDE E POSIÇÃO SOCIAL?

Na ausência de outros projetos de vida, rapazes e moças, ao se tornarem pais e mães em determinadas condições sociais, conquistam um grau de autonomia conferido pelo estatuto social de “adultos”, por estarem “casados”, “unidos” ou somente como “pais” e mães”, redefinindo suas relações com as famílias de origem.

Ter um filho traz desdobramentos para o processo de construção de si. Mudanças ocorrem para moças e rapazes, mas há diferenças, segundo o gênero e a classe social. No que tange aos rapazes das camadas populares, a assunção da paternidade é reivindicada como prova de amadurecimento e de responsabilidade, passando a se constituir como um emblema social; nas camadas sociais mais privilegiadas isso não acontece pois a condição de pai não configura um diferencial simbólico das identidades masculinas. Nas trajetórias dos jovens pobres há uma obrigação moral que impele o homem a assumir e a desempenhar a função de provedor, apesar de sua pouca idade (Cabral, 2002). Nesse segmento, a parentalidade representa o acirramento, ou até a consolidação do processo de passagem à vida adulta. O discurso das moças dessa mesma classe social é similar às representações masculinas: deixam de ser filhas e alcançam a posição de “mulheres”, “mães”. No caso masculino, a constituição de domicílio, união e trabalho, configuram-se como os alicerces da emancipação frente à família de origem, ainda que esta possa manter algum tipo de ajuda.

Nos segmentos médios, segundo uma comparação etnográfica realizada (Heilborn *et al.*, 2002; Brandão; Heilborn, 2006), não ocorre deslocamento da posição do jovem no interior da família. A fala juvenil acentua o “crescimento pessoal”, em detrimento da mudança de estatuto. Certamente, o discurso psicologizado presente nesses segmentos torna mais subjetiva a experiência da parentalidade, em comparação com as formas de expressão

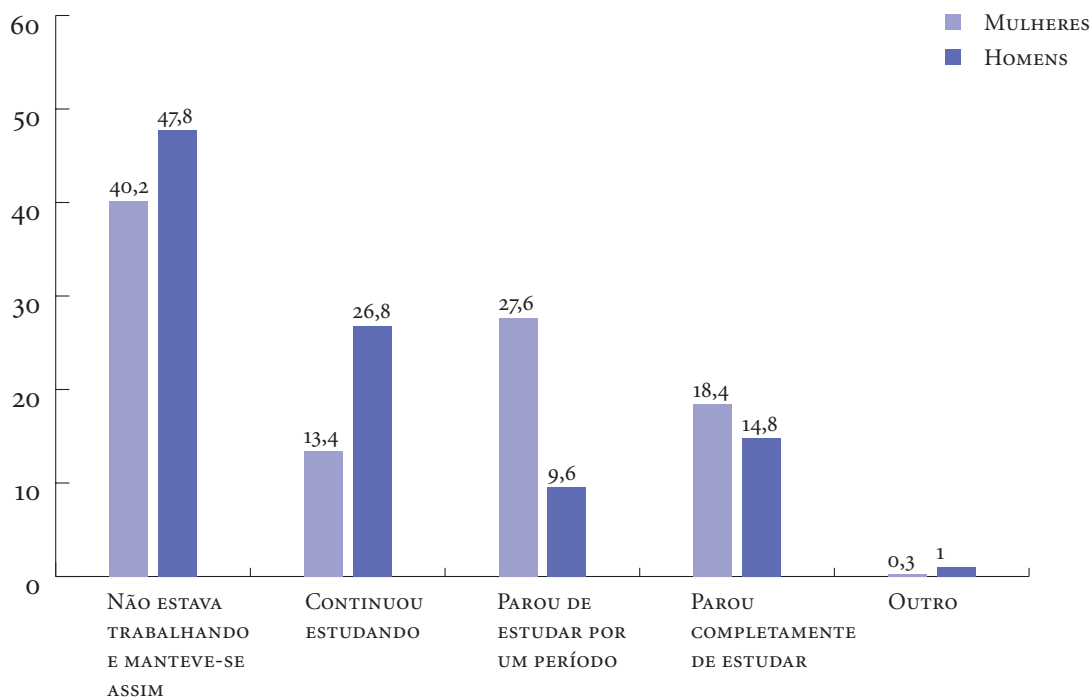
dos jovens de camadas populares, que afirmam a aquisição de uma nova posição social, associada à condição de adulto.

Assim, em muitos casos, a maternidade e a paternidade juvenis funcionam como meio de obter prestígio social. Na ausência de outros projetos de vida, rapazes e moças, ao se tornarem pais e mães em determinadas condições sociais, conquistam um grau de autonomia conferido pelo estatuto social de “adultos”, por estarem “casados”, “unidos” ou somente como “pais” e “mães”, redefinindo suas relações com as famílias de origem. Os valores sociais ligados à concepção das idades não são os mesmos; em uma mesma sociedade há ideais de família, visão de mundo e modos de construção de si bastante distintos.

Contudo, o que muda com a chegada de uma criança? Já descrevemos o perfil dos/as jovens que vivenciam pelo menos um episódio reprodutivo; afirmamos, também, que a maioria dos casos de gravidez resulta no nascimento de um/a filho/a e que este percentual é ainda maior nas trajetórias das moças. Indagamos-nos, então: como se organiza a vida do/da jovem depois da maternidade/paternidade? Existe lugar para os estudos?

De acordo com dados da pesquisa Gravada, quase metade dos casos de gravidez antes dos 20 anos levadas a termo ocorreram quando os jovens já estavam fora da escola (Aquino et al., 2003; 2006). Esta proporção corresponde a 40,2% para as moças e 47,8% para os rapazes (observe o gráfico a seguir). Com isto, embora não se possa negar que uma das causas da evasão escolar também seja a gravidez, este não é o único fator, nem o principal a tirar o/a jovem da escola; muitas vezes ele/a já tinha saído em função de diversas contingências, como a necessidade de trabalhar, repetência, desinteresse pelos estudos, mudança de moradia etc.

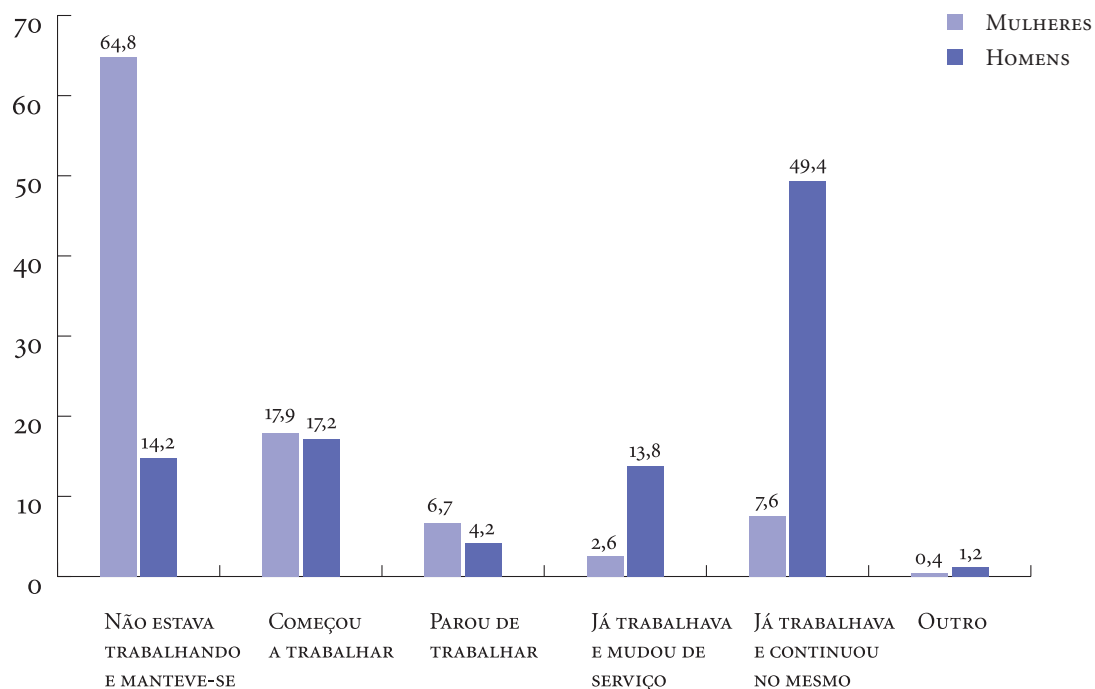
| PROPORÇÃO DE JOVENS QUE TIVERAM O/A PRIMEIRO/A FILHO/A ATÉ OS 19 ANOS,
SEGUNDO REPERCUSSÕES SOBRE ESTUDO ATÉ UM ANO APÓS O NASCIMENTO DA CRIANÇA E SEXO



POPULAÇÃO: Jovens de 18 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA)
 FONTE: Pesquisa GRAVAD, 2002.

Além disso, com o nascimento do/a filho/a, observe como as distribuições de tarefas, de acordo com as expectativas de gênero, se apresentam na vida dos/as jovens: ao que tudo indica, as moças ficam em casa, se dedicando aos cuidados da criança, enquanto, para os rapazes, há um reforço do papel de provedor e poucos são os que permanecem fora do mundo do trabalho (apenas 14,2%). Confira os dados no gráfico.

| PROPORÇÃO DE JOVENS QUE TIVERAM O/A PRIMEIRO/A FILHO/A ATÉ OS 19 ANOS,
SEGUNDO REPERCUSSÕES SOBRE TRABALHO ATÉ UM ANO APÓS O NASCIMENTO DA CRIANÇA E SEXO



FONTE: Pesquisa GRAVAD, 2002.
POPULAÇÃO: Jovens de 18 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA)

A maternidade e a paternidade adolescentes derivam de um quadro complexo de determinantes sociais e biográficos. Nos grupos sociais mais desfavorecidos, além do sentido positivo atribuído ao projeto de constituir família (família como valor), tornar-se mãe ou pai funciona como estratégia de reconhecimento social e de passagem para a vida adulta. Em comparação com a meta de formar uma família, outros valores passam a ter menor importância, como o investimento na carreira escolar. O depoimento de um jovem de 19 anos, morador do Rio de Janeiro, de camada popular e com dois filhos, é ilustrativo (Cabral, 2002): “Aí, pra mim, o homem ele tem que ter filho sim, senão ele não é um homem. Pra mim, eu tenho um filho e posso ter mais filhos, mostrar, pra provar pras outras pessoas que eu posso ter um filho. Um homem tem que ter um filho, senão ele não apresenta assim o que ele é definitivamente: “Eu sou um homem, eu sou um homem, vou provar pra todo mundo que eu sou homem”. Aí, é ter um filho e ser feliz.”

A maternidade vivida por moças de camadas populares parece acirrar a “internalidade” feminina em relação à casa, pois são constantes entre as mães populares as queixas de “solidão” e “isolamento”.

E as famílias? Qual a participação delas neste processo?

A situação da parentalidade juvenil só pode ser entendida a partir do envolvimento de outros personagens, especialmente as famílias. A notícia da gravidez, que geralmente é dada às futuras avós, dá origem a uma série de negociações, que envolvem os familiares dos protagonistas. Elas tendem a reagir positivamente à novidade. A medida tão freqüente, tempos atrás, de expulsar a filha de casa com a descoberta da gravidez passou a ser insignificante. Esta mudança denota uma importante alteração na moralidade sexual e, por conseguinte, nas relações intergeracionais e familiares. As famílias representam uma rede de suporte muito importante para os/as jovens, seja fomentando a união, seja acolhendo o novo casal em suas residências, seja suprimindo algumas despesas ou cuidados com a criança. Nas camadas populares, o apoio das famílias pode ser justificado em função dos constrangimentos sociais; entre os/as jovens de camadas médias, o suporte dos familiares é decorrente do ideal de preservação dos projetos educacionais (Brandão, 2003).

Há, ainda, outro elemento que diferencia as trajetórias de moças e rapazes: os constrangimentos em termos de sociabilidade. Há redução do convívio social com os amigos, para jovens de ambos os sexos, principalmente entre elas (73% vs. 40%). A maternidade vivida por moças de camadas populares parece acirrar a “internalidade” feminina em relação à casa, pois são constantes entre as mães populares as queixas de “solidão” e “isolamento”. Este dado pode ser demonstrado pelo material qualitativo da pesquisa: em comparação com os homens de camadas médias, as moças ficam mais presas em casa, com maiores restrições para sair, em razão do filho. Por outro lado, se comparadas com as garotas de camadas populares, elas saem mais, têm mais apoio para manterem certa vida social, que diminui, mas não configura uma reclusão tão radical quanto as populares, que passam a ter marido, filho/a, casa, obrigações domésticas etc. (Heilborn et al., 2002).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa mostrou que os/as jovens que permanecem na escola e têm trajetória regular apresentam menos chance de engravidar.

Esperamos, ao final deste Módulo, ter conseguido sensibilizá-lo/a para o fato de que a gravidez na adolescência é um fenômeno bastante complexo, que demanda políticas intersetoriais e mudanças sociais e culturais mais amplas. Por um lado, sabemos que estas questões certamente ultrapassam seus limites e potencialidades de ação enquanto professor/a, por outro reconhecemos a necessidade de ativa participação da escola e de seus profissionais para que os/as jovens exerçam o direito à sexualidade sem riscos.

No que diz respeito à escola, acreditamos que é extremamente importante estimular os/as jovens a permanecerem estudando, perseguindo seus objetivos, dentro de um projeto educativo

e profissional. A escola deve ser aliada dos/as jovens, engajando-os/as na construção de seu futuro profissional e pessoal. É preciso e possível pensar coletivamente como a escola pode aumentar as chances dos/as jovens exercerem a sexualidade de forma segura. Com a situação de instabilidade em muitas famílias, com péssimas condições de trabalho e espaços de convivência exíguos e violentos, a escola se torna um ambiente mais seguro para oferecer proteção aos/às jovens, no sentido de acolhê-los/as em suas dúvidas, dificuldades e necessidades. Neste cenário, educadores e educadoras se tornam agentes fundamentais, com potencial de estabelecer diálogo com os/as jovens sobre seu cotidiano, seus medos, sonhos e suas possibilidades a partir do universo escolar e de suas várias áreas do conhecimento.

A pesquisa mostrou que os/as jovens que permanecem na escola e têm trajetória regular apresentam menos chance de engravidar. O fenômeno não é igualmente presente em todos os estratos sociais e se concentra entre jovens de menor nível de escolaridade, provenientes de famílias com baixa escolarização e renda. Apesar de uma parte de moças e rapazes que têm filhos na adolescência, principalmente elas, interromperem os estudos temporária ou definitivamente, outra parcela significativa já estava fora do universo escolar. Para muitos a maternidade e a paternidade realizam o projeto possível de gratificação e reconhecimento social.

Contrariando a expectativa do senso comum de que a gravidez na adolescência é decorrente da pobreza, ela também ocorre em segmentos sociais superiores, que têm acesso à informação, a métodos contraceptivos, mas também com acesso ao aborto seguro – ainda que clandestino – e a outras perspectivas que conferem à maternidade o estatuto de uma experiência a ser vivida em momento mais tardio.

Assim, este Módulo sobre gravidez na adolescência faz parte de um esforço de incentivar e oferecer subsídios para professores/as abordarem mais abertamente as questões em torno da educação sexual. Esperamos que, além de informações técnico-científicas, a educação sexual inclua aspectos relacionais de gênero e a dimensão afetiva da sexualidade, temas que também estão presentes no universo escolar. Acreditamos que a educação sexual nas escolas deve ser pautada por critérios etários e não pelo nível de escolaridade, tendo em vista a magnitude da repetência e da evasão, sobretudo na adolescência. Ressaltamos a necessidade de assegurar condições para evitar a evasão das jovens que engravidam durante o percurso escolar, bem como definir estratégias para reinserção daquelas que abandonaram a escola em decorrência da maternidade. Mais que tudo, a abordagem deste texto evidencia que políticas centradas apenas na responsabilidade individual têm menor probabilidade de sucesso do que aquelas que envolvem o entendimento de fatores institucionais e macro-sociais na modelação da sexualidade e da reprodução.

Por fim, reiteramos a escola como espaço legítimo para discutir temas como gênero, sexuali-

dade, gravidez, orientação sexual e outros correlatos por seu potencial de disseminar e construir saberes, por abrigar continuidades, por sua intencionalidade, por favorecer a ampliação de perspectivas e abertura para as transformações sociais e culturais.

Não é demais, por fim, observar que é necessário garantir a laicidade do ensino para tratar destes assuntos acima das convicções religiosas de professores/as, alunos/as, seus pais e mães. Vivemos em um Estado laico, o que significa dizer que o Estado não pode defender uma só doutrina; ele precisa ser neutro, imparcial e autônomo frente a qualquer doutrina religiosa ou filosófica. Todas as pessoas têm o direito de ter (e de não ter) crenças, sem com isto impor o seu modo de conceber o mundo aos/às demais. O Estado é laico, e os funcionários públicos devem servir a todos/as, e não a uma maioria ou uma minoria. Este é um preceito para que o Estado garanta a igualdade de direitos e condições, face às diferenças sociais, políticas, econômicas, raciais, de gênero, geracionais, religiosas, sexuais entre outras. Que tal conversar sobre isto?

BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, H.W. “Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil”. **Revista Brasileira de Educação**, número especial: Juventude e Contemporaneidade. São Paulo, ANPED/PUC-SP, mai/jun/jul/ago 1997, n.5 e set/out/nov/dez 1997, n.6, pp.25-36. 1997.

ALMEIDA, M.C.C. **Gravidez na Adolescência e Escolaridade: um estudo em três capitais brasileiras**. (Tese de Doutorado em Saúde Coletiva). Salvador, Instituto de Saúde Coletiva/Universidade Federal da Bahia. 2008.

ALMEIDA, M.C.C.; AQUINO, E.M.L.; BARROS, A.P. “Trajetória Escolar e Gravidez na Adolescência entre Jovens de Três Capitais Brasileiras”. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol.22 (Supl.7), pp.1397-1409. 2006.

AQUINO, E. M. L.; ALMEIDA, M.C.; ARAÚJO, M.J.; MENEZES, G. Gravidez na adolescência: a heterogeneidade revelada. In: HEILBORN, M. L.; AQUINO, E.M.L.; BOZON, M.; KNAUTH, D.R. (Orgs.). **O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Garamond/Editora Fiocruz. 2006.

AQUINO, E.M.L.; HEILBORN, M.L.; KNAUTH, D.R.; BOZON, M.; ALMEIDA, M.C.C.; ARAUJO, M.J.; MENEZES, G.M.S. “Adolescência e reprodução no Brasil: a heterogeneidade dos perfis sociais”. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol.19 (Supl.2), pp.377-88. 2003.

BEMFAM (Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil) / DHS (Demography and Health Survey). **Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde: 1996**. Rio de Janeiro, BEMFAM/DHS. 1997.

BOZON, M.; HEILBORN, M. L. Iniciação à sexualidade: modos de socialização, interações de gênero e trajetórias individuais. In: HEILBORN, M. L.; AQUINO, E.M.L.; BOZON, M.; KNAUTH, D.R. (Orgs.). **O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Garamond/Editora Fiocruz. 2006.

BRANDÃO, E.R.; HEILBORN, M.L. “Sexualidade e gravidez na adolescência entre jovens de camadas médias do Rio de Janeiro”. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol.22 (Supl.7), pp.1421-30. 2006.

BRANDÃO, E.R. **Individualização e Vínculo Familiar em Camadas Médias: Um Olhar Através da Gravidez na Adolescência**. (Tese de Doutorado em Saúde Coletiva). Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social/Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2003.

CABRAL, C.S. “Contracepção e gravidez na adolescência na perspectiva de jovens pais de uma comunidade favelada do Rio de Janeiro”. **Cadernos de Saúde Pública**, vol.19 (supl.2), pp.283-92. 2003.

CABRAL, C.S. **Vicissitudes da gravidez na adolescência entre jovens das camadas populares do Rio de Janeiro**. (Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva). Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social / Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2002.

COSTA, T.J.N.M. “A maternidade em menores de 15 anos em Juiz de Fora (MG): uma abordagem socioantropológica”. **Praia Vermelha. Estudos de Política e Teoria Social**, n.7, segundo semestre. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/Universidade Federal do Rio de Janeiro, pp.154-83. 2002.

HEILBORN, M. L. O traçado da vida: gênero e idade em populares do Rio de Janeiro. In: MADEIRA, F. R. (Org.). **Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 1997.

HEILBORN, M.L.; SALEM, T.; KNAUTH, D.R.; AQUINO, E.M.L.; BOZON, M.; ROHDEN, F.; VICTORA, C.; MCCALLUM, C.; BRANDÃO, E.R. “Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência”. **Horizontes Antropológicos**, ano 8, n.17, jun. Porto Alegre, pp.13-45. 2002.

HEILBORN, Maria Luiza; AQUINO, Estela M.L.; BOZON, Michel; KNAUTH, Daniela Riva. **O Aprendizado da sexualidade. Reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Garamond e Fiocruz. 2006.

LEAL, O.F.; RIETH, F. “Ficar, namorar: desvendando práticas e representações adolescentes sobre sexualidade”. In: BÉRIA, J. (org.). **Ficar, transar... a sexualidade do adolescente em tempos de Aids**. Porto Alegre, Tomo Editorial, pp.27-36. 1998.

LUKER, K. **Dubious Conceptions: The Politics of Teenage Pregnancy**. Cambridge, MA, Harvard University Press. 1996.

MADEIRA, F.R. “A trajetória das meninas dos setores populares: escola, trabalho ou... reclusão”. In: MADEIRA, F.R. (org.). **Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes no Brasil**. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos. 1997.

MENEZES, G.; AQUINO, E.M.L.; SILVA, D.O. “Aborto provocado na juventude: desigualdades sociais no desfecho da primeira gravidez”. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol.22 (Supl.7), pp.1431-46. 2006.

MENEZES, G.M.S. **Aborto e Juventude: um estudo em três capitais brasileiras**. (Tese de Doutorado em Saúde Coletiva). Salvador, Instituto de Saúde Coletiva/Universidade Federal da Bahia. 2006.

PAIVA, V. “Sexualidades adolescentes: escolaridade, gênero e o sujeito sexual”. In: PARKER, R., BARBOSA, O. (org.). **Sexualidades Brasileiras**. Rio de Janeiro, ABIA / IMS – UERJ, Relume Dumará, pp.213-34. 1996.

UMA DEFINIÇÃO DE JUVENTUDE

QUAIS CATEGORIAS VOCÊ COLOCARIA NUM QUADRO COMPARATIVO ENTRE SUA JUVENTUDE E A JUVENTUDE ATUAL? SE A JUVENTUDE NÃO É UM BLOCO HOMOGÊNEO, QUAIS SERIAM, PORÉM, AS MARCAS GERACIONAIS COMUNS À JUVENTUDE NA ATUALIDADE?

“A definição do que venha a ser juventude em determinado momento histórico pelo intermédio do recorte etário é, talvez, a maneira mais simples de tentar circunscrever sujeitos cujas experiências se caracterizam por serem diversas e desiguais. Ainda que para fins de pesquisa, legislação e definição de políticas públicas seja possível estabelecer como sendo jovens aqueles/as que se encontram em torno de determinado corte de idade, deve se ter em conta a inadequação conceitual de se articular um só campo de representações que seja unificador dos sentidos do que venha a ser a “juventude”. Sem dúvida, “juventude é apenas uma palavra” (Bourdieu, 1983), o fundamental é que se busque compreendê-la como categoria em permanente construção social e histórica, incorporando a complexidade da vida – em suas dimensões biológicas, sociais, psíquicas, culturais, políticas, econômicas etc. – que organizam as múltiplas maneiras de viver a condição juvenil.” (ANDRADE, CARRANO e LÂNES, 2006)

Os/as jovens correspondem à terça parte da população da América Latina; 58 milhões deles/as são pobres e 20,9 milhões extremamente pobres. No Brasil a número de jovens vem diminuindo desde a década de 1980; a população entre 15 e 24 anos é de cerca de 34 milhões; embora nasçam mais homens que mulheres, nesta faixa etária estão divididos em partes iguais, em razão da maior mortalidade de rapazes por causas violentas (homicídios e acidentes de trânsito); 81% vivem em áreas urbanas (27,8 milhões) e apenas 19% na zona rural (IBGE, Censo, 2000). Até os 29 anos, esse número aumenta para

(..) para pensarmos em juventude é essencial considerar as transformações sociais e culturais vividas por essas gerações (...)

49 milhões, estando 8 milhões na zona rural, segundo a PNAD de 2004.

Esses/as jovens estão divididos em classe sociais que mantêm entre si relações de poder e de subordinação. Percebem e ocupam o espaço da cidade, de modos múltiplos. Divergem em opiniões políticas e culturais. Estudam e trabalham, estudam e não trabalham ou simplesmente trabalham. Há uma pequena parcela que não estuda e não trabalha. Contribuem ou não com seus ganhos para o sustento do núcleo familiar a que pertencem. Para uns/umas o trabalho é possibilidade de experimentar a condição juvenil em esferas de sociabilidade: lazer, cultura, consumo, autonomia, independência e prazer. Por vezes, não pertencem a qualquer núcleo familiar, mas a outros tipos de instituições. Moram em casa ou na rua, ou experimentam as duas situações. Uns/umas encurtam sua permanência

no tempo de formação escolar em função das necessidades econômicas que os/as empurra para o mercado de trabalho prematuramente. Muitos/as, em razão de sua cor/raça, tem mais dificuldade em conseguir um trabalho qualificado e, em tempos de crise, são os/as primeiros/as a serem dispensados/as. A maioria dos/as que trabalham, devido à baixa qualificação, se submete a condições precárias. Grande número de adolescentes e jovens negras trabalha como empregada doméstica, sem registro ou salário, em troca de pequenos benefícios. Outros/as retardam a entrada no mundo adulto prorrogando o tempo de formação escolar, por terem condições socioeconômicas um pouco mais favoráveis.

Como vimos repetindo nestes textos, para pensarmos em juventude é essencial considerar as transformações sociais e culturais vividas por essas gerações; é primordial reconhecer que roteiros e comportamentos são aprendidos e considerados aceitáveis ou não para cada grupo social. Portanto, aprende-se, também, a ser jovem, por meio de um processo de socialização especialmente influenciado pelos meios de comunicação e pela indústria cultural. Entre uma década e outra e numa mesma década, nos surpreendemos com as mudanças na juventude, seja no modo de vestir, na forma de comunicação, nos interesses e reivindicações etc., provando fascínio e preocupação, admiração e medo, colocando este segmento social em evidência.

Nos últimos 10 anos, vêm sendo criados Observatórios da Juventude e produzidas diversas pesquisas com abordagem quantitativa e qualitativa, ampliando o conhecimento sobre este segmento populacional. Entre elas podemos citar: “Retratos da Juventude Brasileira. Análises de uma pesquisa nacional”, “Juventudes: outros olhares sobre a diversidade”, “Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas”, “A voz dos Adolescentes”, “Juventude, Raça e Vulnerabilidades. Além das pesquisas, outros trabalhos têm contribuído para a compreensão da juventude brasileira e latino-americana na atualidade. Se quiser aprofundar esse estudo consulte especialmente Abramo (1997 e 2005), León (2005) e Sposito (2003).

MARCAS GERACIONAIS COMUNS

À JUVENTUDE BRASILEIRA NA ATUALIDADE

A JUVENTUDE ATUAL TEM ALGUMAS MARCAS EM COMUM QUE PERMITEM IDENTIFICÁ-LA, PORÉM, AO MESMO TEMPO É TÃO DIVERSIFICADA EM SUAS CARACTERÍSTICAS QUE TALVEZ SEJA MAIS CORRETO FALAR EM JUVENTUDES BRASILEIRAS. QUAIS SERIAM AS MARCAS GERACIONAIS COMUNS DOS/AS JOVENS E ADOLESCENTES DE HOJE EM DIA? VOCÊ AS RECONHECE NAS JUVENTUDES MISTURADAS EM SUA SALA DE AULA?

Logo no início deste módulo deixamos uma questão no ar: que processos socioculturais afetam de modo especial a juventude e são responsáveis pela visibilidade crescente que esse segmento da população adquire? Segundo as autoras Regina Novaes e Christina Vital (2005a), atualmente:

“Os jovens de diferentes classes sociais partilham o “medo de sobrar”. Este medo, um efeito colateral da reestruturação produtiva mundial, chega também aos jovens de classe média, ainda que atinja, sobretudo, os mais pobres. É um sentimento que resulta em graus crescentes de vulnerabilidade de acordo com vários tipos de discriminações e preconceitos de cor, raça, etnia, gênero, região de origem ou local de moradia” (p. 4).

O “medo de morrer” prematuramente é outra marca geracional comum à juventude contemporânea. Continuamente, os/as jovens são apontados/as como agentes de violência. No entanto, são mais vítimas que protagonistas e a rua é o lugar de maior perigo. Na contramão das tendências de decréscimo da taxa de mortalidade da população brasileira, a mortalidade entre os/as jovens cresceu na faixa de 15 a 24 anos de 128 para 133 por 100 mil, no período de 1980 a 2000. Em 2001, morreram no Brasil 45 mil jovens, sendo 79,8% homens e 20,2% mulheres. Dos 45 mil jovens mortos, 58% daqueles do sexo masculino e maioria negra perderam a vida por homicídio e 19,2% em razão de aciden-

Os jovens de diferentes classes sociais partilham o “medo de sobrar”. Este medo, um efeito colateral da reestruturação produtiva mundial, chega também aos jovens de classe média, ainda que atinja, sobretudo, os mais pobres.

tes de veículos. Segundo dados da UNESCO (WASELFISZ, 2002)¹, a taxa de mortalidade por homicídios de jovens entre 15 e 24 anos no Brasil era a terceira do mundo, ficando atrás apenas da Colômbia e de Porto Rico. Os homicídios, em especial, relacionados às disputas por territórios referentes ao narcotráfico e aos conflitos com as forças policiais, incidem diretamente sobre a população jovem dos setores mais marginalizados social e economicamente da sociedade brasileira. É preciso lembrar, ainda, do contingente de adolescentes em privação de liberdade – medida sócio-educativa prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Em 2001 existiam mais de 10 mil nessa condição, sendo que 90% deles eram do sexo masculino, 76% se encontravam na faixa etária de 16 a 18 anos, 60% eram negros e 51% não freqüentavam a escola ou trabalho no momento em que cometeram o ato infracional (IPEA, 2003). Da mesma forma, o perfil da população carcerária, majoritariamente jovem, do sexo masculino e de baixa escolarização; de um total de 301 mil presos, 65% têm entre 18 e 30 anos, 95% são homens e 70% não completaram o ensino fundamental (Ministério da Justiça - www.mj.gov.br). Mas a relação com a violência é uma marca transversal ao imaginário de toda essa geração (Novaes e Vital, 2005b:112-113), atingindo de forma diferenciada jovens de diferentes locais de moradia, classes sociais, sexo e cor de pele.

Uma terceira marca geracional é a convivência com as transformações tecnológicas que revolucionam as comunicações, a transmissão de símbolos e informações através da internet e da televisão. O “medo de sentir-se desconectado em um mundo conectado” traduz o paradoxo do mundo em que vivem os/as jovens de hoje: “nunca houve tanta integração globalizada e ao mesmo tempo nunca foram tão profundos os sentimentos de desconexão e agudos os processos de exclusão” (Novaes e Vital, 2005b:113).

Apesar de a convivência com o desemprego, com a violência e com as novas tecnologias de informação e comunicação serem marcas geracionais comuns à juventude brasileira de hoje, este segmento social é muito diversificado internamente. Certamente você, educador/a, observa que há situações diferenciadas entre os/as jovens, em termos econômicos, de local de moradia, de nível de escolaridade, de gênero, de raça e etnia, de religião, de gostos, de estilos. Assim sendo, o mais acertado seria falar em muitas e diversas juventudes.

Para compreender este universo, é importante, ainda, analisar as diversas culturas juvenis que existem em nosso meio, e que se constituem em contextos sociais específicos.

1. Foram publicados quatro “Mapa da Violência”, pela UNESCO (1998, 2000, 2002 e 2004. Todos disponíveis no endereço <http://www.brasilia.unesco.org/publicacoes/livros/mapaiv>

JUVENTUDE, TENSÕES E EXPECTATIVAS

A JUVENTUDE BRASILEIRA NÃO DEVE SER VISTA APENAS A PARTIR DE SEUS PROBLEMAS. OS/AS JOVENS SÃO UM SEGMENTO SOCIAL ATUANTE E DE GRANDE IMPORTÂNCIA QUE TRAZ DIFERENTES DEMANDAS. O QUE PODEMOS FAZER PARA ASSEGURAR QUE OS/AS JOVENS PERMANEÇAM NA ESCOLA, APRIMORANDO SUA QUALIFICAÇÃO PARA O MERCADO DE TRABALHO E EDUCAÇÃO PARA A VIDA?

Segundo o relatório da CEPAL/OIJ Juventud e inclusión social en iberoamérica, da Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Organización Iberoamericana de Juventud (2004)¹, o segmento populacional que sofre com maior intensidade a crise de expectativas é a juventude:

“Pela dissociação entre escolaridade e emprego, entre alto consumo de imagens e baixo consumo material, entre alta manipulação da informação e baixa oferta de oportunidades a juventude pode fazer rupturas abruptas em termos de convivência social e democrática.”²

A pesquisa Retratos da Juventude Brasileira (2005) revelou que diante da afirmação de que “o futuro traz mais dúvidas que certezas”, 53% concordam totalmente e 26% parcialmente. Destaca-se o medo principalmente da morte e do futuro (...)

Os efeitos desses processos de exclusão para a maioria dos/as jovens brasileiros, particularmente no âmbito escolar e profissional, acentuam-se por se encontrarem num momento do ciclo de vida de intensa organização pessoal e social. A socialização dos/as jovens ocorre nesse quadro de escassez de alternativas para a satisfação de necessidades e desejos pessoais e coletivos, em ambientes saturados de signos mediados pela sociedade de consumo. A pesquisa Retratos da Juventude Brasileira (2005) revelou que diante da afirmação de que

1. Juventude e inclusão social na Ibero - América, da Comissão Económica para a América Latina e o Caribe – Organização Iberoamericana de Juventud (2004).

2. *“pela dissociação entre escolaridade e emprego, entre alto consumo de imagens e baixo consumo material, entre alto manejo de informação e baixa oferta de oportunidades, - a juventude pode se tornar explosiva em termos de convivência social e democrática (tradução livre).”*

“o futuro traz mais dúvidas que certezas”, 53% concordam totalmente e 26% parcialmente. Destaca-se o medo principalmente da morte e do futuro, localizado na vida e em tempo real.

O quadro demográfico e os indicadores sociais que acompanham a situação da juventude no Brasil neste início de século são bastante complexos e, em grande medida, dramáticos, mas permitem entender a dinâmica política e social em que esse segmento populacional está inserido. Os/as jovens pobres são os que sofrem mais diretamente os efeitos da oferta desigual do ensino, do desemprego, da mortalidade precoce e também de limitadas possibilidades de acesso às artes, ao lazer e aos bens e serviços.

A despeito desse panorama pleno de obstáculos, definir e compreender os/as jovens brasileiros/as somente com base nas suas dificuldades seria um equívoco e absolutamente injusto. A juventude também é um sujeito social importante, e não apenas um objeto de reflexão e ação dos/as adultos/as. Ela diz o que pensa e sente, se manifesta de diferentes maneiras, participa da vida social, forma grupos societários, constrói identidades, marcando significativas diferenças com relação às outras gerações por meio do comportamento, da linguagem, dos gostos e hábitos de consumo. Por tudo isso, é preciso rejeitar concepções preconceituosas. Uma das melhores maneiras de fazê-lo é produzir canais de escuta dos/das jovens e afinar a percepção para entender o que eles/elas dizem e estabelecer diálogos, que produzam aprendizados intergeracionais.

A juventude é o ciclo etário das oportunidades e escolhas, é momento decisivo para reverter a exclusão social. É nesse período que se aprofundam as distinções entre acesso e permanência a uma educação de qualidade, é momento de profissionalização, de acesso a trabalho digno, de inserção na sociedade da informação, de autonomia econômica, de possibilidade de constituição de novos núcleos familiares etc. Portanto, atuar com os/as jovens, ouvindo, reconhecendo e partilhando as suas opiniões, demandas, necessidades e desejos é a chave para se projetar sociedades mais inclusivas, como também para dar sustentabilidade a mudanças culturais, sociais e políticas, incluindo aí o enraizamento dos processos democráticos em países como o nosso.

Os/As JOVENS COMO SUJEITOS DE DIREITOS

ESTA UNIDADE TEM COMO TEMA AOS DIREITOS SOCIAIS DOS/DAS JOVENS. QUAIS SÃO ESTES DIREITOS? O QUE OS/AS JOVENS TÊM FEITO PARA ASSEGURÁ-LOS? QUAIS AS POLÍTICAS VOLTADAS PARA A JUVENTUDE? O/A JOVEM GOSTA DE PARTICIPAR? O QUE TEM SIDO FEITO, NO BRASIL, PARA QUE OS/AS JOVENS SEJAM RESPEITADOS?

No quadro global de desigualdades sociais existentes no Brasil, os/as jovens se apresentam, hoje, como uma população especialmente demandante de políticas públicas que possam garantir a eles direitos sociais, que, historicamente, de forma sistemática, lhes vêm sendo negados.

Não há dúvida sobre o fato de que, para ampliar as condições de incorporação dos/das jovens à vida social e política do país, é essencial criar e consolidar redes de proteção social e de condições sociais e políticas de fortalecimento da organização juvenil em bases democráticas, potencializando todos os instrumentos e ações que possam contribuir com a perspectiva de participação desses/as jovens.

Parte expressiva da população, os/as jovens são, em termos políticos e sociais, sujeitos de direitos coletivos. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990), em seu Artigo 3º:

“A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei,

Segundo o relatório “Juventud e inclusión social en Iberoamérica” (CEPAL/OIJ, 2003), é necessário deixar evidente que a participação é avaliada de forma positiva pelos/as jovens, mas com a percepção de que, hoje, ela se apóia em outros canais e motivações, distintos dos que dispunham as gerações anteriores. Afirma ainda o relatório que, desde a perspectiva da gestão pública, o importante é imprimir às políticas juvenis um firme viés pró-participação dos/as beneficiários/as, ao mesmo tempo em que se busque a mobilização de jovens em políticas públicas voltadas ao apoio a outros grupos.

assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.”

Na medida em que se aplica às pessoas de até 18 anos de idade – e, em caráter excepcional, às que tiverem até 21, estes direitos estão garantidos aos jovens.

Como abrir caminho para o reconhecimento das diversas juventudes? Como superar idéias pré-concebidas, percepções estereotipadas e idealizações dos/as jovens feitas a partir de uma “visão adulta” da sociedade?

A autonomia desses cidadãos e cidadãs deve ser respeitada, assim como suas identidades, formas de agir, viver e se expressar devem ser valorizadas. Entretanto, a própria dificuldade de se superar as imprecisões resultantes das contraditórias representações sociais sobre a condição juvenil constitui um enorme desafio ao reconhecimento dos direitos dos/das jovens, dentre vários outros que se colocam.

Apesar do parâmetro etário convencionalmente adotado como referência para a elaboração de políticas públicas, é fundamental que se proceda ao reconhecimento da existência de diversas juventudes, produzindo e vivendo uma imensa e plural quantidade de experiências cuja valorização é condição necessária à promoção dos direitos dos/as jovens.

Como abrir caminho para o reconhecimento das diversas juventudes? Como superar idéias pré-concebidas, percepções estereotipadas e idealizações dos/as jovens feitas a partir de uma “visão adulta” da sociedade? Essas são demandas urgentes e de complexa concretização e delas depende o reconhecimento e a viabilização do conjunto de direitos relativos aos/às jovens e ao exercício pleno de sua condição de cidadãos e cidadãs.

ÓRGÃOS E PROGRAMAS DE GOVERNO FORAM CRIADOS PARA RECONHECER AS DIFERENTES JUVENTUDES BRASILEIRAS, OUVI-LAS, RESPEITAR SEUS DIREITOS E ATENDER SUAS DEMANDAS. OS/AS PRÓPRIOS/AS JOVENS TÊM BUSCADO SE ORGANIZAR EM CONGRESSOS PELO PAÍS. HÁ MOVIMENTOS DESSE TIPO NA SUA LOCALIDADE? HÁ UMA ASSOCIAÇÃO DE ALUNOS/AS ATUANTE NA SUA ESCOLA? O QUE VOCÊ, SEUS/AS ALUNOS/AS E A DIREÇÃO PODEM FAZER PARA APROVEITAR OS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS E INCREMENTAR ESSE DIÁLOGO E TROCA ENTRE AS GERAÇÕES?

“Na cultura política moderna, a noção de “direito” foi a criação social que personificou e sintetizou a promoção da igualdade. Na querela entre dominadores e dominados, em seus diferentes momentos e contextos históricos, o direito emergiu - especialmente a partir da Revolução Francesa - como a expressão de um contrapoder político simbólico e prático. Todo ser humano reconhecido como cidadão ou cidadã passou a ser um portador de direitos. Isso serviu para garantir formalmente a igualdade de condição social, levando a uma diminuição gradativa na distância entre a elite e as classes populares, por meio da promoção de oportunidades iguais de acesso às experiências, conhecimentos e patrimônios econômicos produzidos e acumulados pelas sociedades.

É devido à ação discursiva e concreta do “direito”, como ferramenta pública, que as lutas por sua consagração, efetivação e ampliação podem ser entendidas como a expressão - por excelência - da cultura política dos nossos tempos. A partir de uma geração de direitos outra é criada, em um jogo dinâmico em que a consolidação de uma abre espaço para a emergência da outra. A primeira geração foi a que consagrou os direitos civis e políticos, depois veio a segunda, marcando a emergência dos direitos sociais e, por último, como produto da ação de diversos movimentos sociais nas últimas décadas do sé-

culo XX, é reconhecida há certo tempo – inclusive em nossa Constituição Federal - a terceira geração direitos, caracterizada pela consagração dos direitos difusos. Ao contrário das duas outras gerações, seus titulares são grupos sociais como negros, mulheres, homossexuais, crianças, adolescentes, jovens e idosos, e não mais indivíduos. A função desses direitos é a de garantir condições para que esses grupos sociais possam existir e se desenvolver integralmente, sem serem subjugados ou discriminados.”(NOVAES; CARA; MOREIRA, 2006)

O reconhecimento da necessidade de estabelecer caminhos legais para que se garanta a efetivação dos direitos sociais dos/as jovens no Brasil, recentemente, ganhou impulso considerável, com o lançamento, em 2005, da Política Nacional de Juventude, que compreendeu, além da criação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), o desenvolvimento do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – ProJovem.

Vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) foi criada por Medida Provisória, em fevereiro de 2005, e transformada na Lei 11.129 de 30 de junho de 2005. É responsável por articular os programas e projetos, em âmbito federal, destinados aos/às jovens na faixa etária entre 15 e 29 anos; fomentar a elaboração de políticas públicas para o segmento juvenil municipal, estadual e federal; interagir com os poderes Judiciário e Legislativo, na construção de políticas amplas; e promover espaços para que a juventude participe da construção dessas políticas.

Por sua vez, a Política Nacional de Juventude, cujo marco foi a criação da SNJ, responde à urgência de se compreender este segmento social como específico e o/a jovem, como sujeito portador de direitos, pressupondo o reconhecimento de que a juventude não é única, mas sim heterogênea, com características distintas, que variam de acordo com aspectos sociais, culturais, econômicos e territoriais. Assim, tem sua ação norteadas por duas noções fundamentais: oportunidades e direitos.

Já o Conselho Nacional de Juventude tem as atribuições de formular e propor diretrizes da ação governamental voltada à promoção de políticas públicas para a juventude, fomentar estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil e fazer o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais.

No rastro das trilhas abertas no campo oficial, alguns passos importantes vêm se delineando, dando fôlego à luta pelos direitos dos/as jovens no país. No ano de 2008, foi realizada a Conferência Nacional de Juventude, reunindo mais de 2.000 jovens em Brasília, para organizar uma resolução contendo mais de 80 demandas e definindo 22 prioridades para a composição de uma “política nacional de juventude”.

O processo incluiu a realização de várias conferências preparatórias nos níveis locais e regionais, assim como conferências livres por setores, segmentos, organizações, instituições. Também, nesse período, foram registrados acontecimentos relativos à conformação de novos coletivos juvenis de âmbito nacional, como o Fórum das Juventudes Negras, resultado da realização do primeiro Encontro Nacional de Juventude Negras (ENJUNE), em 2007, e a estruturação mais orgânica e institucional de coletivos já existentes.

Assim, é preciso ressaltar que muitos atores e militantes juvenis estão mergulhados, hoje, no exercício de desenhar e debater suas demandas e, ao mesmo tempo, tomando conhecimento das de outros segmentos.

Entretanto, em que pese a ação política formal e a atuação crescente de grupos e organizações da sociedade para mudar o quadro em que se situam o atendimento e a garantia aos direitos dos/as jovens brasileiros, uma transformação substancial depende, em grande parte, de uma mudança na forma de a sociedade como um todo perceber-se a si mesma, ressignificando as formas de convivência e respeito às diferentes expressões de existência humana.

Muito tem que ser feito, cotidianamente, em todos os espaços, no sentido de se valorizar o diálogo entre as gerações, a importância do coletivo e a riqueza da diversidade. O respeito às juventudes e aos seus direitos, certamente, passa por esse caminho.

Assim, é preciso ressaltar que muitos atores e militantes juvenis estão mergulhados, hoje, no exercício de desenhar e debater suas demandas e, ao mesmo tempo, tomando conhecimento das de outros segmentos.

BIBLIOGRAFIA E WEBLIOGRAFIA

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: Angelina Peralva e Marília Sposito (orgs). **Juventude e contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação, n.5/6, mai/dez. 1997, p.25-36. Reeditado como Juventude e Contemporaneidade. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007 (Coleção Educação para Todos - 16). Disponível em: <http://www.uff.br/obsjovem/mambo/index.php?option=com_content&task=view&id=402&Itemid=8>. Acesso em 18 jan. 2009.

_____. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, Maria Virgínia de (org.). **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo, Ação Educativa, 2005, pp. 19-39. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/portal/index.php?option=com_booklibrary&task=view&catid=29&id=113&Itemid=124>. Acesso em 18 jan. 2009.

_____. Que é ser jovem no Brasil hoje? Ou a construção militante da juventude. In: Anna Luiza Sales Souto et alii. **Ser joven en Sudamérica**. Diálogos para La construcción de la democracia regional. Valparaíso – Chile: Ibase Pólis, CIDPA, IDRC, 2008.

_____. e BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira. Análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo / Instituto da Cidadania, 2005.

ABRAMOVAY, Miriam, ANDRADE, Eliane Ribeiro, ESTEVES, Luiz Carlos Gil (Orgs.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; UNESCO, 2007. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154580por.pdf>>. Acesso em 18 jan. 2009.

ANDRADE, Eliane Ribeiro, CARRANO, Paulo, e LÂNES, Patrícia (2006). **Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas**. Relatório Final da pesquisa. Rio de Janeiro: IBASE, janeiro de 2006. Disponível em: <<http://www.ibase.br/modules.php?name=Conteudo&pid=1073>> Acesso em 18 de jan. 2009.

BRASIL. **Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. **Juventude**. Disponível em <http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sec_geral/Juventude/>. Acesso em 24 jan. 2009.

BRENNER, Ana Karina; CARRANO, Paulo César R.; LÂNES, Patrícia. A arena das políticas públicas de juventude no Brasil - Processos sociais e propostas políticas. **JOVENES - Revista de Estudos sobre Juventud**, v. 22, p. 202-219, 2005.

BOURDIEU, Pierre. A “juventude” é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 112-121.

CEPAL/OIJ (Comisión para América Latina y el Caribe/Organización Iberoamericana de Juventud). **Juventud e Inclusión Social en Iberoamérica**, (LC/R.2108), Santiago de Chile: 2003. Disponível em: <<http://www.ministeriodosalud.go.cr/derechos%20humanos/jovenes/jovinclusosocial.pdf>>. Acesso em 19 jan. 2009.

NOVAES, Regina, CARA, Daniel Tojeira, SILVA, Danilo Moreira da, PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs.). **Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas**. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude; Fundação Friedrich Ebert, 2006. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sec_geral/arquivos/conjuve/>. Acesso em 18 jan. 2009.

_____. e VITAL, Christina. **A juventude de hoje: (re)invenções da participação social. Resumo executivo**. Seminário: Associando-se à juventude para construir o futuro. Conferência do 75º Aniversário Fundação W. K. Kellogg. São Paulo, 30/maio a 01/junho 2005a, 4 páginas. Disponível em: <http://www.uff.br/obsjovem/mambo/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=20&Itemid=32>. Acesso em 18 jan. 2009.

_____. A juventude de hoje: (re)invenções da participação social. In: Andrés Thompson (Org.). **Associando-se à juventude para construir o futuro**. São Paulo: Peirópolis, 2005b, pp. 106-147. Disponível em: <<http://www.wkkf.org/default.aspx?tabid=100&CID=145&CatID=145&NID=211&LanguageID=2&grdListpi=3>>. Acesso em 18 jan. 2009.

ONU. **Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Direitos Humanos**. Viena, 1993.

SPOSITO, Marília Pontes. **Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas**. São Paulo: Ação Educativa, 2003. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/portal/index.php?option=com_booklibrary&task=view&catid=29&id=110&Itemid=124>. Acesso em 18 jan. 2009.

UNICEF, **A voz dos adolescentes**, 2002. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10282.htm. Acesso em 05 março 2009.

VAITSMAN, J. Desigualdades sociais e duas formas de particularismo na sociedade brasileira. **Cadernos de Saúde Pú-**

blica. Rio de Janeiro, v. 18, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311-X2002000700005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 jan. 2009.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência III: os jovens do Brasil**. Juventude, Violência e Cidadania. Brasília: Unesco, 2002.

FILMOGRAFIA

AMIGO É PRA ESSAS COISAS (Pierre Jolivet, 2005, França)

AMOR, SUBLIME AMOR (Jerome Robbins e Robert Wise, 1961, EUA)

BICHO DE SETE CABEÇAS (Lais Bodanzky, 2000, Brasil)

BILLY ELLIOT (Stephen Daldry, 2000, Inglaterra)

DIÁRIO DE UM ADOLESCENTE (Scott Kalvert, 1995, EUA)

ENTRE OS MUROS DA ESCOLA (Laurent Cantet, 2007, França)

FAÇA A COISA CERTA (Spike Lee, 1989, EUA)

HOUE UMA VEZ DOIS VERÕES (Jorge Furtado, 2003, Brasil)

JUNO (Jason Reitman, 2007, EUA / Canadá / Hungria)

JUVENTUDE TRANSVIADA (Nicholas Ray, 1955, EUA)

LINHA DE PASSE (Walter Salles e Daniela Thomas, 2008, Brasil)

MENINAS (Sandra Werneck, 2006, Brasil)

MEU TIO MATOU UM CARA (Jorge Furtado, 2005, Brasil)

NOME PRÓPRIO (Murilo Salles, 2008, Brasil)

O HOMEM QUE COPIAVA (Jorge Furtado, 2002, Brasil)

O ÓDIO (Mathieu Kassovitz, 1995, França)

O RAP DO PEQUENO PRÍNCIPE CONTRA AS ALMAS SEBOSAS (Paulo Caldas e Marcelo Luna, 2000, Brasil)

PROIBIDO PROIBIR (Jorge Duran, 2007, Brasil)

PRO DIA NASCER FELIZ (Flávio R. Tambellini, João Jardim, 2005, Brasil)

TERRA ESTRANGEIRA (Walter Salles, 1995, Brasil)

ZONA DO CRIME (Rodrigo Plá, México, 2007)

O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO

É PRECISO TER UM OLHAR BASTANTE ATENTO E CRÍTICO PARA A CHAMADA “DEMOCRATIZAÇÃO ESCOLAR”, QUE AMPLIOU O ACESSO À EDUCAÇÃO PARA UM CONTINGENTE CADA VEZ MAIOR DE PESSOAS. OS/AS ESTUDANTES POBRES PODEM ENTÃO SER ESTIGMATIZADOS SE FRACASSAREM, VISTOS COMO PESSOAS QUE DESPERDIÇARAM A CHANCE RECEBIDA. COMO IDENTIFICAR OS/AS ESTUDANTES QUE ESTÃO PRESTES A DESISTIR? O QUE FAZER PARA RECUPERÁ-LOS/AS?

O processo de escolarização constitui hoje, sem dúvida, um espaço importante de sentido, que explicita, de forma incisiva, desigualdades e oportunidades limitadas que marcam expressivos grupos de jovens brasileiros. Ao mesmo tempo, é um espaço fundamental de reflexão e luta por direitos.

Como já dissemos nos textos anteriores, pensar em juventude e em condição social juvenil significa, necessariamente, pensar em um conjunto de processos de diferenciação. No Brasil, a situação dos/as jovens perante o sistema de ensino é um deles. A escolaridade, relacionada com a faixa etária, opera importantes diferenciações juvenis, especialmente se cotejada com a situação de vida das famílias dos/as jovens – determinada, principalmente, pelo status socioeconômico – com sexo, cor, local de moradia, clivagens intergeracionais etc. Nesse contexto, a escola tem papel fundamental, referenciando processos de inclusão e exclusão, reforçando ou atenuando desigualdades e constituindo espaço de reflexão, afirmação e reivindicação para os/as jovens.

O relatório de monitoramento global da Educação para Todos (UNESCO, 2005: 131) aponta a taxa de alfabetização da população com idade entre 15 e 24 anos como um indicador importante de progressos em direção à Educação para Todos, já que reflete a capacidade do sistema educacional para desenvol-

ver habilidades básicas de leitura e escrita. Em geral, as taxas de alfabetização tendem a ser mais altas entre os/as jovens do que entre os/as adultos/as, devido ao recente acesso à educação básica. Hoje, há cerca de 137 milhões de jovens analfabetos/as no mundo (17% de todos/as os /as analfabetos/as), sendo 85 milhões deles/as (63%) do sexo feminino. Além das desigualdades de gênero, destacam-se as disparidades entre jovens de distintas regiões e de meio urbano e rural. É ainda importante para se entender esse movimento a taxa de sobrevivência escolar até a quinta série.

Sem dúvida, o sistema educacional brasileiro está diante de um dos seus maiores desafios: como garantir a permanência dos seus/suas alunos/as? Como garantir o ensino básico para todos/as?

Embora o acesso e a permanência dos/as jovens na escola no Brasil, hoje, se apresentem mais democratizados, por conta da universalização do acesso ao ensino fundamental na faixa etária de 7 a 14 anos, que vem ocorrendo desde os anos 1990, os processos vivenciados pela maioria dos/as jovens brasileiros e suas estratégias de escolarização ainda expressam as enormes desigualdades a que está submetida esta faixa da população. As “trajetórias escolares irregulares”, marcadas pelo abandono precoce, as idas e vindas, as saídas e os retornos podem ser assumidos como sinais de que diferentes grupos de jovens vivem e percorrem o sistema de ensino também de forma diferenciada. Tal processo é o indicador mais visível da diversidade do acesso, da permanência e do arco de oportunidades. O que parece estar dado, como direito, instituído e instituinte – o direito à Educação para Todos – não reflete, necessariamente, a realidade vivenciada por parcela significativa dos/das jovens brasileiros.

Segundo a pesquisa “Juventudes brasileiras” (ABRAMOVAY e CASTRO, 2006), a quase totalidade dos/as jovens entre 15 e 29 anos frequenta ou já frequentou a escola, sendo de apenas 0,7% o percentual dos que afirmaram nunca ter estudado. Entretanto, somente 38% estão estudando, embora 61,3% já tenham estudado, mas não estudam atualmente. A maior parte dos/as jovens acredita que terá condições de voltar a estudar (69,5%), enquanto 27,1% não creem nessa possibilidade. Sem dúvida, o sistema educacional brasileiro está diante de um dos seus maiores desafios: como garantir a permanência dos seus/suas alunos/as? Como garantir o ensino básico para todos/as?

Tal como foi visto no módulo sobre gravidez na adolescência, outro estudo (Pesquisa GRAVAD) também constatou uma alta proporção de jovens com trajetória escolar irregular e que estes apresentam, comparativamente aos/às que possuem uma sequência regular, uma maior proporção de pelo menos um episódio reprodutivo em suas vidas. Este estudo mostrou que as dificuldades em torno da escolarização muitas vezes antecedem a ocorrência de uma gravidez na trajetória juvenil. Assim, jovens com defasagem entre idade e série, repetências e/ou interrupções dos estudos são aqueles/as com menor renda mensal familiar, negros/as, filhos/as de mães com baixa escolaridade, com início da vida sexual mais cedo, e menor uso de contracepção/proteção na primeira relação sexual (Almeida 2008)¹. Portanto, a gravidez

1. ALMEIDA, M.C.C. *Gravidez na Adolescência e Escolaridade: um estudo em três capitais brasileiras*. (Tese de Doutorado em Saúde Coletiva). Salvador, Instituto de Saúde Coletiva/Universidade Federal da Bahia. 2008.

pode ser apenas mais um elemento, em uma trajetória com tantos obstáculos, que dificulta a permanência do/a jovem na escola, ou ainda, o retorno a ela. Para uma significativa parcela, o episódio reprodutivo ocorre muitas vezes depois que os/as jovens já estão fora do sistema escolar, principalmente entre os rapazes (Heilborn et al., 2006)².

Tratar o campo educacional a partir das desigualdades sociais, considerando que o sistema escolar, historicamente, não foi estruturado para atender às diversidades, pode ajudar na compreensão dos processos escolares vividos por esse expressivo grupo marcado por trajetórias acidentadas. Dubet (2001) alerta para o fato de que, com a universalização do acesso, ou seja, quando a escola de massa se empenha em oferecer condições iguais de oportunidades de ingresso, a seleção não é mais feita no acesso à escola, mas no seu interior, na trajetória educacional, ganhando destaque novas práticas: o desempenho individual, a competição, o chamado fracasso escolar. O autor francês assinala que, por muito tempo, se lutou pela oferta igual, na crença de que, conseqüentemente, se pudesse produzir igualdade:

“Hoje, percebemos que não só ela não é realmente igual, mas que sua igualdade pode também produzir efeitos não igualitários somados aos efeitos que ela deseja reduzir. Deslizamos, assim, sem nos darmos conta, para uma filosofia política menos centrada na igualdade que na equidade.” (DUBET, 2001, p.13)

Dubet chama a atenção para o que denomina de experiência social das desigualdades, acentuando a aguda contradição nas sociedades modernas entre a igualdade e as múltiplas desigualdades, o que assume natureza violenta e ameaçadora, destacando a autorresponsabilização dos sujeitos pelo seu fracasso, de modo a se considerarem responsáveis pela sua própria infelicidade.

Na escola, as desigualdades podem se expressar de várias formas: frequentemente, quando os/s jovens percebem estar perdendo esse “jogo escolar” – porque, efetivamente, não são iguais – surgem algumas estratégias - como a própria retirada do jogo –, reconhecidas como evasão, abandono, repetência. Outra dimensão que Dubet sinaliza é a negociação de um conformismo escolar – notas médias, baseada na chamada “boa vontade”. Nada muda, mas as aparências se mantêm. Talvez seja essa a trajetória mais recorrente dos/as alunos/as jovens com vida escolar irregular: o/a aluno/a repete muitas vezes, retorna, abandona, muda de escola e, finalmente, muda do diurno para o noturno (LEÃO, 2005; MARQUES, 1997). Vai para Educação de Jovens e Adultos, modalidade ofertada para aqueles/as que não tiveram acesso à escolarização na “idade própria”, mas também ali, nem sempre encontra uma proposta pedagógica que reduza a distância entre os fins da escola e os desejos dos/das jovens, uma proposta que responda à pergunta de muitos/as adolescentes e jovens: “Estudar para quê?”

De acordo com a pesquisa A Voz dos adolescentes, os/as jovens sentem a carência de uma escola que os respeite.

2. HEILBORN, Maria Luiza; AQUINO, Estela M.L.; BOZON, Michel; KNAUTH, Daniela Riva. *O Aprendizado da sexualidade. Reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Garamond e Fiocruz. 2006.

De acordo com a pesquisa *A Voz dos Adolescentes*³, os/as jovens sentem a carência de uma escola que os respeite – num universo de 5.280 entrevistados/as de diferentes estratos sociais e econômicos 61% dizem que a escola não é um espaço agradável e menos da metade (49%) tem boa relação com educadores/as; 21% dos/das adolescentes negros/as se sentem discriminados na escola por seus/suas educadores/as e colegas. Ainda que 59% acreditem que a própria vida vai ser melhor, apenas 28% creem na melhoria do país. Associa-se a este dado o fato de 20% afirmarem não ter sonhos e 28,8% não saberem como torná-los realidade. Apenas 21% acreditam que o estudo seja um caminho para a realização dos sonhos.

Muitas tensões fazem parte dessas trajetórias educacionais e Dubet, mais uma vez, aponta o fato de o/a jovem pobre percorrer uma série de provas individuais para permanecer no sistema escolar. Para ele/a, essas provas são sempre um “jogo de cartas marcadas”. A reivindicação de reconhecimento na escola é um espaço das identidades para que se possa sobreviver nesse jogo. O reconhecimento de identidades é o único modo de conciliação possível frente às desigualdades, principalmente se pensarmos que a interação que surge nas escolas também acumula capital social, já que ali se constroem relações sociais, redes de amigos/as e contatos.

Bourdieu (1999) alerta para os sinais de “resignação sem ilusão”, mascarada em “indiferença impertinente”, quando os/as jovens tentam garantir a visibilidade na escola, como acontece quando levam o *walkman* (ou telefones celulares, por exemplo) para a sala de aula ou usam roupas com mensagens estampadas, tentando demonstrar que a vida verdadeira estaria fora dali. Para o autor, o processo dos “marginalizados por dentro” é extremamente perverso, porque não bastou conquistarem o acesso ao ensino para serem beneficiados por ele: “o processo de eliminação foi adiado e diluído no tempo e isto faz com que a instituição seja habitada a longo prazo por excluídos potenciais” (p.482).

O sociólogo francês ressalta, ainda, que é preciso ter um olhar bastante atento e crítico para a chamada “democratização escolar”, já que, por vezes, os/as estudantes pobres podem ser duplamente estigmatizados, na medida em que, ao fracassarem, são culpabilizados, já que tiveram, aparentemente, “suas chances” e não aproveitaram. Dessa forma, “a instituição escolar é uma fonte de decepção coletiva: uma espécie de terra prometida, sempre igual no horizonte, que recua à medida que nos aproximamos dela” (BOURDIEU, 1999, p.483).

3. Síntese de pesquisas apresentadas por Fernando Rossetti na Assembléia Nacional da Associação dos Centros de Defesa (Anced) em 2002; Rossetti é antropólogo e jornalista desenvolveu seus trabalhos no Projeto Aprendiz, na Folha de São Paulo e na Agência Nacional de Defesa da Infância (ANDI).

A BUSCA DA ESCOLA

COMO OPORTUNIDADE DE ACERTAR

NUMA TRAJETÓRIA ACIDENTADA, COM IDAS E VINDAS, OS/AS JOVENS EM BUSCA DE UMA NOVA CHANCE DE QUALIFICAÇÃO E DE FORMAÇÃO, PRESSIONADOS PELO MERCADO DE TRABALHO, COBRADOS NAS RELAÇÕES SOCIAIS, RETORNAM À ESCOLA. QUEREM MAIS OPORTUNIDADES, ESPERAM QUE DESTA VEZ, SEJAM NOTADOS. APOSTAM NA POSSIBILIDADE DE MUDANÇA (DELES/AS, DOS/DAS EDUCADORES/AS, DA ESCOLA). E O QUE MUDOU? O QUE PODE AMPLIAR AS POSSIBILIDADES DE PERMANÊNCIA DESTA JOVEM? COMO VOCÊ EDUCADOR/A E SUA ESCOLA ACOELHEM ESTES/AS JOVENS QUE RETORNAM AO ESPAÇO ESCOLAR? DE QUE MANEIRA O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA GARANTE O DIREITO À EDUCAÇÃO PARA OS/AS JOVENS QUE REGRESSAM?

Num contexto de infraestrutura precária das escolas públicas, depredações, má formação dos/das educadores/as, baixos salários, desinteresse das famílias e comunidade, dificuldades de aprendizagem, práticas violentas etc., encontramos as diversas juventudes buscando construir estratégias de escolarização e de vida, lutando contra estes e outros obstáculos, reivindicando o direito à educação. As expectativas dos/das jovens com relação à escola tornam fundamental que se criem canais de escuta, que se entenda e repense a educação também a partir, dos conhecimentos e desejos de seus sujeitos.

A busca incansável pela escola demonstra que os/as jovens estão cientes dos valores que regem a complexa sociedade em que vivem. Se, por um lado, a escolaridade não garante hoje a inserção no mercado de trabalho, especialmente em níveis sociais mais valorizados, por outro, ela impõe situações mais fortes de exclusão para quem não consegue, no mínimo, o Ensino Fundamental. Como mostram diversos estudos, é fator de estigmatização e discriminação social o fato de ser identificado/a como aquele/a que “não estudou” e, portanto, não pode exercer, em toda a sua plenitude, os direitos de cidadão e cidadã,

por ter um acesso limitado aos bens culturais das sociedades letradas.

Permanece o desafio de construir políticas educacionais e estratégias pedagógicas que garantam a permanência na escola e continuidade dos estudos e que considere as especificidades de cada segmento da população (crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos).

Vale lembrar, contudo, que os esforços do Estado na universalização do Ensino Fundamental e erradicação do analfabetismo, se por um lado têm ampliado o acesso, por outro não tem garantido a permanência, a continuidade dos estudos sem interrupções e o sucesso na aprendizagem. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP, no estudo “Geografia da Educação Brasileira 2001”, garantiu-se que 96,4% das crianças e dos/as adolescentes entre 7 e 14 anos estejam matriculados na Educação Básica; a taxa de analfabetismo da população com mais de 15 anos, foi reduzida de 25,4% (1980) para 13,6 % (2000), percentual que corresponde a 16 milhões de brasileiros/as; a matrícula de jovens de 15 a 17 anos que passou de 49,7% (1980) para 83% (2000) é tida como um avanço, mas preocupa a defasagem idade-série que neste grupo é de 33,3%; na última década várias medidas governamentais e da sociedade civil (cursinhos comunitários, cotas, ProUni etc) têm buscado a democratização e expansão do acesso à universidade, porém, a porcentagem de jovens de 18 a 24 anos, matriculados no ensino superior brasileiro é de menos de 12%. De acordo com o mesmo estudo, cerca de 40% das crianças que entram no 1ª ano do Ensino Fundamental, não terminam a 8ª série; 60% dos/as estudantes que ingressam no 1º ano, não concluem o Ensino Médio. Se, por um lado, o país conseguiu atingir altos índices de alunos/as matriculados/as nas redes de ensino, por outro não conseguiu garantir a permanência e dar conta das necessidades de aprendizagem dos mesmos, gerando uma enorme demanda de estratégias voltadas para a correção da defasagem idade-série, especialmente para os/as jovens com mais de 15 anos.

Permanece o desafio de construir políticas educacionais e estratégias pedagógicas que garantam a permanência na escola e continuidade dos estudos e que considere as especificidades de cada segmento da população (crianças, adolescentes, jovens, adultos/as, idosos/as).

Para você, quais as características de uma educação adequada à juventude? O que deveria ter na escola e sala de aula? Como você e os/as profissionais de sua escola, procuram respeitar e valorizar os interesses, saberes, e expectativas dos/as jovens? Quais suas estratégias e esforços para que os/as jovens permaneçam na escola com bom desempenho? Como motivar, mobilizar e desenvolver conhecimentos que partam da vida dos/das jovens? Como promover, efetivamente, a cidadania dos/das jovens, para além dos enunciados de projetos e programas? Quais práticas pedagógicas reconhecem, respeitam e valorizam a diversidade da condição de “ser jovem”? Enfim, há ainda muitas perguntas a serem feitas, respostas e propostas a serem debatidas, para que a escola seja uma instituição capaz de acompanhar e facilitar os projetos individuais e coletivos dos/das jovens, e assim, contribuir para “oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades” como preconiza o artigo 4º, inciso VII da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBN 9.394/1996).

Será que esses/as jovens, que saem e retornam ao sistema escolar não seriam portadores de novas trajetórias educacionais e de vida, se postos diante de oportunidades diferentes? Ainda há tempo de se transformar esse quadro. Afinal, o direito à educação não é apenas o direito à aprendizagem naquilo que se chamou de “idade certa”, ou seja, por um período da vida, por uma geração ou faixa etária. O direito à educação compreende o direito de aprender, sempre, o direito à aprendizagem ao longo da vida. Uma das estratégias possíveis para mudar esse jogo pode estar na promoção da participação efetiva dos jovens na escola e na disponibilidade para dirigir-lhes olhos e ouvidos desarmados e atentos.

MÚLTIPLOS CAMINHOS PARA PARTICIPAÇÃO JUVENIL NA ESCOLA

ESTE TEXTO TRATA DAS PERSPECTIVAS DE PARTICIPAÇÃO DOS/AS JOVENS NA ESCOLA, APONTANDO ALGUMAS ESTRATÉGIAS QUE TÊM DADO CERTO. VOCÊ CONHECE ALGUNS EXEMPLOS DE MUDANÇAS NAS RELAÇÕES ESTABELECIDAS NA ESCOLA, PARA ESTÍMULO DA PARTICIPAÇÃO JUVENIL?

Uma das principais questões que perpassam o tema da participação dos/as jovens na sociedade refere-se à sua reduzida participação no espaço escolar, que, juntamente com os espaços do trabalho, da comunicação e da cultura, entre outros, compõe um conjunto de redes de promoção nas quais a possibilidade de integração dos/as jovens deve ser ampliada.

O diálogo horizontal com os/as jovens, em torno de suas demandas, tensões e expectativas constitui, sem dúvida, caminho para que se sintam mais partícipes da sociedade. O envolvimento da juventude nos assuntos públicos é uma das preocupações do debate sobre a ampliação dos processos democráticos, e a escola, certamente, constitui espaço e fórum ideais para potencializar esse exercício, sobretudo, estimulando os/as jovens a participarem de conselhos, grêmios e fóruns e instaurando relações respeitadas entre professores/as e alunos/as, conformando processos educativos voltados à participação cidadã.

Para além do cotidiano das salas de aula, festas são as atividades mais realizadas pelas escolas pesquisadas (...)

Assim, a escola, enquanto espaço público frequentado por diversas juventudes e diferentes gerações, torna-se espaço privilegiado de interação intergeracional e de participação social. É sua tarefa estabelecer uma prática político-social e pedagógica voltada à presença da juventude na sociedade, por meio do exercício da plena cidadania, condição necessária para que se possa apostar em um desenvolvimento humano integral.

Como tem se dado esse processo na escola brasileira? Que perspectivas de participação dos/as jovens têm sido construídas?

O QUE DIZEM OS DADOS

A pesquisa “Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas”, realizada pelo IBASE/POLIS (ANDRADE; CARRANO; LÂNES, 2006) em oito regiões metropolitanas do país, entre outras questões, procurou saber dos/as estudantes entrevistados se, durante o ano de 2004, suas escolas promoveram atividades relacionadas com o estímulo e o exercício efetivo da participação, nos âmbitos político, cultural ou sócio-comunitário. Consideraram-se atividades caracterizadas como experiências de sociabilidade (excursões, festas etc.), de solidariedade (ações comunitárias, trabalhos sociais etc.), de cultura (apresentações de teatro, dança, música, festivais culturais etc.) e, finalmente, experiências que possibilitam o acesso a informações (debates, filmes, seminários, visita a museus e exposições etc.). Procurou-se saber se os/as jovens haviam ou não participado dessas atividades e buscou-se estabelecer a correlação entre a oferta por parte da instituição e o envolvimento dos/as jovens estudantes nas atividades propostas. Os dados apresentados a seguir referem-se à Região Metropolitana do Rio de Janeiro e constituem um exemplo da situação brasileira.

Para além do cotidiano das salas de aula, festas são as atividades mais realizadas pelas escolas pesquisadas (59,2%), seguidas por apresentações diversas – teatro, dança, música e festivais culturais (50,1%), filmes (46,6%), debates (48,8%), excursões (37,9%), seminários (42,9%), visitas a museus e exposições (27,4%) e, por último, ações comunitárias e trabalhos sociais (26,4%).

Em todas as atividades, há maior oferta nas escolas privadas e para os/as jovens com maior poder aquisitivo. Filmes e apresentações culturais são oferecidos em proporção semelhante para jovens de diferentes classes sociais. A maior oferta de excursões para os/as jovens das classes A/B (41,2%), em relação àqueles das classes D/E (33,3%), mostra a desigualdade dos processos de escolarização também naquilo que se refere ao uso das possibilidades educativas dos espaços da cidade. As escolas dos/as jovens das classes populares não caminham – ou caminham muito pouco – pela cidade, se comparadas às escolas dos/as mais ricos/as. Da mesma forma, aquelas frequentadas por jovens das classes A/B lhes dão mais oportunidades de participar de debates do que as que atendem aos/as jovens das classes D/E.

Os principais temas debatidos foram: sexualidade/Aids/drogas e violência (74,2%), questões de política e eleições (55,6%), projeto político-pedagógico/regras da escola/disciplina/formas de avaliação (45,3%), direitos humanos (36%) e problemas do bairro/cidade (27,3%). O primeiro grupo de temas obteve prioridade tanto em instituições públicas quanto em privadas,

denotando que o temário relacionado com os chamados “problemas pessoais e sociais da juventude” continua sendo o privilegiado nos debates oferecidos pelas escolas. Abramo (1997) observa que quando o tema da juventude é abordado nos produtos de mídia diretamente dirigidos ao público jovem, a tônica é cultura/comportamento (música, moda, estilo de vida, esporte, lazer etc.). Porém, quando os/as jovens são assunto dos cadernos destinados aos/as “adultos/as” (noticiários, editoriais etc.), o foco se volta, principalmente, a questões relacionadas a problemas sociais (violência, crime, exploração sexual, drogadição etc.) ou medidas para dirimir ou combater tais problemas. Pelos dados da pesquisa, percebe-se que a escola, em grande medida, reproduz essa orientação dos meios de comunicação naquilo que se refere à ênfase no tratamento do/a jovem como problema.

Mais da metade das escolas dos entrevistados promoveu debates sobre questões políticas e eleições. Em 2004, ano em que a pesquisa foi realizada, houve eleições municipais e esse dado demonstra que um número significativo de escolas abriu espaço de discussão sobre um tema que está diretamente ligado à questão da participação social juvenil. Por outro lado, os temas mais diretamente ligados ao cotidiano da escola estiveram presentes em menos da metade dos estabelecimentos.

Ainda em relação ao que predominantemente se oferece como pauta de debate, percebe-se que o tema dos direitos humanos é mais discutido nas escolas particulares do que nas públicas.

Os problemas do bairro/cidade são o tema que recebe menos atenção por parte das instituições nas quais os participantes da pesquisa estudam, denotando que as escolas têm dificuldade de tratar da questão urbana em suas práticas curriculares, o que também tem sido apontado em outras pesquisas (ABRAMO; BRANCO, 2005, p. 391).

A adesão dos/as estudantes às atividades oferecidas não é automática. Filmes, seminários/concursos de redação/feiras de ciências, debates e festas foram atividades que contaram com a maior participação de alunos/as de ambos os sexos e classes sociais. Excetuando-se as festas, que têm papel importante na vida juvenil, por favorecerem a sociabilidade e serem espaços de lazer e de encontro dos/as amigos/as, as demais atividades que contaram com maior participação juvenil costumam ser obrigatórias, pois, muitas vezes, são levadas em conta na avaliação escolar e/ou são desenvolvidas no período habitual de permanência na escola.

Outras atividades que visam ampliar o repertório artístico-cultural dos/as jovens (apresentações artísticas, visitas a museus e exposições, excursões) tiveram um grau de atração intermediário. Possibilitando a circulação pela cidade, são atividades que ampliam o universo de referência da juventude, mas, em muitos casos, demandam pagamento, nem sempre possível aos/às jovens e suas famílias.

Dos que informaram que sua escola ou universidade promoveu algum tipo de ação comunitária ou trabalho social (26,4%), pouco menos da metade disse que participou dessas atividades, sendo que as jovens participaram mais do que os jovens. Elas têm maior atuação em todas as atividades, exceto nas festas, nas quais não há variação significativa entre a presença de homens e mulheres.

Em relação à classe, a participação em atividades comunitárias é maior entre os/as estudantes de escolas particulares do que entre os/as que estudam nas públicas: 58,1% dos/as jovens das classes A/B tiveram participação, enquanto entre aqueles das classes D/E este índice foi de 44,4%.

As escolas levam em conta o momento da formação em que os/as estudantes se encontram quando fazem a programação destas atividades: aos/as que já tinham completado o Ensino Médio, foram oferecidas mais possibilidades de participação nas ações comunitárias, nos debates, nas visitas a museus e nos seminários. As apresentações culturais e excursões voltaram-se mais aos/as do Ensino Fundamental e Médio. Filmes e festas foram oferecidos de maneira semelhante aos diferentes níveis escolares, mas os/as alunos/as do Ensino Fundamental participaram mais das festas. Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 13% dos/as jovens afirmaram participar em atividades nas escolas/universidades aos finais de semana. Os principais motivos para a participação relacionam-se com atividades coletivas e de sociabilidade, como praticar esportes, encontrar amigos/as, outros/as jovens, assistir apresentações de teatro, música e dança e participar de festas. Foram citados também cursos pré-vestibulares, aulas de reforço, cursos profissionalizantes, trabalhos voluntários e/ou atividades da comunidade etc. A pouca participação em atividades de tempo livre nos finais de semana revelam que as escolas subutilizam os seus prédios e equipamentos. A escola de modo geral, e os/as educadores/as em particular, poderiam apoiar e compartilhar mais as atividades esportivas, artísticas e culturais de interesse dos/as jovens.

A escola de modo geral, e os/as educadores/as em particular, poderiam apoiar e compartilhar mais as atividades esportivas, artísticas e culturais de interesse dos/as jovens.

ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO

NA ESCOLA E INSERÇÃO JUVENIL

HÁ FORMAS DE PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL RELACIONADAS DIRETAMENTE AO FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS: CONSELHOS DE CLASSE E DE ESCOLA, GRÊMIO E REPRESENTAÇÕES DE CLASSE. QUAL O ENVOLVIMENTO DOS/AS ENTREVISTADOS/AS NESSES ORGANISMOS?

Segundo pesquisa, os conselhos de classe são conhecidos por 87,8% dos/as jovens. Dentre estes, pouco mais da metade (56,7%) informou que participa ou já participou desse espaço de discussão da escola e do desempenho escolar. Já os conselhos de escola são conhecidos por 56,8% dos/as jovens. Quanto mais bem posicionados na escala social, mais eles sabem da existência desses conselhos. Os/as estudantes das escolas privadas e os/as que estão no Ensino Médio são os/as que detêm mais informação sobre a sua existência. Dentre os/as que os conhecem, apenas 28,3% participam ou participaram deles. Os/as representantes de classe são conhecidos por 72,9% dos/as jovens participantes da pesquisa. Dentre estes/as, quase a metade (47,8%) informou que era ou já tinha sido representante de classe.

Para se formar uma juventude autônoma, crítica, pró-ativa e ética, é necessário apostar na participação. E isso também se aprende na escola.

Essas três vias de participação na vida estudantil, mesmo que muito formalizadas, e sem contar, na maioria das vezes, com os/as alunos/as na definição de suas regras, são de grande importância enquanto formas de atuação na esfera pública para os/as jovens que delas participam, mas não só para eles/elas, pois a solução dos conflitos de forma construtiva resultará em aprendizados para todos/as. Na mesma pesquisa, os/as jovens expressaram reivindicações para suas escolas públicas – melhoria da estrutura física, mais formação e melhor remuneração dos/as professores/as, aulas mais dinâmicas, laboratórios de informática que funcionem, currículos que dialoguem com a realidade, metodologias e métodos diferenciados – que podem ser

tema para os conselhos, que por sua vez são espaços de construção de propostas, espaços de aprendizado da democracia participativa, da reflexão e decisão coletivas.

O grêmio estudantil, por sua vez, é uma das possibilidades dos/as estudantes reunirem-se com seus pares e participarem da gestão da escola. A participação no grêmio contribui para o desenvolvimento integral dos/as jovens, na medida em que desenvolve habilidades pessoais e sociais de comunicação, mobilização social, vida em grupo, negociação, solução de conflitos, liderança, planejamento, organização, avaliação etc.; habilidades que preparam para a vida em sociedade. É uma oportunidade dos/das jovens pensarem o que podem fazer para si, para o outro/a e pela educação. Para se formar uma juventude autônoma, crítica, pró-ativa e ética, é necessário apostar na participação. E isso também se aprende na escola.

AS POSSIBILIDADES DE INOVAÇÃO

Os dados dessa pesquisa e a análise da relação das escolas com os/as jovens sugerem algumas possibilidades de ampliação da participação juvenil e apontam a necessidade de abertura do espaço escolar para as iniciativas juvenis. Nesse sentido, a pesquisa “Escolas Inovadoras: experiências bem sucedidas em escolas públicas” (ABRAMOVAY, 2003), realizada pela UNESCO em escolas de 14 unidades da federação, traz exemplos significativos, ao revelar a existência de práticas e estratégias geradoras de novas perspectivas para as juventudes, os/as professores/as e a escola, configurando processos que podem transformar o espaço escolar e produzir oportunidades mais positivas para os/as jovens. Entre as variadas estratégias observadas, percebe-se uma tônica em práticas que valorizam alunos/as, professores/as, familiares e comunidade, dando ao equipamento físico e social representado pela escola, um maior significado. São práticas que, em diferentes lugares do Brasil, procuram realizar uma educação crítica, voltada para expansão da autonomia e da responsabilidade social dos/as alunos/as.

Partindo de seus próprios recursos, o que faz com que algumas dessas escolas criem estratégias para se tornarem protegidas, valorizadas e com condições para um bom desenvolvimento escolar, com novas perspectivas para seus/suas estudantes? Que estratégias são essas que, mesmo simples, diversas e singulares, podem resultar em maior participação dos/as jovens?

A pesquisa considerou como experiências inovadoras as iniciativas voltadas à construção de redes de reciprocidade coletiva. Nas escolas estudadas, observou-se que as estratégias de maior êxito são as que conseguem ampliar os mecanismos de integração interna, estabelecer canais de interlocução, fortalecer, valorizar e dar visibilidade às iniciativas e aos interesses dos/as alunos/as, construir canais coletivos de participação da comunidade escolar e investir em melhorias de infraestrutura. São estratégias – quase sempre ausentes no projeto político-pedagógico

Nas escolas estudadas, observou-se que as estratégias de maior êxito são as que conseguem ampliar os mecanismos de integração interna, estabelecer canais de interlocução, fortalecer, valorizar e dar visibilidade às iniciativas e aos interesses dos/as alunos/as, construir canais coletivos de participação da comunidade escolar e investir em melhorias de infraestrutura.

da escola - que funcionam como alavancas de valorização da instituição e dos sujeitos que dela fazem parte, gerando mudanças de idéias, comportamentos e atitudes.

A diversidade dessas estratégias, tanto por sua natureza quanto por sua abrangência, é significativa, pautando-se, basicamente: na valorização do/a estudante, do/a educador/a e da escola; no exercício do diálogo; no trabalho coletivo; na participação da família; na participação da comunidade; na resignificação do espaço físico; no incremento da sociabilidade e na construção do sentido de pertencimento.

A noção de “construção coletiva” é um dos marcos das escolas pesquisadas, sendo, na maior parte das vezes, a principal responsável pela existência de ações transformadoras. Como destaca PARO (2001), uma gestão participativa e descentralizada, resultante do compromisso de todos, pressupõe uma prática de discussão coletiva, que envolve desde a divisão de responsabilidades e a definição das funções de cada um/a até as decisões sobre encaminhamentos e ações concretas.

O EXEMPLO DA GUADÁ

A ESCOLA ESTADUAL GUADALAJARA, CARINHOSAMENTE CONHECIDA COMO GUADÁ, SITUADA EM UM BAIRRO POBRE, TOMADO PELO TRÁFICO DE DROGAS E SOFREDO COM O ABANDONO POR PARTE DO PODER PÚBLICO, CONSEGUIU SUPERAR ESSAS CONDIÇÕES ADVERSAS E REALIZAR UM TRABALHO INOVADOR ENVOLVENDO ALUNOS/AS, PROFESSORES/AS, FUNCIONÁRIOS/AS E EDUCADORES/AS. A ESCOLA FOI REVITALIZADA E CONSEGUIU ÓTIMOS RESULTADOS. COMO?

A Escola Estadual Guadalajara, carinhosamente conhecida como Guadá, foi, em 2002, uma das 14 escolas inovadoras abordadas na pesquisa realizada pela UNESCO (ABRAMOVAY, 2003). Situada em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, em um bairro pobre - tomado pelo tráfico de drogas e sofrendo com o abandono por parte do poder público, que se traduz na falta de saneamento básico, recursos e equipamentos sociais –, atende a uma comunidade destituída de acesso a atividades sociais, recreativas, educacionais, culturais e artísticas, para a qual o espaço escolar é o único equipamento social público disponível.

Bem-sucedida na busca de um caminho de transformação, baseado no trabalho coletivo e em inúmeros projetos voltados à participação dos/as jovens, principalmente no âmbito da cultura e das artes, a direção da escola, à época da pesquisa, fez uma reflexão bastante rica sobre o trabalho realizado aqui sintetizada (RAMOS, inédito):

“Nossa primeira iniciativa foi tentar entender o que acontecia em nossa escola, na comunidade escolar e no seu entorno. Começamos com reuniões com professores, alunos, pessoal de apoio, pais e responsáveis. O que poderia parecer óbvio, porém, não era tão simples, já que a escola e a comunidade não tinham esse tipo de prática, fundamental para construir acordos afirmativos na rea-

lidade em que vivemos. Não tínhamos nenhuma solução milagrosa e nem propostas muito bem organizadas e planejadas. Tínhamos era a vontade de mudar e melhorar aquela situação; buscar, coletivamente, sair desse sentimento de fracasso e desesperança que vem marcando as escolas públicas e, principalmente, os segmentos juvenis. Temos tentado responder à realidade do dia-a-dia, construindo práticas que valorizam o diálogo, a força do coletivo e a autonomia dos sujeitos que compõem a unidade escolar.

Hoje, alunos/as e ex-alunos/as já coordenam algumas atividades. Eles têm o hábito de ocupar o tempo livre programando atividades curriculares e extracurriculares, em sua maioria organizadas por eles/as próprios/as. Os espaços da escola são disponibilizados para os/as jovens nos finais de semana. Assim, tudo o que se realiza aos sábados e domingos e fora do horário de aula faz parte do planejamento regular da escola.

Nosso colégio não tem vigia e nem segurança, muito menos circuito interno de televisão. Achamos que é sempre melhor conversar com os/as alunos/as quando há pichações e outros problemas, enfrentando as dificuldades através do diálogo.

Na verdade, a prática e o dia-a-dia vêm nos mostrando que não dá para construir alianças, parcerias e convivências de paz sem autonomia, sem diálogo e sem acordos. Esses jovens não participam de alguma coisa que fazemos para eles. Na verdade, eles é que organizam, planejam e fazem as coisas acontecerem.

Hoje, a autonomia dos diversos grupos da escola (professores/as, alunos/as, funcionários/as, grupos mistos dos diferentes turnos) é uma marca nossa, por possibilitar que a escola tenha vida e que as atividades fluam sem que seja necessário que uma só pessoa centralize a sua organização. Dessa forma, efetivamente, estamos trabalhando com a autoestima de todas as pessoas, sobretudo nossos/as alunos/as.

E quem são os/as jovens da nossa escola? Trabalhadores/as e não trabalhadores/as; envolvidos com o tráfico e não envolvidos com o tráfico; com família e sem família; já pais e mães ou ainda sem filhos, mas absolutamente jovens pobres da periferia do Rio de Janeiro, que carregam todas as desigualdades, discriminações e exclusões que um jovem pobre carrega em nossa sociedade. Todo educador deve, hoje, estar profundamente preocupado com tal questão, e é exatamente isso que pode fazer a diferença na Escola Guadalajara, já que temos um conjunto de profissionais preocupados com as desigualdades profundas que marcam nossos/as jovens.

E por que estamos preocupados? O que isso tem a ver com a educação? E com a violência? Porque a discriminação, a desigualdade e a exclusão são formas de anulação das pessoas. Os/as jovens se forem tratados unicamente dessa forma, certamente se anularão, e essa anulação poderá se manifestar de diferentes formas, como, por exemplo, por meio da violência.

Os/as jovens estão procurando estratégias que, além de darem conta de sua existência concreta e de sua família, os façam ser reconhecidos pelo que produzem, como, por exemplo, serem valorizados por pertencerem ao grupo de literatura, ao grupo de teatro, à banda Guadalaxé ou

ao grêmio, entre outros agrupamentos juvenis. Se existimos pelo olhar do outro, é fundamental que, quando o outro olhar para nós, olhe-nos com algum respeito, dando-nos a convicção de que temos algum valor. Todo ser humano precisa do outro para reconhecer em si mesmo algum valor. Ninguém absolutamente sozinho afirma sua humanidade. É tal olhar que pode granjear para esse jovem a condição de cidadão.

Entretanto, não construímos deliberadamente um “plano” ou um “projeto” visando dar autonomia aos/as alunos/as, dialogar com eles/as ou valorizar suas iniciativas positivas. Na verdade, a prática e o dia-a-dia vêm nos mostrando que não dá para construir alianças, parcerias e convivências de paz sem autonomia, sem diálogo e sem acordos. Esses/as jovens não participam de alguma coisa que fazemos para eles. Na verdade, eles é que organizam, planejam e fazem as coisas acontecerem. Caso contrário, nada existiria, porque é absolutamente impossível uma escola prescindir de seus alunos no desenvolvimento das atividades.

Não temos receitas, mas uma profunda crença nos/as jovens, no diálogo claro e transparente, na autonomia para criar condições para que eles desenhem uma existência mais digna na escola e na vida. Além do empenho na formação de uma consciência crítica sobre as dificuldades enfrentadas pela comunidade, também é nossa preocupação formar indivíduos capazes de reconhecer e desenvolver ao máximo suas potencialidades, em busca de realização não apenas profissional, mas, também e principalmente, pessoal.

Como diria a música “Um índio”, de Caetano Veloso, a única surpresa que trazemos aqui é o óbvio: diálogo, autonomia, visibilidade, aliança com os jovens, compromisso e possibilidade de ter um contato sólido e direto com a arte.”

PARTICIPAR: SER PARTE, FAZER PARTE

PARA QUE OS ALUNOS E AS ALUNAS PARTICIPEM, ELAS/AS TÊM QUE SE SENTIR PARTE DA ESCOLA E, PORTANTO, TOMAR PARTE NOS PROCESSOS EDUCATIVOS DA ESCOLA DE FORMA A SE SENTIREM RESPONSÁVEIS E RESPEITADOS/AS. O TEXTO TRAZ UMA SÉRIE DE DICAS SOBRE COMO CONSEGUIR ISSO.

Considerando que participar é fazer parte, ser parte, tomar parte, os processos educativos, na escola precisam e podem criar condições de participação com autonomia, responsabilidade, solidariedade e respeito às diversidades.

Destacaremos alguns pontos que possibilitam trilhar novos caminhos ou percorrer aqueles já conhecidos, para que os/as jovens participem no espaço escolar:

- Superar a imagem da juventude como vulnerável, frágil, incapaz, carente, “do futuro”, violenta, valorizando suas competências e potencialidades, ouvindo suas necessidades e criando oportunidade no hoje;
- Facilitar o diálogo constante, o que faz com que professores/as e alunos/as se sintam mais comprometidos/as e participantes na dinâmica da escola e, conseqüentemente, mais responsáveis por ela. Este movimento proporciona a proposição constante de ações, projetos e atividades, tanto pelos/as professores/as quanto pelos/as estudantes.
- Propor formas novas e criativas de organização do tempo escolar, a partir da participação dos/as jovens, estimula o estabelecimento de novas relações sociais e de produção de saberes que complementam os conhecimentos das grades curriculares.

- Abrir o espaço escolar às iniciativas juvenis, valorizando suas expressões e representações, amplia o sentido de pertencimento e responsabilidade dos/as jovens em relação à escola;
- Trabalhar com o/a jovem real, promovendo atividades que abordem temas candentes entre eles/elas. Incluir a diversidade (gênero, raça/etnia, orientação sexual, de origem etc) no currículo;
- Favorecer o desenvolvimento da autoestima, levando o/a jovem a se valorizar como pessoa humana e a ser sujeito da própria história e da história da sua comunidade.

Certamente estes pontos são insuficientes. Alguns poderiam ser agrupados. São apenas dicas, que somadas aos seus conhecimentos, educador/a, podem desenhar novas práticas educativas na medida das diferentes populações juvenis.

BIBLIOGRAFIA E WEBLIOGRAFIA

ABRAMO, Helena. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**, no 5 e 6. São Paulo: Anped, 1997, 25-36.

_____; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. Apresentação. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005, 9-22.

ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil (orgs.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; UNESCO, 2007.

_____; CASTRO, Mary (coord.). **Juventudes Brasileiras (2004)**. Resultados de pesquisa publicados em **Juventude, Juventudes: o que une e o que separa**. Brasília: UNESCO, 2006.

_____ et al. **Escolas inovadoras: experiências bem-sucedidas em escolas públicas**. Brasília: UNESCO, 2003. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001317/131747por.pdf>>. Acesso em 18 jan. 2009.

ANDRADE, Eliane Ribeiro, CARRANO, Paulo e LÂNES, Patrícia (2006). **Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas**. Relatório Final da pesquisa. Rio de Janeiro: IBASE, janeiro de 2006. Disponível em: <<http://www.ibase.br/modules.php?name=Conteudo&pid=1073>>. Acesso em 18 jan. 2009.

BOURDIEU, Pierre. et al. (coord.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1999.

CHAMPAGNE, P. et al. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1996.

DUBET, F. **As desigualdades multiplicadas**. Revista Brasileira de Educação, n.17, p. 5-19, 2001.

LEÃO, G. M. P. Políticas de juventude e educação de jovens e adultos: tecendo diálogos a partir dos sujeitos. In: SOARES, L. J. G.; GIOVANETTI, M. A. G. C.; GOMES, N. L. G. (orgs.). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

INEP. **Geografia da Educação Brasileira 2001**. Disponível em www.inep.gov.br/estatisticas/geografia/geografia_2001.htm. Acesso em 06 março 2009

MARQUES, M. O. da S. **Escola noturna e jovens**. Revista Brasileira de Educação, n. 5/6, pág. 65, 1997.

MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9.394/2006. Disponível em: portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/ldb.pdf. Acesso em 06 março 2009.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública** – 3ª edição. São Paulo: Ática, 2001.

RAMOS, Maria Helena da Silva. Ousar é preciso: o trabalho da Escola Estadual Guadalajara. Palestra apresentada no **Seminário Internacional Violências nas Escolas: Educação e Cultura para a Paz**, promovido pela UNESCO (Brasília, 27 e 28 de novembro de 2002). Inédito.

UNESCO. **Educação para todos: o imperativo da qualidade**. Relatório de monitoramento global de Educação para Todos. Brasília: UNESCO; São Paulo: Moderna, 2005.

